

PUBLICAÇÃO MENSAL • ANO XIV • Cr\$ 7.500,00

# CADERNOS

## DO TERCEIRO MUNDO

149

A ÍNDIA HOJE



**CENSO:** a nova cara do Brasil

A ENCRUZILHADA DO LESTE EUROPEU

UM ANO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

# PRESENTE ONDE ESTÁ O FUTURO



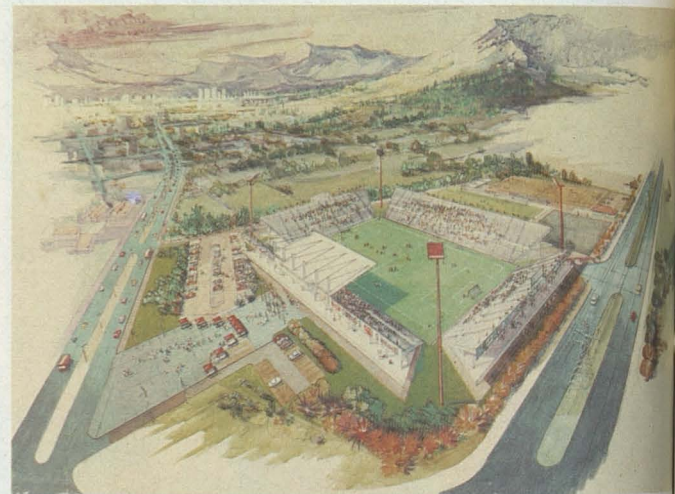
Construção de habitações pelo sistema TRAMA BLOCOS — Brasil



Obras de saneamento básico — Brasil



Aeroporto de Puerto Suarez — Bolívia



Estádio de Futebol Universidade do Chile

**A Construtora Affonseca, fundada em 1951, expande suas operações e participa da execução de obras de vulto em diversos Estados e em Países estrangeiros. Gera empregos, difunde tecnologia e está presente no desenvolvimento das regiões onde trabalha, sempre preocupada em preservar o meio ambiente. Affonseca contribui, assim, para a construção de um futuro melhor.**

 **AFFONSECA**

Rua México, 21 - 8.º and. - CEP: 20031 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil  
Tels.: (021) 262-6434 e 210-1343 - Telex: 021-22686 - AFFO-BR - Fax: (021) 240-0145



# LIVROS POR CORRESPONDÊNCIA



**ESTORVO**  
Chico Buarque  
Narrado em primeira pessoa, Estorvo se mantém constantemente no limite entre o sonho e a vigília, projeções de um desespero subjetivo e crônica do cotidiano. E o olho mágico que filtra o rosto do visitante misterioso talvez seja a metáfora da visão deformada com que o narrador seguirá sua odisséia. 141 p. E-254 **Cr\$ 29.000,00**



**ESCRITOS INDIGNADOS**  
Democracia e neoliberalismo no Brasil  
Herbert de Souza (Betinho)  
O livro do sociólogo e analista político Herbert de Souza (Betinho) passa em revista os principais problemas brasileiros de hoje, com a coragem e a emoção que marcam todo seu pensamento e sua atuação na sociedade. 144 p. E-232 **Cr\$ 15.000,00**



**O ENIGMA DA AMAZÔNIA**  
Desafio ao Futuro  
Miranda Neto  
Para o autor, que é economista, com pós-graduação em economia rural no Brasil e Estados Unidos, o desenvolvimento da Amazônia deve adaptar as técnicas modernas às condições ambientais, com a preocupação de servir ao país e não apenas aos grandes interesses econômicos. 144 p. E-235 **Cr\$ 22.000,00**



**SUBDESENVOLVIMENTO**  
Por que somos tão pobres?  
Rodolf H. Strahm  
Rodolf H. Strahm, economista suíço com participação em vários organismos internacionais, procura desvendar os complexos mecanismos do subdesenvolvimento, que ele relaciona com a crise do endividamento externo. 221 p. E-230 **Cr\$ 14.700,00**



**ZÉLIA, UMA PAIXÃO**  
Fernando Sabino  
Qual o segredo desta paixão? Eis o misterioso que o autor persegue ao longo do livro, de maneira também apaixonante, ao fim surpreendente do leitor, quando desvenda o enigma proposto pela esfinge, para não ser por ela devorado. 272 p. E-248 **Cr\$ 25.500,00**



**AS VEIAS ABERTAS DA AMÉRICA LATINA**  
Eduardo Galeano  
(33ª edição)  
Galeano, neste livro, quebra a cronologia linear de historiografia oficial para desvendar o saque ao continente que persiste desde o descobrimento. 307p. E-247 **Cr\$ 35.000,00**



**UMA CHAMA NA AMAZÔNIA**  
Jean-Pierre Leroy  
Reconstituindo a saga dos trabalhadores rurais da região de Santarém, Pará, o autor apresenta um quadro completo da realidade econômica da Amazônia. 394 p. E-238 **Cr\$ 15.500,00**



**REFAZENDO A FÁBRICA FORDISTA**  
Elizabeth Bortolai Silva  
Partindo da análise comparativa entre uma fábrica Ford no Brasil e na Inglaterra, a autora discute os rumos da economia mundial. 394 p. E-239 **Cr\$ 37.500,00**

## QUERIDA ILHA

Hélio Dutra — 2ª edição

O apaixonante testemunho de um brasileiro que acompanhou, por dentro, todo o processo da revolução cubana. Hélio Dutra conhece Cuba a fundo, vivendo lá desde o fim da II Guerra Mundial. Alguns tópicos do seu livro: A reforma agrária, As reformas urbanas, A alfabetização, A mulher cubana e a revolução, A saúde em Cuba, etc. E-240 **Cr\$ 25.000,00**

## O LIVRO DOS ABRAÇOS

Eduardo Galeano

Tratar a memória como coisa viva: assim faz Galeano quando escreve. Sua memória pessoal é a nossa memória coletiva, da América. Este seu novo livro é o testemunho de pequenos episódios, que contam a história de nosso povo e revelam, com amor ou revolta, a dramática realidade de nosso continente. 217 p. E-243 **Cr\$ 30.000,00**

## CHE-PARRA — Latino-América

Piedade Carvalho

“Ler este livro de Piedade Carvalho é mergulhar fundo numa sinfonia brilhante, onde cada instrumento aparece com a nitidez de uma estrela, iluminando nossa consciência e nosso coração, acordando no mais escuro compartimento de nosso ser a nossa quase moribunda esperança.” Sérgio Ricardo 100 p. E-223 **Cr\$ 9.500,00**

## O PILÃO DA MADRUGADA

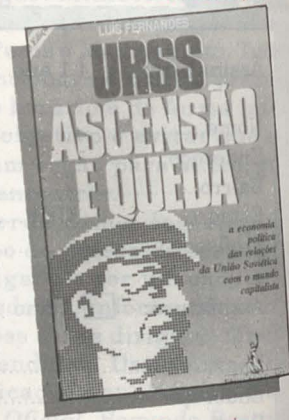
Neiva Moreira

Os repórteres são os narradores do cotidiano e do futuro. Este livro é a reportagem com um desses repórteres. Aqui, na mais longa entrevista que já concedeu, Neiva dá o testemunho do que viu e participou. Ele narra episódios marcantes, e permite ao leitor conhecer e avaliar fatos não apenas desconhecidos mas, sobretudo, tergiversados na “história oficial”. José Louzeiro 464 p. E-208 **Cr\$ 14.000,00**

## DESENVOLVIDO PARA A MORTE - Repensando o desenvolvimento do Terceiro Mundo

Ted Trainer

O simples desenvolvimento, sem um planejamento adequado, leva a aberrantes desequilíbrios na distribuição da renda mundial. O modelo neoliberal, aplicado a nossos países, acaba por privilegiar os interesses das classes altas do Terceiro Mundo, das corporações multinacionais e dos países ricos. 240 p. E-245 **Cr\$ 33.000,00**



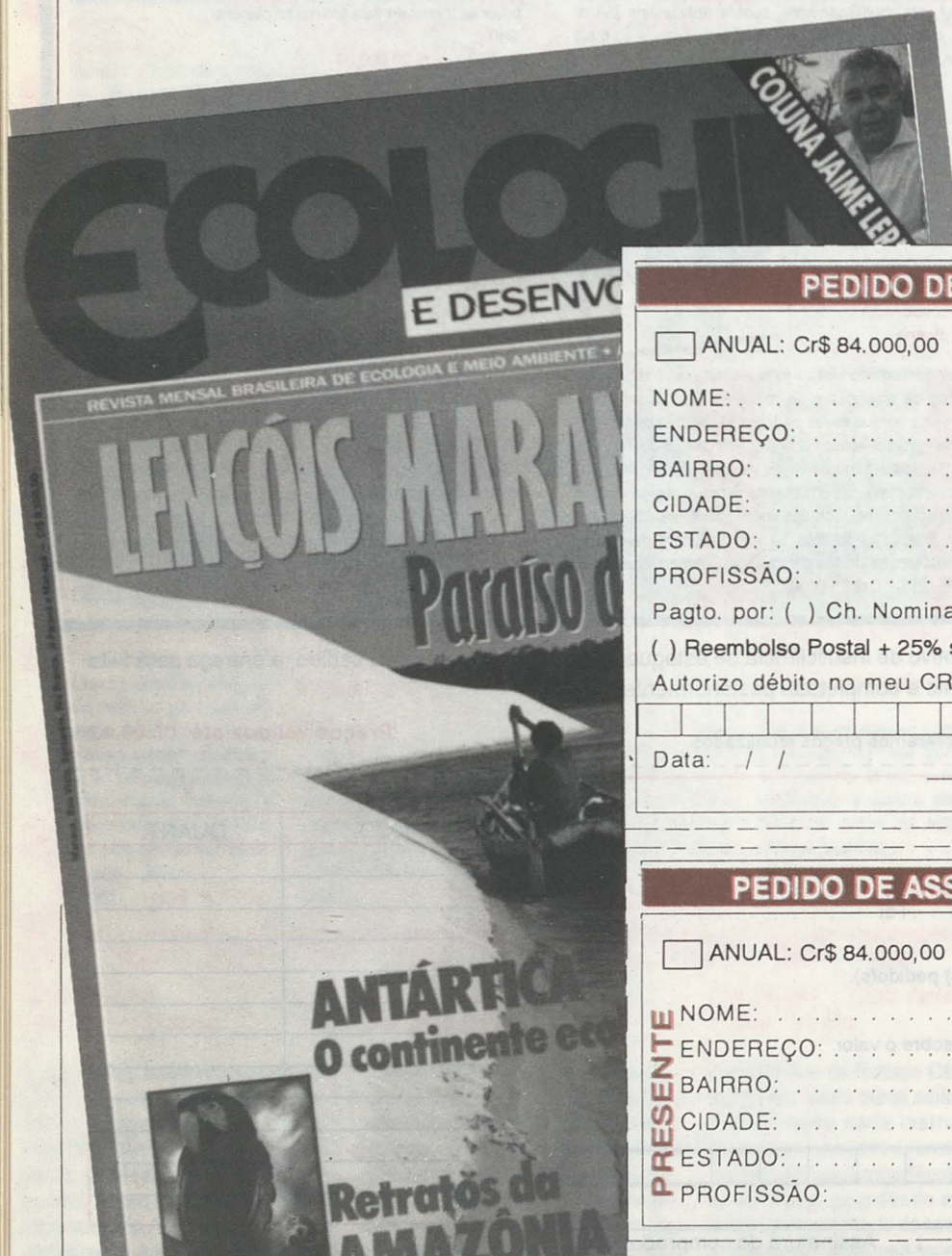
## URSS - ASCENSÃO E QUEDA

Luiz Fernandes

O livro analisa as consequências econômicas, sociais e políticas da opção do Leste pela “economia de mercado”, bem como os antecedentes e desdobramentos dos dramáticos acontecimentos que sacudiram a União Soviética recentemente. É leitura obrigatória para os que queiram se situar diante das profundas transformações em curso nos países do Leste e refletir criticamente sobre a viabilidade do socialismo. 270 p. E-256 **Cr\$ 18.000,00**



**Leia** O Rio de Janeiro vai sediar em junho de 1992 a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, uma reunião planetária de debate sobre as questões ecológicas. A revista **Ecologia e Desenvolvimento** se propõe a contribuir para a análise desse encontro histórico e acompanhar os seus desdobramentos. A ecologia já é, hoje, um tema dominante. Acompanhe o seu tempo. **e Assine**



*Gratis*  
Dê uma assinatura de presente a um amigo e ganhe 1 livro de brinde.

Validade: até 10.05.92

**PEDIDO DE ASSINATURA**

ANUAL: Cr\$ 84.000,00       2 ANOS: Cr\$ 168.000,00

NOME: .....

ENDEREÇO: .....

BAIRRO: .....

CIDADE: ..... CEP: .....

ESTADO: ..... TEL.: .....

PROFISSÃO: .....

Pagto. por: ( ) Ch. Nominal    ( ) V. Postal - Ag. Lapa  
( ) Reembolso Postal + 25% sobre o valor    ( ) CREDICARD  
Autorizo débito no meu CREDICARD N°

.....

Data:    /    /

Comprador

**PEDIDO DE ASSINATURA DO AMIGO**

ANUAL: Cr\$ 84.000,00       2 ANOS: Cr\$ 168.000,00

**PRESENTE** NOME: .....

ENDEREÇO: .....

BAIRRO: .....

CIDADE: ..... CEP: .....

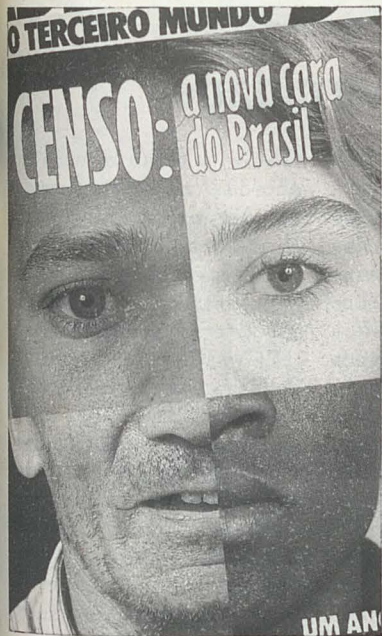
ESTADO: ..... TEL.: .....

PROFISSÃO: .....

Editora Terceiro Mundo Ltda. • Rua da Glória, 122 - 1º andar • Glória • 20241 • Rio de Janeiro • RJ • Telex: 21 33054 CTMB BR  
**PEÇA TAMBÉM PELO TELEFONE (021) 252-7440 OU PELO FAX (021) 252-8455**

## O retrato do Brasil

A população aumentou menos do que se esperava, as mulheres estão tendo menos filhos e o interior de São Paulo e de Minas cresceu mais do que as capitais. Estas são algumas tendências apontadas no censo de 1991,



que vai traçar o retrato do brasileiro às vésperas do século XXI

Páginas 8 a 13



Depois de ser durante décadas uma importante peça no xadrez geopolítico das grandes potências, a Somália enfrenta uma guerra civil em meio ao total desinteresse da comunidade internacional

38



Um ano depois de entrar em vigor o Código de Defesa do Consumidor, consórcios de cartões de crédito, planos de saúde e carros continuam sendo os vilões em termos de enganar as pessoas

27



Os esforços da ex-URSS e seus vizinhos do Leste europeu para implantar a economia de mercado podem acabar em fracasso se não levarem em conta as lições dos "tigres asiáticos"

47

## SUMÁRIO

### 2 PANORAMA NACIONAL

6 CARTAS

14 POLÍTICA

### CULTURA

15 Uma dupla de gigantes

### ECONOMIA

16 O dilema de Volta Redonda

### TRANSPORTE

18 Transfronteira: uma estrada polêmica

24 O trem desafia o caminhão

### INDIGENISMO

22 À procura da própria voz

### AMÉRICA LATINA

31 Venezuela: Nada será como antes

33 Cuba: Areias movediças

34 Panamá: O devastador

neoliberalis cholera

### ÁFRICA

36 Marrocos: Nova ordem, novos desafios

### ÁSIA

40 Desenvolvimento: O dilema indiano

43 Sri Lanka: Uma esperança para os meninos de rua

### ECONOMIA

47 Ásia: O papel do Estado nos "tigres asiáticos"

### CULTURA

49 Para Yves Montand, a guerra acabou

### ÍNDIOS

50 EUA: Em busca da união

### MEIO AMBIENTE

52 EUA: Reação ao descaso oficial

### 54 PANORAMA TRICONTINENTAL

### PÁGINA ABERTA

60 A história embarca no foguete

## Jovens analisam ecologia e política

**R**econstrução do sistema energético dos países industrializados, utilização de tecnologias ambientalmente adequadas à redução do uso de energia e de matéria-prima, para possibilitar menores gastos na sua produção, proteção aos oceanos e rios e o fim da dívida externa. Estas são algumas das propostas que os jovens socialistas do mundo inteiro irão defender na Rio-92.

Elas foram discutidas no seminário "Ecologia e Desenvolvimento", da União Internacional de Juventudes Socialistas (Iusy), que reuniu no mês de março em Niterói (RJ) jovens de 14 países, representando 20 partidos políticos, preocupados na busca de medidas que resultem na melhoria da qualidade de vida na Terra.

A discussão ambientalista sempre esteve associada ao desenvolvimento desigual entre os hemisférios Norte e Sul. Com relação ao desenvolvimento sustentado, o seminário da Iusy considerou a responsabilidade dos países industrializados no financiamento de tecnologias adequadas, visto que a simples troca do modelo econômico mundial, através de uma visão ecológica global, não daria oportunidade de organizar uma transferência de tecnologia.

Para a juventude ligada à Internacional Socialista, o mundo precisa de um modelo de desenvolvimento que privilegie o ser humano, que preserve seus recursos naturais e que conserve os recursos hídricos (as águas interiores e os

mares), as florestas, as riquezas minerais, os ecossistemas de diversas naturezas e a biodiversidade.

Para garantir a preservação das florestas e recursos naturais, o representante do diretório político nacional da Juventude do Partido Liberal Nacional da Costa Rica, Marco Sandi Acuña, denunciou o interesse do governo de seu país em privatizar os parques nacionais, que representam 25% do território daquele país centro-americano. Acuña acentuou o perigo representado pela extensão da atual onda de liberalização ao setor ecológico.

Na qualidade de representantes dos segmentos jovens de seus partidos, os participantes colocaram as questões temáticas no contexto político das sociedades que representavam. O governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, ressaltou a participação dos jovens. "Todas as questões relacionadas com o meio ambiente e a preservação da natureza surgiram com os jovens, os primeiros a detectar as ameaças", lembrou.

No campo econômico, o secretário-executivo do Fórum das Organizações Não-Governamentais (ONGs), Jean-Pierre Leroy, condenou a proposta de transformação da dívida externa em projetos de preservação ambiental. Segundo esclareceu, a aceitação dessa proposta significa, na prática, a legitimidade da existência da dívida e das condições impostas pelos países ricos para o pagamento.

(Randolpho de Souza)

AG. O GLOBO



## Eleição na cadeia

**N**uma experiência inédita, os 86 presídios gaúchos tiveram em março uma eleição em que os cerca de 8.800 presos escolheram seus representantes junto ao governo do estado. A iniciativa foi da Secretaria de Justiça, e, segundo o secretário Geraldo Gama, tem o objetivo de melhorar as condições de vida nas prisões. Cada presídio elegeu uma comissão de três presos, que vão levar as reivindicações da população carcerária às autoridades e transmitir entre seus companheiros as recomendações do governo.

## Nova cidade

**S**erá de 30 de maio a 2 de junho, no Rio de Janeiro, o Fórum Internacional de Reforma Urbana, como uma das principais atividades prévias à Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento e o Meio Ambiente, a Rio-92. "Cresce em todo o país a consciência da importância dos Movimentos Populares e Organizações Não-Governamentais (ONGs) estarem unidos na apresentação de propostas para a relação reforma urbana/ecologia." A afirmação é de Ronnie Barbosa, que representa a Associação Nacional do Solo Urbano (Ansur) na coordenação do Fórum Internacional de Reforma Urbana, segundo despacho da Agência Ecumênica de Notícias.

Durante a Conferência Paralela, organizada pelas

ONGs, o tema deverá ser abordado na perspectiva dos movimentos populares do Brasil e da América Latina, com o respaldo de duas entidades internacionais, a Habitat International Coalition (HIC) e a Frente Continental de Organizações Comunitárias (FCOC). Ainda segundo a agência, as relações desenvolvimento sustentável/reforma urbana, assentamento/moradia/saneamento e cidadania/poder local/qualidade de vida serão os principais enfoques do Fórum Internacional de Reforma Urbana. Esses temas deverão também integrar a carta final do Fórum das ONGs, que será divulgada na mesma data da publicação dos documentos oficiais da Rio-92.



## Panorama da recessão

DIATÁ CANNABRAVA



O amargo da crise econômica não diminui de intensidade, apesar do lento arrefecimento dos índices inflacionários. Os dados do setor industrial do Rio de Janeiro apontam para queda nas vendas reais (-1,1%) em fevereiro, redução da massa salarial (-0,8%) e menos horas trabalhadas (-1,2%), se comparados com os índices de janeiro. O desemprego também aumentou em 0,6%, significando uma supressão de mais 4.500 postos de trabalho. Somando os dois primeiros meses deste ano, perderam a ocupação 11.000 pessoas no Rio.

Os levantamentos sobre o desempenho da indústria não deixaram de assinalar alguns aspectos capazes de acalentar a esperança de que, de modo

Janeiro, nos dois primeiros meses deste ano, foi menor em 10,5%, com destaque para os setores têxtil (-36,3%) e de produtos farmacêuticos (-36,2%).

quase imperceptível, os maus tempos estejam a caminho do fim. Os bons sinais foram o aumento da utilização da capacidade instalada (+0,6%), de janeiro para fevereiro, e ampliação do número de setores que registraram crescimento no total de pessoal empregado (seis em fevereiro, contra apenas dois em janeiro).

Em relação ao primeiro bimestre de 1991, a massa salarial paga pela indústria do Rio de

## Adequar os transportes

Os ferroviaristas estão celebrando a ligação Leste-Oeste por trem, que trará produtos do mais profundo interior brasileiro para o porto de Vitória. O Corredor Ferroviário Centro-Leste (veja matéria no corpo da revista) demonstrará, segundo eles, a superioridade do trilho sobre a rodovia, no que diz respeito ao transporte de cargas.

Segundo o diretor da Câmara Brasileira de Transporte Ferroviário, Renê Fernandes Schoppa, a ferrovia é superior ao modal rodoviário em vários aspectos, sendo que o primeiro deles é a maior capacidade de carga: "Cada vagão transporta, em média, o mesmo que três caminhões, sendo que um trem de 25 vagões pode retirar da rodovia 75 caminhões. Uma composição de metrô ou um trem suburbano transporta de 1.500 a 3.600 passageiros, correspondendo a 20 ou 48 ônibus, com 75 passageiros cada um", compara.

Além disso, Schoppa salienta o menor consumo de energia do trem em relação ao caminhão. De acordo com suas palavras, o trem consome de três a dez vezes menos óleo diesel por tonelada transportada, dependendo das condições técnicas da ferrovia. Quando esta é eletrificada, a diferença, em termos de economia, é muito maior. Em outra comparação, Schoppa revela que "por sua maior capacidade, o trem necessita de um espaço físico oito vezes menor que o ônibus e 30 vezes menor que o automóvel para realizar o mesmo transporte".

Outro aspecto importante, mas pouco focalizado, diz respeito à segurança. As estatísticas internacionais comprovam que o trem é o meio de transporte mais seguro, até mesmo em comparação com o avião. No Brasil, essa estatística é ainda mais favorável ao trem, pois o país é o recordista mundial em acidentes de carros nas ruas e estradas. O trânsito automobilístico lidera o número de mortes no país.

VITÓRIA



## Expectativas favoráveis

Dados divulgados pelo IBGE no final de março, relativos ao mês de fevereiro, revelam que a produção agrícola deverá apresentar desempenho positivo neste ano, produzindo safras que poderão alcançar os 68 milhões de toneladas de grãos. Isto representará recuperação de mais de 22%, em comparação com a produção do ano passado.

Segundo o IBGE, entre os 11 produtos analisados, nove tiveram variação positiva: algodão herbáceo (+14%), arroz (+16,7%), batata inglesa (+18%), cana-de-açúcar (+1,3%), cebola (+10,3%), feijão (+29,8%), laranja (0,12%), milho (+27%) e soja (+25,1%). Registraram queda a segunda safra de batata inglesa (-1,4%) e o café (-8,1%). Com relação a este último produto, prevê-se uma redução continuada, uma vez que São Paulo mantém os mesmos



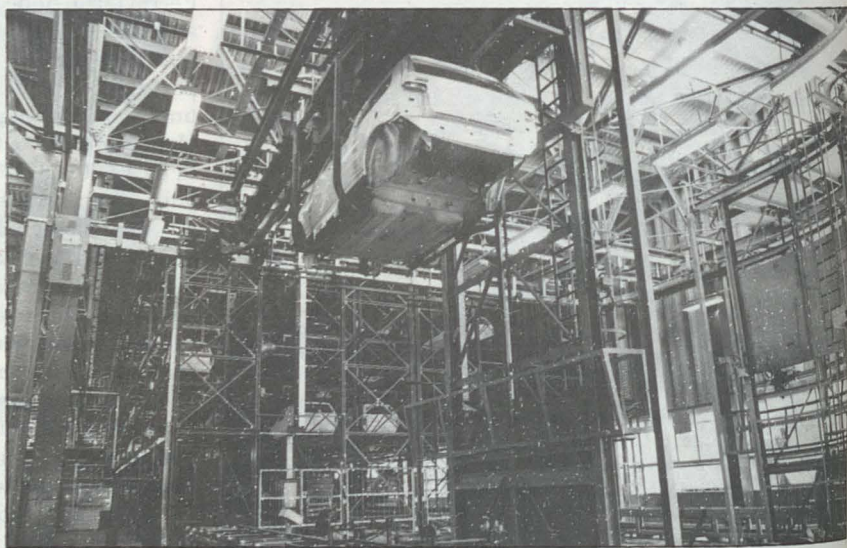
dados da safra anterior, sabendo-se até que lá tem ocorrido o processo de erradicação de cafezais em certas áreas, enquanto no Paraná a variação chega aos 41,88% negativos.

O quadro, no entanto, pode ser considerado bom em termos de produção alimentícia (arroz, feijão, batata, cebola). Cada um desses produtos mostra crescimento expressivo em relação à safra anterior e à produção média dos últimos cinco anos. São também bastante favoráveis as perspectivas de produção, principalmente no Centro-Sul, da soja e do milho. No caso da soja, a produção deverá chegar aos 18,6 milhões de toneladas, praticamente na média das obtidas nos últimos cinco anos. Já a safra do milho poderá bater um novo recorde, chegando aos 30 milhões de toneladas (24% superior à média do quinquênio anterior).

## Queda de braço

A indústria automobilística parece agora disposta a trilhar novos caminhos. Depois de elevar os preços dos automóveis nacionais às proximidades da estratosfera, a iminência de uma crise, ante a abertura do mercado à importação de carros melhores e mais baratos, as empresas decidiram dosar os aumentos e promoveram uma aproximação com as lideranças sindicais e o governo.

Dados do Dieese explicam, em parte, a inesperada boa-vontade das montadoras: elas gastam hoje muito menos com mão-de-obra do que há cinco anos, dispendem menos com matéria-prima, os impostos subiram pouco, o lucro dos revendedores reduziu-se. Somente consolidou-se o lucro das fábricas: cresceu uma vez e meia nestes cinco anos. Agora, em cada carro elas lucram 25,2% do preço final, quando, em 1986, tiravam 10,5%.



Os demais itens tiveram os seguintes prejuízos: mão-de-obra – além de demissões intensas, sua participação caiu de 6,4% para 2,8%; matéria-prima – seu custo reduziu-se de 34,6% para 22,3%; lucro do revendedor – baixou de

12,5% para 10,8%; impostos – subiram apenas 3%, passando de 35,9% para 38,9%. Em 1986, a mão-de-obra empregada beirava os 130 mil trabalhadores, reduzidos, em final de 1991, para 100 mil.

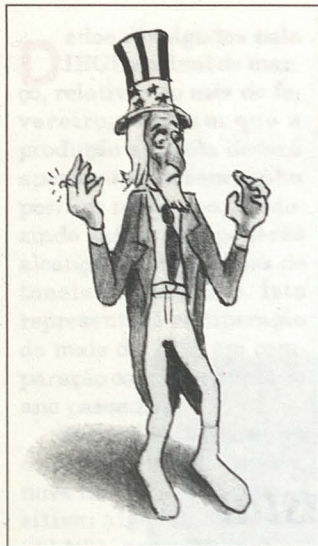
# COISAS DE VALOR

*Para o Mercantil, o seu bem-estar e a sua tranqüilidade são da maior importância. E, para facilitar sua vida, o Mercantil oferece todos os produtos e serviços de que você precisa. As melhores opções de aplicação, facilidades no crédito e assessoria financeira para pessoas físicas e jurídicas.*

*O Mercantil quer cuidar de tudo para você. E, por isso, oferece um atendimento especial. Personalizado. Porque tudo que tem valor para você também tem valor para o Mercantil.*

**MERCANTIL** 

O Banco que dá valor a você.



### A paz dos EUA

Com o fim do comunismo soviético, sem um adversário com que possa competir, a força exploradora e opressora dos Estados Unidos irá se expandir por todo o planeta. O desejo de independência econômica por parte da América Latina torna-se cada vez mais difícil de realizar, pois os Estados Unidos, desejosos de expandir sua exploração, aumentam o poderio bélico. Desta forma, serão incontáveis as intervenções em nome das transnacionais no caso de alguma tentativa de derubar grupos conservadores locais, sempre em aliança com os EUA. Cabe aos governantes dos países terceiro-mundistas se mobilizarem em nome do progresso de suas respectivas nações, lutando contra a ação agressiva norte-americana.

Rodrigo Aparecido de Melo  
Susano - SP

### A pena de morte

Com relação à carta do senhor Carlos Ducatti publicada no número 146 desta revista, gostaria de fazer alguns comentários sobre a questão da pena de morte. Os animais agem por instinto e matam basicamente por ne-

cessidades alimentares. Portanto não podem ser comparados neste aspecto aos seres humanos. O senhor Ducatti está se dando um direito divino quando insinua que, já que Deus mata, por que não podemos matar? A Bíblia não dá a entender que Jesus aceitava a pena de morte e sim que o mesmo não pregava a vingança e que era um ser superior por não condenar seus semelhantes, perdando até os mais cruéis.

Apenas os que têm poder (nem sempre honestos) vão poder escolher quais seres humanos são piores ou melhores. Se a pena capital for legalizada, o que obviamente ocorrerá é a condenação das pessoas marginalizadas, sobretudo pobres e negros.

Lena Tatiana Dias Tosta  
Lago Sul - Brasília

### Reportagens militantes

Há anos sou leitor impaciente da **cadernos do terceiro mundo**. Nos últimos tempos ela perdeu um pouco de seu conteúdo guerrilheiro, impulsionador de idéias e atos formadores e criadores de homens novos. Ainda assim estão presentes em suas páginas boas matérias. Desejo que vocês se tornem menos institucionais, por exemplo, dando endereços de entidades não-governamentais, fazendo reportagens com militantes populares, ou seja, como era a revista há oito anos.

José Antônio Vieira da Cunha  
Iporá - Goiás

### Uma visão de Cuba

Sou assinante da revista, que considero um dos poucos meios em que nós, brasileiros, latinos e terceiro-mundistas podemos confiar. Gostaria de prestar um des-

serviço às cadeias oficiais de comunicação. Explico: estive em Havana em fevereiro assistindo ao IX Congresso Latino-Americano de Psicanalistas e Psicólogos Marxistas. Antes de viajar todos diziam: "Vá antes que acabe!" Owi também notícias que davam conta do iminente ocaso do regime comunista naquele país. Entretanto, o que pude presenciar foi um povo confiante no projeto do país; pessoas alegres, ainda que preocupadas com este período especial; gi-

neteros (indivíduos que abordam turistas para trocar dólares e jeans) dizendo-se fidelistas! Há problemas sérios: filas para comprar bens de consumo, meios de transporte escassos e em péssimo estado, tratamento diferenciado entre cubanos e turistas. Não há, no entanto, problemas que a vontade política de um povo não possa superar.

Cesar Luis Barbosa Calonio  
Rio de Janeiro - RJ



### Jornadas de luta

Nos últimos anos o Brasil inteiro tomou conhecimento das lutas dos trabalhadores do campo. Contra a violência dos latifundiários, contra a política agrária e agrícola dos governos militares, da Nova República e do governo Collor.

Nos quatro campos do país, milhares de trabalhadores ocupam terras, defendem posses, bloqueiam estradas, enfrentam pistoleiros e a polícia, pressionam bancos, acampam dentro de órgãos de governo para fazer suas reivindicações e chamar a atenção da sociedade brasileira para o drama dos homens e mulheres que produzem o alimento que consumimos.

É hora de unificar essas lutas, para que elas possam

trazer resultados concretos. É preciso um só clamor para que a sociedade nos ouça. Por isso, a CUT, a Contag, o Movimento Sem-Terra, a Coiab, o Movimento dos Atingidos por Barragens, o Movimento de Mulheres Agricultoras, a Pró-Central dos Movimentos Populares convocam todos os trabalhadores rurais para as jornadas de luta de 1992. Primeira jornada: 27 de abril a 1º de maio. Segunda jornada: caravana a Brasília na última semana de maio. Terceira jornada: 20 a 25 de julho. Quarta: Mobilização da campanha dos 500 anos de descobrimento e dívida externa, em 12 de outubro.

Fórum das Jornadas de Luta  
Rua Santa Cruz, 281  
São Paulo - SP

## CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Publicação com informação e análise das realidades e aspirações dos países emergentes

### EDITORA TERCEIRO MUNDO LTDA.

Diretor Geral: Neiva Moreira

Diretores: Beatriz Bissio e Henrique Menezes

Rua da Glória, 122 Grupos 101/102 - 105/106 - 20241 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: (021)242-1957/222-1370 Redação, 232-1759 / 232-3372 Administração

Tel: (021)507-2203 Publicidade e Marketing (021)252-7440 Assinaturas

Fax: 55 21 252-8455 Telex: (021) 33054 CTMB-BR

Correio Eletrônico - Geonet: Terceiro-Mundo - Alternex Caderno

### CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Diretor: Neiva Moreira

Diretor Adjunto: Pablo Piacentini

Editora: Beatriz Bissio

Subeditores: Claudia Guimarães, Elias Fajardo e Procópio Mineiro

Consultores Especiais: Darcy Ribeiro

(Brasil), Henry Pease García (Peru),

Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan

Somavía (Chile)

**REDAÇÃO:** Aldo Gamboa (Brasil),

Roberto Bardini (México), Carlos Pinto

Santos (Portugal), Cristina

Canoura (Uruguai)

**SUCURSAIS:** Paulo Cannabrava Filho

(São Paulo), Clóvis Sena e Memélia

Moreira (Brasília), José Carlos Gondim

(Amazônia), Antônio de Pádua Gurgel

(Vitória), Angela Carrato (Belo Horizonte)

**REVISÃO:** Cléa Márcia Soares, Valdenir

Peixoto. **DEPTO. DE ARTE:** Tell Vilhena

(editor), Carlos Gomes (capa e projeto

gráfico), Silvia H. Pompeu, Sylvio Paixão,

João C. Monteiro. **FOTOS:** France Press,

André Louzeiro, Hélio Santos

**CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO:**

Jessie Jane V. de Sousa (diretora), Juliana

Iootty, Roberto de Oliveira, Alba Caldas,

Silvia Arruda e Betânia Gonçalves

**BANCO DE DADOS e EDITORAÇÃO**

**ELETRÔNICA:** Macário Costa (chefia),

Andréa Corrêa, Kátia Prado e Alvaro Revelo

**ADMINISTRAÇÃO:** Henrique Menezes.

**CIRCULAÇÃO e ASSINATURAS:**

Mauro Mendes

**CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO**

utiliza os serviços das seguintes agências:

ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA

(Irã), IPS (Inter Press Service), ALASEI

(México), SALPRESS (El Salvador),



Capat. Carlos Gomes (Criação) e Fernando Torres (Foto)

Foto menor: ONU

SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas: *Africa News* (Estados Unidos), *Nueva* (Equador), *Novembro* (Angola), *Tempo* (Moçambique), *Altercom* (Ilet-México-Chile), *Third World Network* (Malásia), *Israel and Palestine Political Report* (Paris) e *Against the Current* (EUA). Fotos: Agence France Press (AFP)

### • SUCURSAL DE LISBOA:

Diretor: Artur Baptista

Tricontinental Editora Ltda.

Calçada do Combro 10/1º andar

Lisboa, 1.200 - Tel.: 32-0650

Telex: 42720 CTM-TE-P

### ASSINATURAS: REPRESENTANTES NOS DIFERENTES ESTADOS

♣ Acre ☎ 542-2329

♣ Aracaju ☎ 211-1912

♣ Alagoas ☎ 521-4047

♣ Belo Horizonte ☎ 271-3861

♣ Montes Claros ☎ 221-1641

♣ Brasília ☎ 226-2202

♣ Ceará ☎ 245-1679

♣ Cuiabá ☎ 321-3529/316-8356/322-7442

♣ Curitiba ☎ 254-2384

♣ Florianópolis ☎ 44-7683

♣ Paraíba ☎ 322-7536

♣ Pernambuco ☎ 231-1485

♣ Porto Alegre ☎ 27-1025

♣ Rio de Janeiro ☎ 252-7440/252-1742

♣ São Paulo ☎ 36-7094

♣ Vitória ☎ 229-9247

## INTERCÂMBIO

- *Elisa Astorga S.*  
Casilla 387  
Valparaíso - Chile
- *Graciela Morales Suarez*  
Apartado 347, Habana 1. C.P 10100  
Habana - Cuba
- *Mayra Delgado Novoa*  
Apartado 347, Habana 1. C.P 10100  
Habana - Cuba
- *Carlos Garcia Castañeda*  
Apartado 30, Sagua la Grande  
C.P. 52300  
Vila Clara - Cuba
- *Ana Clara de Assis*  
Rua Brás Cuba, 60 - Vila Santana  
18090 Sorocaba - SP
- *Jobson Ferreira Barbosa*  
Rua Irmãos Caetano nº 2  
São Gonçalo do Retiro/ Cabula  
41100 Salvador - BA
- *Geraldo Sola Junior*  
Caixa Postal 346  
07111 Guarulhos - SP
- *Sósto Ulisses Tenório*  
Rua João Dias Vergara, 35-A  
Jardim Olinda  
05765 São Paulo - SP
- *Carlos Avalone Wolff*  
Av. Brasil, nº 1312  
93700 Campo Bom - RS
- *Benedito Almir Faria*  
Caixa Postal 196  
09701 São Bernardo do Campo - SP
- *Wagner Lopes Pereira*  
Rua Baby Faro nº 2  
Bairro General  
26150 Belford Roxo - RJ
- *Elias de Oliveira Filho*  
Rua Beira Serra, 295  
25250 Xerem - RJ
- *Maria Bernadete de Almeida*  
Rua Padre Faustino 345 - Nova Vista  
31080 Belo Horizonte - MG
- *Milena Monteiro*  
Rua Costa Gomes, 71 - Jardim Marconal  
75900 Rio Verde - GO
- *Carla R. S. Campos*  
Av. Mato Grosso, 96  
78000 Cuiabá - MT
- *José Arimá Rocha Brito*  
Rua Padre Guerra, 1161 - Parquelândia  
60455 Fortaleza - CE
- *Euclide José Carlos*  
Caixa Postal 3677 F.A.T.  
Luanda R.P.A.
- *Gilmara Silva*  
Av. Nereu Ramos, 515  
Caixa Postal 25  
88380 Piçarras - Santa Catarina
- *Omar Corcho Abreus*  
Apartado Postal # 3  
Cumanayagua C.P. 57600  
Cienfuegos - Cuba
- *José Wanderley Borges*  
Rua Glaziou, 83 - ap.302  
20750 Pilares - RJ

# Um retrato do Brasil



*O ritmo do crescimento diminuiu, as mulheres têm cada vez menos filhos e, em São Paulo e Minas, o interior cresce mais do que a metrópole*

## Carlos Lopes

**E**le ainda é jovem, tem os ombros bem largos, a cintura grossa, as pernas finas. Muitos retratos seus foram feitos, mas, como está sempre mudando, periodicamente se encomenda um novo. O trabalho é demorado. O pintor revela um e outro traço, mas promete entregar o trabalho no ano que vem. Aí vamos poder analisar todos os traços desse sensível modelo.

O Brasil que o Censo-91 apresenta agora ainda é um esboço de um retrato aproximado do país às portas do século XXI. Ainda estão sendo processados os questionários básicos, aplicados em cerca de 35 milhões de domicílios. O perfil do brasileiro ficará mais detalhado a partir do processamento do questionário da amostra, com 80 itens preenchidos, aplicado em só 10% dos domicílios.

Os dados que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou mostram diminuição no ritmo de crescimento, com uma taxa anual, entre 1981 e

1991, de 1,89%, contra os 2,48% registrados no período 1970/1980. As projeções feitas em 1981 estimavam uma população de cerca de 153 milhões de habitantes, ao passo que os resultados preliminares apresentaram 146,15 milhões.

A diferença – cerca de sete milhões de pessoas – não surpreendeu a coordenadora técnica do censo, Valéria da Mota Leite. A partir de 70, a fecundidade começou a cair vertiginosamente. “Então, as projeções passaram a errar para mais”, explica ela. “Para 1980, projetávamos 123 milhões de habitantes; encontramos 119 milhões. E agora ocorreu exatamente a mesma coisa.”

O fenômeno não é uma exclusividade brasileira: em outros países latino-americanos também a fecundidade cai. A esterilização e o uso da pílula anticoncepcional são causas imediatas, mas a urbanização, a inserção maciça da mulher no mercado de trabalho e o aumento da informação também ajudaram esse rápido declínio.

Os resultados preliminares mostram ainda que o país cresce no meio urbano, com aumento maior da população no interior do que nas capitais. Embora aquém do previsto, os estados que mais cresceram na última década foram Roraima e Rondônia. Paraná e Rio de Janeiro foram os de menor crescimento.

A migração é uma das variáveis mais sensíveis do censo. A coordenadora lembra um problema ocorrido em 1980: “Os dados mostravam que as capitais recebiam o maior fluxo vindo do próprio estado, com exceção do Amazonas, onde as pessoas chega-

vam de outros estados”. Explicações sócio-econômicas foram tentadas. “Quando tirei a informação detalhada dos migrantes”, conclui, “vi que eram militares. Verificamos então que tinha havido a transferência de setores do Exército do Sudeste para Manaus.”

**Queda na arrecadação** – A queda no ritmo de crescimento teve um efeito paralelo: baqueou os cofres municipais. A diferença entre estimativas e resultados vai acarretar uma queda na receita do Fundo de Participação dos municípios, dividido em quotas pelo governo federal de acordo com o número de habitantes. As autoridades municipais se acostumaram a aumentar o número da população para terem direito a maiores recursos.

Até o fim de março haviam chegado ao IBGE 120 reclamações de municípios. Segundo Valéria, 95% delas eram de perdas na participação do fundo. O IBGE fornece anualmente ao Tribunal de Contas da União a projeção técnica de população, e essa

projeção não admite que o município caia de faixa no Fundo de Participação, uma vez que esta estimativa não tem a confiança de um recenseamento. “Uma grande parte dos municípios brasileiros teve taxa de crescimento negativa entre 1970 e 1980”, pondera Valéria, para concluir: “Como não pode diminuir, você é obrigado a manter a população superestimada. Mas na hora do censo, a população vai lá para baixo. Aí o prefeito reclama.”



Valéria da Motta Leite



Lucia Hippolito

## Brasil moreno

O censo de 1991, além de contar com as bênçãos da tecnologia que permite uma apuração descentralizada, reduzindo de três para dois anos o resultado final, trouxe algumas inovações. É o caso de introdução de um quesito sobre os deficientes físicos e mentais, exigido pela Constituição brasileira. Os órgãos de defesa dos deficientes disseram que muitas vezes os excepcionais foram cadastrados simplesmente como analfabetos. Um outro aspecto observado diz respeito à mão-de-obra informal, componente considerável na economia. Detalhamentos sobre migração interna e nup-

cialidade também foram incluídos na pesquisa.

A investigação de cor vinha sendo lançada nos censos desde 1940. “Era uma pergunta que classificava as pessoas em branco, preto, amarelo ou pardo”, explica Valéria da Mota Leite. O quesito era muito criticado, tendo sido retirado do censo de 1970. Nessa década foi substituído por uma questão em que a pessoa declarava a sua cor. “Aí conseguimos codificar 136 cores diferentes”, lembra. Depois, o entrevistado era perguntado como a cor declarada se enquadrava nos parâmetros branco, preto, amarelo ou

pardo. O resultado mostrou que a maior parte da população brasileira se declarava morena. “Como abrir uma categoria de moreno não ia esclarecer nada, as antigas categorias foram mantidas no censo de 1980”, diz.

O censo de 1991 abriu uma categoria para os índios – anteriormente considerados pardos –, e definiu que somente as pessoas de descendência oriental poderiam ser classificadas como amarelas. É que, muitas vezes, aquelas que apresentavam uma coloração amarelada, em geral devido a problemas de saúde, eram classificadas pelo recenseador nessa cor.

A assessora da Coordenadoria do Censo Demográfico, Lucia Hippolito, acrescenta que a maior parte das reclamações vem dos municípios pequenos, que vivem na dependência do fundo. "O prefeito do Rio de Janeiro, Marcello Alencar, não reclamou do menor crescimento da população de sua cidade; Luiza Erundina, prefeita de São Paulo, também não", observa.

Valéria da Mota Leite ressalta que o censo levanta a população residente. "O garimpeiro trabalha em uma determinada região mas não mora lá, tem família em outro lugar", diz. "Essa população é flutuante, não tem que ser contada. Mas o prefeito daquele município quer que conte o garimpo."

A coordenadora técnica não descarta a existência de falhas no censo, feito por 140 mil pesquisadores. "É óbvio que algum pesquisador vai inventar o questionário e tem o supervisor, que não checa amostras do trabalho dos recenseadores, como deveria fazer", reconhece.

**Críticas individuais** - Uma outra reclamação constante vem de pessoas que dizem não terem sido ouvidas. Pesquisa feita por um jornal do Rio mostrou que figuras de destaque não haviam sido recenseadas. Um deputado federal, citado na relação dos olvidados, foi desmentido pelo recenseador. O pesquisador, em carta ao jornal, disse ter sido recebido pela mulher do deputado, que respondeu ao questionário. Lucia Hippolito diz que a mulher não deve ter falado ao marido sobre o recenseador: "É como o tintureiro. A mulher não conta ao marido todo dia que o tintureiro esteve lá", compara.

Valéria lembra que o censo se preocupa em contar o todo. "Se você esquecer a empregada que mora em sua casa, essa pessoa vai ficar de fora", exemplifica. Além disso, há omissões como o caso do recenseador que não cobre uma casa de fundos que ele não viu, etc. "Isso é normal no Brasil, Estados Unidos, China e Japão. Qualquer censo tem essa diferença", justifica.

Segundo a coordenadora técnica, a margem de erro pode ser muito maior do que os 2%, como foi divulgado.

Com um recorte de jornal na mão, Valéria da Mota Leite assinala que o censo dos Estados Unidos deixou de contar 16 milhões de pessoas, e que dez cidades estão na justiça contra os resultados. Lá os questionários são remetidos pelo correio, para serem preenchidos e devolvidos. O recenseador só vai ao domicílio quando o questionário não é devolvido. O número de respostas nos EUA foi de 63%. E para cobrir os restantes 37%, os norte-americanos tiveram 200 mil recenseadores.

**Eleitores/população** - No Brasil, o censo verificou que, curiosamente, alguns municípios apresentaram mais eleitores do que habitantes. Para Valéria da Mota Leite, o quantitativo de eleitores não é um bom balizamento para os resultados do censo. A comparação tem sido feita com dados de eleitores cadastrados, e não com os que votaram nas últimas eleições. É comum, observa Lucia Hippolito, o eleitor que já se mudou continuar cadastrado no município em que morreu. "Ele volta para declarar seu voto, ou vai ao cor-

POPULAÇÃO POR SEXO, SEGUNDO OS CENSOS  
1872 - 1980 - BRASIL

CENSOS	POPULAÇÃO		
	Total	Sexo	
		Homens	Mulheres
1872	9 930 478	5 123 869	4 806 609
1890	14 333 915	7 237 932	7 095 983
1900	17 438 343	8 900 526	8 537 908
1920	30 635 605	15 443 818	15 191 787
1940	41 236 315	20 614 088	20 622 227
1950	51 944 397	25 885 001	26 059 396
1960	10 191 370	35 059 546	35 131 824
1970	93 139 037	46 331 343	46 807 694
1980	119 002 706	59 123 361	59 879 345
1991 (1)	146 154 502	72 171 165	78 983 000

FONTE - IBGE. Censos Demográficos

(1) Dados preliminares



reio justificar a ausência, mas continua a manter o título de eleitor naquela cidade”, diz. Um maior número de eleitores do que habitantes em três cidades de Alagoas está levando o Tribunal Regional Eleitoral a fazer um novo cadastramento. O mesmo problema aconteceu em diversas cidades. Valéria da Mota Leite esteve em municípios de fronteira no Mato Grosso do Sul, onde os eleitores também predominavam sobre a população. Ela pôde constatar que muitos deles já residiam no Paraguai. O Tribunal Superior Eleitoral está solicitando os novos dados do IBGE, uma vez que, desde a primeira Constituição republicana (1891) o censo serve de base para a distribuição das cadeiras das câmaras federal, estaduais e municipais.

**População de rua** – O censo de 1991 não recenseou a crescente população que vive nas ruas das cidades brasileiras, pois a pesquisa foi feita por domicílio. Valéria da Mota Leite argumenta que a metodologia de uma pesquisa para cobrir essa população de rua seria totalmente diferente da metodologia do censo. Segundo a coordenadora técnica, o IBGE não descarta a possibilidade de vir a fazer uma pesquisa para essa população de rua. “O que nós não quisemos fazer foi misturar isso com a operação do censo, que já é muito complexa.” Embora não reduza a dimensão do problema social, Valéria da Mota Leite afirma que o objetivo fundamental do censo é contar a população. “Os que ficaram de fora dessa contagem na rua, em termos quantitativos, são pouco significativos”, considera.

“O problema é que muitas dessas pessoas que você encontra na rua têm domicílio”, acrescenta. “Só que elas não voltam para casa todos os dias. Para o censo, essa população não deveria ser coberta.” Lucia Hippolito concorda, e diz que, com o constante trânsito dessas pessoas, correr-se-ia o risco de contá-las duas ve-

## TAXA DE CRESCIMENTO 1872 – 1991

PERÍODO INTER-CENSITÁRIO	TAXA MÉDIA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL (em %)
1872/1890	2,01
1890/1900	1,98
1900/1920	2,88
1920/1940	1,49
1940/1950	2,39
1950/1960	2,99
1960/1970	2,89
1970/1980	2,48
1981/1991 (1)	1,89

FONTE – IBGE. Censos Demográficos.  
1981/1991 (1) – Dados preliminares

zes. “Tendo por base o domicílio, fica muito difícil você pesquisar pessoas sem domicílio”, complementa.

Elas citam o que aconteceu recentemente com uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (Ibase), com relação aos meninos de rua do Rio de Janeiro. O Ibase registrou mil meninos, levando em conta que a maioria deles tem domicílio. Os números foram menores do que o esperado. Dentre os críticos da pesquisa, um padre de Copacabana disse que somente no bairro a igreja cadastrou quatro mil crianças vivendo nas ruas. ■

## A história do censo

**A** pós algumas tentativas de recenseamento no período colonial, o primeiro censo demográfico brasileiro aconteceu no Império, em 1872. A população então recenseada atingiu 9 milhões 930 mil 478 habitantes. Com a proclamação da República e a promulgação da Constituição de 1891, o recenseamento passou a ser dever oficial do Estado, e da contagem criteriosa da população dependeria a

distribuição das cadeiras do Legislativo. O primeiro censo do período republicano foi marcado para 31 de dezembro de 1890. Os trabalhos de apuração só vieram a ser oficialmente conhecidos às vésperas do censo seguinte: 14 milhões 333 mil 915 brasileiros. O censo de 1900 contou com a Diretoria Geral de Estatística reestruturada, registrando 17 milhões 438 mil 434 habitantes. Em 1910 o recenseamento não

foi realizado devido ao clima político desfavorável. Revoltas ocorridas na Marinha – Revolta da Chibata – e em diversos estados provocaram, inicialmente, o adiamento da pesquisa por um ano, e depois seu cancelamento definitivo. O censo de 1920 foi pioneiro na apuração mecanizada, sendo também o primeiro a marcar 1º de setembro para o início da coleta. O recenseamento contou 30 mi-

lhões 635 mil 605 pessoas no país. O ano de 1930 marca o fim da República Velha, mas não registra em números a população. A Revolução de 30 que levou Getúlio Vargas ao poder foi decisiva para o governo federal suspender o censo. A partir de 1940, o IBGE – criado seis anos antes – passa a ser responsável pelos trabalhos de recenseamento, que não foram mais interrompidos.

# São Paulo e Minas analisam resultados

*Novas realidades nos estados serão parâmetro para novos investimentos*

**S**ão Paulo é o estado brasileiro mais populoso, respondendo com 21% do total da população do país, de acordo com os resultados preliminares do censo de 1991. O segundo estado em número de habitantes é Minas Gerais, que apresenta 11% da população brasileira. Os dois estados tiveram diminuição no ritmo de crescimento, em comparação com o período entre 1970 e 1980. As secretarias de Planejamento de Minas e São Paulo analisaram as possibilidades de correção de estimativas à luz dos resultados já divulgados pelo IBGE.

A equipe do secretário de Planejamento de Minas Gerais, Paulo de Tarso Almeida Paiva, admite que devam ser feitas reavaliações de estimativas em todos os indicadores ligados à população, tais como o Produto Interno Bruto (PIB) por habitante, o déficit habitacional e a arrecadação nos fundos de participação (estados e municípios).

Para o secretário de Planejamento de São Paulo, Eduardo Maia, a variação no ritmo de crescimento não é suficiente para que sejam modificadas as grandes metas administrativas.

“O projeto de saneamento da região metropolitana de São Paulo, por exemplo, não sofrerá alterações em razão de um crescimento de um ou dois milhões de pessoas contra uma previsão de três a quatro milhões”, responde. “As carências são maiores do que a pequena variação registrada, pois, no caso da Grande São Paulo, estamos pensando em obras de saneamento para dez milhões de pessoas”, informa.

O censo de 1991 registrou um crescimento maior do interior de São Paulo, em relação não só à capital como também à região metropolitana do estado. Quanto ao direcionamento de investimentos em infra-estrutura básica a partir dos resultados do censo de 1991, o secretário Eduardo Maia falou sobre a preocupação de São Paulo nessa questão.



*Em São Paulo e Minas Gerais, os estados mais populosos do país, o crescimento se deu mais nas cidades do interior do que nas capitais*

"Através de programas de desenvolvimento regional, estamos buscando atacar áreas em que existe o risco de serem criados vazios populacionais. As regiões do Pontal do Paranapanema e da Alta Paulista – onde foi verificada a possibilidade de uma perda absoluta de população – passaram a ser assistidas pelo governo do estado, por meio de incentivo à cafeicultura e à fruticultura. Tenta-se impedir o fluxo migratório para outras cidades", disse o secretário.

A Secretaria de Planejamento de Minas Gerais, onde o crescimento do interior também foi maior do que da capital, lembra que uma das diretrizes do plano plurianual de governo é a interiorização do desenvolvimento, visando à descentralização e o fortalecimento municipais. A equipe de planejamento do estado de Minas afirma que a divulgação dos resultados do Censo-91 não alterou as metas administrativas. Ao contrário, reforçou a diretriz da interiorização.

O fato de as mulheres serem maioria nos dois estados mais populosos do Brasil não implica uma mudança de postura administrativa com relação à política de geração de empregos. Embora o número de mulheres seja maior, a relação na população economicamente ativa

ainda é inversa: dois homens para cada mulher. Em São Paulo, a preocupação com a geração de empregos também não leva em conta uma distinção entre ocupações para homens e mulheres.

Quanto às perdas de recursos do Fundo de Participação por causa de um crescimento menor da população, o secretário de Planejamento de São Paulo, Eduardo Maia, esclarece que o fundo representa uma parcela irrisória nos cofres do estado de São Paulo. "Nossa maior fonte de renda é a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, o ICMS", diz. Com relação às perdas dos municípios, Eduardo Maia mostra-se mais preocupado: "Com menos dinheiro, o estado será impelido a realizar obras que o município não poderá fazer, por estar com o caixa baixo. É certo prever uma maior demanda desses setores aos recursos do estado para gerar o desenvolvimento".

Já a Secretaria de Planejamento do governo de Minas prevê que a redução da estimativa de crescimento da população venha a superestimar a renda *per capita*, promovendo uma distorção de dados.

## As novas tendências

### Resultados preliminares

A população brasileira, segundo dados preliminares do Censo-91, é de 146 milhões 154 mil 502 habitantes. Apesar do aumento de 27 milhões de habitantes nos últimos dez anos, o crescimento ficou abaixo das projeções do IBGE, que indicavam uma população de 153 milhões para o início da década de 1990. Houve uma queda no ritmo de crescimento que, na década de 1980, foi de 1,89% (taxa média anual).

A queda no crescimento confirma uma tendência já apresentada. Na década de 1950/1960, a taxa média de crescimento anual foi de 3,17%; na década seguinte (1960/1970) foi de 2,76%; entre os anos 1970 e 1980, a taxa de crescimento foi de 2,48%. A diminuição no ritmo de crescimento da população brasileira deve se acentuar nas próximas décadas, permitindo um maior planejamento para o desenvolvimento. Na última década o país registrou, na média, menos de três filhos por mulher. Entre os anos 1970 e 1980, a relação era de 4,5 filhos por mulher, enquanto nos anos 1960/1970, de seis filhos por mulher.

### Seis milhões de mulheres a mais

Uma outra tendência confirmada foi a existência de mais mulheres do que homens no Brasil. Do total de 146,15 milhões de pessoas, 78,98 milhões são mulheres e 72,17 milhões, homens. Para cada grupo de 100 mulheres há, no Brasil, 97,99 homens. O IBGE atribui essa diferença a dois fatores: a maior taxa de mortalidade masculina e a mais frequente migração de homens. A proporção varia de acordo com a região. Se em Brasília para cada grupo de 100 mulheres existem 92,27 homens, em Roraima a cada 100 mulheres correspondem 123 homens.

A partir do censo de 1940, o número de mulheres começou a suplantando o de homens. Esse setor das "minorias" – como era caracterizado até bem pouco tempo –, atingiu em 1940 um número de 20,62 milhões contra 20,61 milhões de homens. Na década seguinte, as mulheres eram 26,05 milhões, ao passo que os homens eram 25,88 milhões. O censo de 1960 apresentou em seus resultados um número de 35,13 milhões de mulheres para 35,05 milhões de homens. Em 1970 as mulheres eram 46,80 milhões; os ho-

mens, 46,33 milhões. O censo realizado em 1980 contou 59,87 milhões de mulheres e 59,12 milhões de homens.

### Regiões e estados

A região Norte foi a que apresentou a maior taxa de crescimento anual (3,9%), seguida pelo Centro-Oeste (3,0%). Abaixo da média do país ficaram o Nordeste (1,81%), o Sudeste (1,68%) e o Sul (1,36%). A região Sudeste é a mais povoada, concentrando 42,5% da população brasileira. O estado de Roraima foi o que apresentou o maior ritmo de crescimento – 9,6% – com a população passando dos 79.159 habitantes registrados pelo censo de 1980 para 215.790, segundo o de 91. Rondônia cresceu 7,95, apresentando 1,13 milhão de habitantes em 1991. O estado do Rio de Janeiro teve o segundo menor crescimento (apenas 0,99% nos últimos dez anos), mas permanece sendo a terceira mais populosa unidade territorial brasileira. São Paulo e Minas Gerais são os dois primeiros em número de habitantes. Paraná foi o estado que apresentou a menor taxa de crescimento – 0,90% no período entre 1980 e 1991.

# Ainda atrás de um projeto

*Vassourada ministerial é uma espécie de confissão de culpa de um governante desesperado por acertar*

## Procópio Mineiro

**A** demissão coletiva do ministério, no início do terceiro ano de administração, demonstra que até 1995 ainda muito se poderá ver de inusitado no curso do governo Collor. A primeira equipe evaporou-se ao longo do primeiro e segundo anos, e agora já pertence ao passado a maioria dos que a substituíram. A nova safra e seus remanejamentos indicam, apenas, que há disposição para recomeçar o jogo e que o governo está apto a vestir camisas novas, já que a do Brasil Novo revelou-se de pouca raça.

Collor demonstra coragem e até humildade, ao caminhar na contramão da rotina dos governos: admite a incapacidade de impor uma cara à sua administração e não hesita em dar a mão à palmatória e bradar por socorro aos setores interessados em lhe emprestar uma face.

### Parceiros, por favor

O novo Jânio, como se temia que viesse a ser o jovem presidente, eleito sem um programa realista à vista, demonstra um espírito de luta que o original dos anos 60 não apresentou. Às dissimulações e espertezas janistas (e como foi esperto o homem da vassoura, que deixou aquela herança para a família, inclusive com recheada conta de dólares na Suíça), Collor contrapõe uma atitude batalhadora, de quem insiste em saídas possíveis, dentro do quadro constitucional.

Mas é igualmente inesperado, súbito, surpreendente, como neste lance da renúncia coletiva, a qual, além de lhe deixar mão livre para reformulações, funcionou

como um forte golpe de *marketing*. Ganhou a cena, onde andava cada vez mais perto dos bastidores, como sombra na tragédia das pesadas denúncias de corrupções e traças de seus ministros e amigos. Calou a boca dos inimigos e, certamente, deve sentir-se de alma nova. Com novos parceiros.

Um governo que atira a esmo, Collor

lidamente agarrado ao muro, na mais estrita linha pessedebista.

O PFL já faz parte dos pilares do segundo tempo do governo e iniciou a composição da nova cara da administração Collor, com Ricardo Fiúza, Reinhold Stephanes e Jorge Bornhausen. Este está entrando para atuar como uma espécie de maestro político do governo. Nomes como Adib Jatene e José Goldemberg, desvinculados explicitamente de agremiações partidárias, compõem outra vertente da administração.

Trata-se de um novo governo. Falta ainda, no entanto, um programa. Modernização mal entendida, privatização a qualquer custo, recessão como objetivo, inexistência de grandes estratégias são aspectos questionáveis da administração, até agora. As expectativas nesse campo apontam para Eliezer Batista, o novo secretário de Assuntos Estratégicos. Ministro do governo João Goulart, um dos construtores do êxito da Vale do Rio Doce, uma estatal exemplar, Eliezer é um técnico com vocação para as grandes transformações. Vamos ver se encontra meios e condições para trabalhar. Essa espécie de gabinete de salvação apresentará um programa consistente para o país — esculpindo o novo rosto do governo Collor — ou se contentará em administrar o varejo?

Pela forma dramática de sua composição, este novo ministério é, para Collor, a explicitação de um pedido de socorro. Que está sendo atendido, basicamente, por setores e nomes ligados à visão política conservadora. Dos desorientados arroubos inovadores, o governo passa a trilhar o relativo conforto dos caminhos já testados, contra os quais, aliás, surgiu uma certa candidatura presidencial, na longínqua era de 1989. ■



Jorge Bornhausen é o maestro político do governo Collor

tem tido a coerência de deixar clara sua carência de programa e também sua abertura para novas companhias.

Já é quase folclórico seu namoro com o PSDB, que agora entra no governo através do sociólogo Hélio Jaguaribe, à frente da Secretaria de Ciência e Tecnologia, embora o partido, como tal, não se defina como participante do governo. Ou seja, está com um pezinho lá, embora ainda so-

# Uma dupla de gigantes

Dois atores resgatam as pernas-de-pau como expressão artística

## Patrícia Costa

Uma nova maneira de se fazer arte está surgindo com a Dupla do Rio, um casal de atores-equilibristas que apresenta suas performances sobre pernas-de-pau. É um trabalho que mistura teatro, circo e dança, e cuja linguagem é acessível tanto para adultos como para crianças. Depois de terem sido os maiores Papai e Mamãe Noel do mundo, no "Natal da Delicadeza", ocorrido no Mercado São José das Artes de Laranjeiras, em 1990, e de abrirem o Carnaval 91 como mestresala e porta-bandeira gigantes à frente das Escolas de Samba Mirins, na avenida Rio Branco, eles embarcaram em junho passado para a Europa.

Sob a direção de Zé Zuca, encenador, músico e pedagogo, Isa Xavier e Raul Farias Lima apresentaram os espetáculos *Brasil Gigante* e *Coração de Gigante* em países como a Itália, França, Alemanha, Espanha e Holanda, onde foram aplaudidos por cerca de 20 mil pessoas, no Festival Mundial de Ginástica, realizado em Amsterdam.

**Brasil gigante** - (Brasil que gin-ga) é um show com um *pout-pourri* de músicas, danças e cores brasileiras, cuja coreografia foi elaborada por Carlinhos de Jesus e Stelinha. Isa e Raul dançam lambada, frevo, samba e forró como se estivessem com os pés no chão. Numa outra parte do espetáculo, brincam com a platéia através de jogos po-



Isa Xavier e Raul Farias Lima querem mostrar um Brasil criativo

pulares infantis, como amarelinha, bola de gude, pular corda, futebol, pique-pegas, etc. O espetáculo é, em parte, resultado de uma pesquisa feita pelo diretor Zé Zuca, que trabalha há alguns anos com o universo infantil. Segundo ele, está ocorrendo um distanciamento por parte da criança deste universo, devido à robotização das brincadeiras infantis. A televisão, o *video game* e os brinquedos eletrônicos estão dominando o mundo da criança. "É uma tentati-

va de resgate desse universo infantil dos pique-pegas e dos pular corda", declara o produtor da Dupla do Rio, Rodrigo Farias Lima.

**Coração de Gigante** - é um espetáculo mais lírico, sem diálogos, embalado por músicas de Villa Lobos, que conta a história de seres mágicos que habitam a Floresta Amazônica. Ubá e Naíra vivem felizes e em completa harmonia com seu habitat, mas um caçador ("caça-o-amor") surge e fere Naíra mortalmente. Ubá, desesperado, sai a perambular pelo mundo, percorrendo diferentes paisagens, até que é atraído pelos ruídos de uma cidade. Lá, conhece a anã Amanda, com quem começa a viver uma relação aparentemente impossível. Porém, em meio a dúvidas, dor e incertezas, acabam por encontrar o amor e o entendimento e vão viver na floresta. Este é o ponto principal do espetáculo, segundo seu criador e diretor Zé Zuca, pois simboliza a possibilidade de a civilização (no caso, representada por Amanda) estabelecer um relacionamento não-predatório e, até, harmônico, com a natureza (representada por Ubá).

A proposta é levar para o exterior a imagem de um Brasil sensível, belo e inventivo. Além disso, pretende-se resuscitar as pernas-de-pau como instrumento cênico, criando uma nova perspectiva teatral, tanto para os atores como para o público. "Queremos dar atualidade a uma técnica considerada fora de moda", afirma Raul Farias Lima. ■

# O dilema de Volta Redonda

*Para entender a crise da Companhia Siderúrgica Nacional é preciso pensar na situação do aço no mundo*

**Jessie Jane V. de Sousa**

**N**os últimos anos, tornou-se lugar comum atribuir a crise da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a maior do país, ao seu caráter estatal. E como a panacéia para todos os males tem sido a privatização, ela foi incluída na lista das empresas privatizáveis. O governo Collor marcou para novembro o momento para que isso aconteça. Assim, a CSN "que dá prejuízo" passará milagrosamente a ser lucrativa e ágil. Mas será mesmo verdade?

A própria direção da empresa, segundo relatório da diretoria de operação, afirma que em 1989 a CSN entregou ao mercado 3.42 milhões de toneladas de produtos, que operou com alto rendimento e teve excelente faturamento.

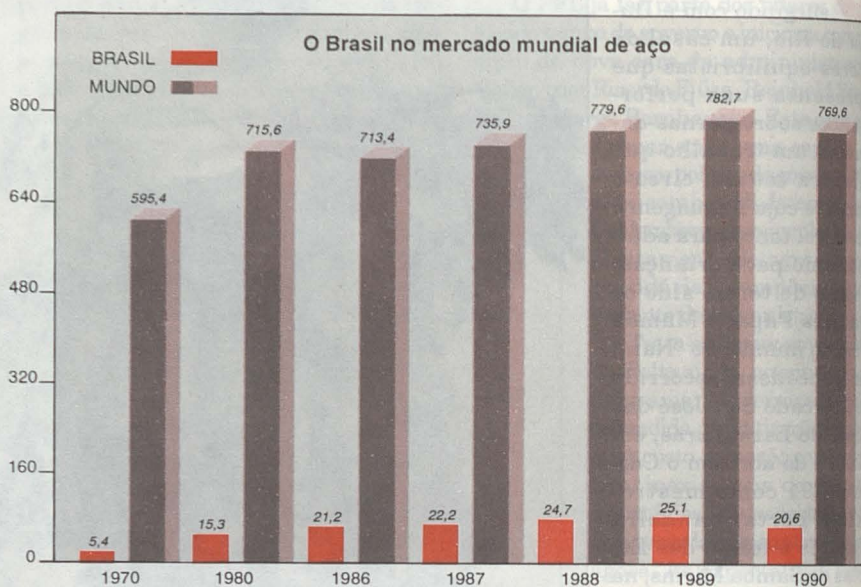
O problema da CSN não é exatamente prejuízo. A história da empresa nos mostra que o fundamental é a permanente defasagem dos preços do aço. Não adianta produzir muito e vender por preços abaixo do mercado.

## Uma contradição permanente

Essa tem sido a permanente contradição vivida pela CSN, a partir dos anos 50, quando o sentido dado por Getúlio Vargas àquele empreendimento, "uma alavanca para o desenvolvimento da industrialização brasileira", passou a ser deturpado.

Desde então a CSN tem subsidiado os grandes oligopólios (concentrações de empresas, sobretudo as ligadas ao setor automobilístico) instalados no Sudeste.

Mas desde 1990, quando a empresa passou a ser privatizável, o governo vem saneando sua economia tornando-a rentável aos olhos dos possíveis compradores.



Além dos baixos preços do aço, a CSN, tem sido vítima, desde 1964, da política econômica do governo que as induziu à captação de recursos externos. Portanto, a crise da CSN deve ser avaliada historicamente e à luz de vários elementos. As suas despesas financeiras atingiram, em 1989, 93% dos custos de sua produção, isto é, a empresa gastou, pagando juros de dívida, praticamente a mesma quantidade necessária para produzir.

Nessa perspectiva é falsa a afirmação de que "só a privatização pode salvar a empresa", como diz seu presidente, Roberto Procópio Lima Neto.

Outro fato a ser analisado é como o setor siderúrgico se coloca hoje no mercado mundial para entendermos qual o papel que o Brasil desempenha hoje na economia mundial. A sobrevivência da nossa maior siderúrgica dependerá, sobretudo, do comportamento do mercado mundial.

Em 1990 a produção mundial de aço foi de 769,6 milhões de toneladas, repre-

sentando uma queda de 1,7% em relação à produção de 1989. A antiga União Soviética e os países do Leste europeu tiveram uma queda de 6,8%, enquanto os países asiáticos apresentaram a maior alta, de 8,8%.

As perspectivas não são nada animadoras diante da forte concorrência na Europa Oriental da crise econômica do Oriente Médio e o crescente empobrecimento da África e da América Latina.

Por isso, a indústria siderúrgica vem reduzindo a produção nos países ricos. Diante da recessão mundial, os países desenvolvidos passam a produzir menos e transferem para o Terceiro Mundo a produção de aço de baixo valor agregado, altamente poluente.

A capacidade produtiva dos países em desenvolvimento cresceu e, ao mesmo tempo, outros materiais, sobretudo o alumínio e o plástico, passaram a substituir o aço, principalmente no setor automobilístico e no de embalagens.

O resultado tem sido a queda dos preços com a conseqüente crise do setor. A indústria siderúrgica tem procurado reagir através do aperfeiçoamento da produção, da diversificação e com a eliminação da grande e integrada usina, surgindo em seu lugar a usina especializada. Além dessas medidas, outras têm sido tomadas, tais como a continentalização dos mercados especializados e o aumento da concentração das empresas através de fusões, aquisições e *joint-ventures*.

Hoje há nítida diferenciação entre a Ásia e a América Latina em relação à indústria siderúrgica. Na Ásia o mercado está em franco desenvolvimento, particularmente na China, Índia, Coréia do Sul e Formosa, enquanto na América Latina a realidade é de regressão, sobretudo no Brasil, México, Argentina e Venezuela.

Os estágios de maior conteúdo tecnológico e de maior valor agregado permanecem nos países desenvolvidos. Por conta dessa perversa divisão internacional, os dois últimos empreendimentos brasileiros no setor siderúrgico produzem aço de baixo valor agregado. A Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) e a Açominas produzem placas, blocos e tarugos podendo, no futuro, fabricar perfis pesados e trilhos.

**Realidade Nacional** – A configuração atual da indústria siderúrgica brasileira foi traçada com o I Plano Siderúrgico Nacional, em 1971. Hoje o Brasil tem uma capacidade instalada de produção de 28 milhões de toneladas, sendo que em 1989 produziu 25 toneladas, das quais 70% através da CSN.

No setor de aços planos os projetos de instalação de grandes unidades siderúrgicas foram concebidos e implementados com o empenho e participação do Estado. O setor de aços não-planos e especiais, constituído por unidades de menor escala, foi construído pelo capital privado com financiamento oficial em quase todos os casos. Algumas dessas empresas, mal administradas,

terminaram por passar ao controle do Estado, como foi o caso da Cofavi, Cosinor, Cimetal e Aços Ipanema.

A produção de aço no Brasil, há duas décadas, tem tido taxas de contínuo crescimento, com uma média de 8,6% ao ano.

A produção de aço bruto teve, em 1989, seu nível mais alto, ficando em sétimo lugar na lista dos produtores mundiais.

Em termos de distribuição regional, cerca de 95% da produção origina-se na região Sudeste. Só o Estado de Minas Gerais responde por 38% da produção do país. O Rio de Janeiro

trário, nossos equipamentos são atualizados, nossas jazidas de ferro têm qualidade e ficam próximas das usinas. Além disso, entram na conta o subsídio governamental da energia elétrica industrial, os incentivos de exportações e sobretudo o baixíssimo custo da nossa mão-de-obra. No Brasil, paga-se um dos salários mais baixos do mundo.

Cerca de 56% do faturamento total da siderurgia brasileira são produzidos por estatais. Esta produção, basicamente de aços planos comuns, tem preços baixos e exige grandes capitais fixos e com retorno demorado.

Dentre as empresas estatais, a CSN é a que possui linha mais diversificada e mais nobre, por causa do alto valor agregado do aço que ela produz.

O setor siderúrgico privado é constituído de 28 empresas que, em 1989, responderam por cerca de 31% do total do aço produzido no país e 44% do faturamento. Esse setor produz aços não-planos, comuns ou especiais.

O mercado consumidor de aço no Brasil tem passado por um período de estagnação a partir do início de 1990. O consumo *per capita*, que sempre foi baixo, situa-se hoje em 100 toneladas por habi-

tante, representando menos que uma terça-parte do nível de que desfrutam países do sul da Europa, onde a industrialização é recente. O destino final do aço do Brasil distribui-se da seguinte forma: 35% para bens de consumo, 33% para bens de capital e 32% para construção civil.

A produção siderúrgica no mundo inteiro tem uma forte vocação para a cartelização por causa do grande volume de investimento necessário e do lento retorno do setor. A realidade no Brasil é semelhante, como mostram as tabelas I e II.

A partir desses dados, podemos depreender que o mercado internacional do aço reflete a profunda crise da economia mundial. E o destino da nossa "velha" CSN depende, em muito, de como a sociedade brasileira enfrentará esta questão.

#### PRODUÇÃO DAS EMPRESAS SIDERÚRGICAS ESTATAIS E OS PRODUTOS QUE DOMINAM NO MERCADO

EMPRESA	PRODUÇÃO DE AÇO BRUTO MIL TON. EM 1990	PROD. CUJO MERCADO DETERMINA
CSN	2848	Folha de Flandres Chapa Galvanizada
USIMINAS	3467	Chapas Finas a Frio chapas Grossas
COSIPA	2901	Chapas e Aço
CST	1986	
AÇOMINAS	1933	
ACESITA	673	Chapas Inox e Aço Silício
PIRATINI	176	
OUTRAS PEQ (1)	114	
TOTAL	14098	

(1) MAFERSA E COSINOR

produz 22% e São Paulo 21%. Quanto ao *mix* (qualidade do aço) por produto, em 1989 41% da produção total foi de aço plano comum e 2% de aço especial. Os restantes se distribuem em 23% de aço não-plano comum, 4% de aço em lingotes, 16% de placas e 12% de blocos e tarugos. Em 1990 houve uma redução de 20% na produção em relação a 1989 e o Brasil perdeu sua posição no mercado internacional para a Coréia do Sul.

Essa redução significou, em termos de emprego, uma perda de 30 mil postos de trabalho, ou seja, 18% da força de trabalho de 1989 foi desativada.

Nas últimas duas décadas o Brasil exportou 16% do total produzido no ano em termos de volume físico e 20% em termos de volume financeiro, faturando 3.609 bilhões de dólares.

O aço brasileiro tem baixo custo de produção porque, embora se diga o con-



## Uma estrada polêmica

*Deputada leva ao Congresso Nacional projeto para uma rodovia três vezes maior do que a Transamazônica*

**Beatriz Cardoso e  
Ricardo Beliel (fotos)**

Imagine uma estrada em linha reta, ligando Punta Arenas (sul do Chile) a Caracas, capital da Venezuela: atravessaria quatro países, os Andes, lagos, rios e floresta cerrada. Ou então, no caso do Brasil, uma via saindo do Rio de Janeiro para Tabatinga (AM), cidade ribeirinha na úmida fronteira tríplice amazônica – Colômbia, Peru e Brasil. Parece difícil conceber um único trajeto com tal extensão.

No entanto, tramita no Congresso Nacional o projeto de lei nº 1.930, da deputada Raquel Cândido (sem partido – RO), que prevê a construção de

uma estrada com quase 7.000 quilômetros, que cercaria toda a área fronteiriça da Amazônia Legal.

Conhecida como Transfronteira, a rodovia teria início em Cáceres (MT), rasgando 6.929 km de vegetação, até chegar ao Oiapoque (AP). Esta via da integração continental, como foi chamada, cortaria 1.730 km de áreas indígenas e 587 km de reservas e parques, além de transpor 284 rios, cinco lagos e seis serras.

Para executar este trabalho, o governo contaria com o apoio das Forças Armadas, grandes empreiteiras, embaixadas latino-americanas e até dos Estados Unidos. A Transfronteira, ainda que não implantada, mostra que a doutrina da geopolítica de segurança

nacional, uma das alavancas da ocupação desenfreada da Amazônia nas décadas de 60 e 70, ainda está viva.

A deputada Raquel Cândido diz que o projeto é bom “primeiro porque é democrático, coloca a sociedade civil com os pelotões de fronteira e povoa a área da fronteira sem destruir”. Segundo ela, a rodovia cria vilas nas margens dos rios, dando condições ao escoamento de grãos produzidos no Mato Grosso do Norte e do Sul. “É também uma saída para o Pacífico, velha aspiração da América Latina e os ecologistas que não o querem geralmente são sediados no sul do país. Eles não são contra o Mercosul como proposta de desenvolvimento e não têm uma visão macro dos Brasis que devem ser integrados.”



**A muralha amazônica** – Seria a maior rodovia amazônica traçada na América Latina. Atravessaria barreiras que parecem intransponíveis, tanto de ordem constitucional – que considera as reservas indígenas e parques nacionais invioláveis – como também em termos geográficos.

Embora já tenha sete anos, é às vésperas da Conferência das Organizações das Nações Unidas – Rio-92 – que o projeto de lei nº 1.930/89 volta à tona nas discussões parlamentares.

A grandiosa via interligaria o Brasil à rede viária dos países vizinhos – Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa – promovendo a chamada “integração continental”. Para isso, prevê a execução de convênios entre os países envolvidos.

Aí surge o primeiro problema constitucional. Pela Magna Carta, cabe ao Congresso Federal a competência exclusiva “para resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais”. No entanto, o projeto autoriza o governo federal a celebrar convênios internacionais. Indiferente a esta questão, a Comissão de Relações Exteriores deu parecer favorável.

**Integração** – O traçado prevê uma estrada no território brasileiro, “a uma distância média de 70 quilômetros da linha divisória terrestre (internacional), ou a maior distância, por razões de natureza técnica”. Pretende ainda assentar agrovilas a cada 100 quilômetros, nos mesmos moldes que fracassaram na Transamazônica.

A Transfronteira finalmente criaria um único sistema viário entre todos os estados amazônicos nas áreas fronteiriças. Apesar de percorrer cerca de 2.419 quilômetros do Amazonas, não significa a integração real do interior amazônico. Na maior parte dos estados, a estrada não altera o quadro de isolamento de vários municípios do interior, hoje acessíveis apenas por avião ou por rios.

Ao mesmo tempo, não garante a inviolabilidade futura das terras dos índios, de caboclos, seringueiros e castanheiros. Tampouco dá a certeza de que a vida das comunidades da área não sofrerão alterações negativas, com o assédio dos garimpeiros, madeireiros, etc. Além disso, não per-

mite o livre fluxo das comunidades nômades e que fazem agricultura migratória e extrativismo. Mais parece uma “muralha ao inverso”, um cerca de terra em torno da Amazônia. Mas, a que custo?

**Impacto ambiental** – Apesar dos pareceres favoráveis de diversas comissões (ver “Rodovia de papel”), a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, da Câmara dos Deputados, presidida pelo deputado federal Fábio Feldman (PSDB-SP), decidiu analisar mais profundamente o projeto Transfronteira, sendo recusado logo depois.

O Centro de Hidroclimatologia e Sensoriamento Remoto da Sudam fez um mapa preliminar da rodovia. E garante que a Transfronteira vai ter forte impacto ambiental sobre 5.468 quilômetros de florestas e 1.461 quilômetros de outros ambientes fitoecológicos. Também vai atingir as serras do Tumucumaque (AP), Três Irmãos e Gurupira (AM), Pacaás Novos e Vopiane (RO) e São Vicente (MT), além de “interceptar” 284 rios de primeira e segunda grandeza – de maiores extensões e volume de água, como o Madeira, Solimões e Negro, entre outros – e cinco lagos, só no Mato Grosso.

#### Projeto de riscos –

Na avaliação da Sudam, também serão afetadas a Reserva Biológica do Guaporé (RO) – 50 quilômetros; as Reservas Florestais do Rio Negro e Pico da Neblina – 360 quilômetros, no Amazonas; a Floresta Nacional do Acre – 25 quilômetros – e a de Roraima – 152 quilômetros; e até mesmo o Parque Nacional do Pantanal (MT).

Seria necessário derrubar cerca de 109 mil hectares de florestas só para abrir a rodovia.

“É impossível dimensionar a área florestal a ser atingida para a criação da malha rodoviária de interligação

com os outros países. E isso se refere também à Floresta Amazônica extra-Brasil”, afirma Valdir Ganzer. Para ele, mesmo o dispositivo do projeto que prevê o reflorestamento de 50% da área afetada pela futura obra com “seringueiras e espécies vegetais adequadas” não vai impedir a devastação ambiental da região.

“Será inevitável a exploração predatória de madeiras nobres, favorecendo a erosão da terra e a alteração genética de espécimes animais e vegetais fundamentais para o ciclo vital deste ecossistema”, prevê o deputado.



A ocupação desordenada provoca a degradação

**Áreas indígenas** – A estrada cortaria 1.730 quilômetros de áreas indígenas, onde há 22 territórios ocupados pelas mais diversas tribos. O primeiro alerta partiu de um assessor legislativo da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara Federal, Júlio Gaiger.

Ele ressalta que a expressão “reservas indígenas” a serem contornáveis como “razão de natureza técnica”, como diz o projeto, atende apenas a uma entre quatro modalidades de áreas reservadas, de acordo com a Lei nº 6.001/73.

Pela análise do antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, de Minas Gerais, consultado pelo relator da Comissão de Meio Ambiente e Minorias, Valdir Ganzer (PT/PA), os impactos da rodovia vão recair sobre milhares de índios.

Segundo ele, há 158 áreas indígenas potencialmente atingidas no traçado do projeto, sendo que 144 são reconhecidas. No entanto, apenas 14 estão regularizadas e cinco reservas têm registros nos cartórios de imóveis e no Serviço de Patrimônio da União (SPU). Entre as restantes, apenas 42 foram homologadas e demarcadas administrativamente; 41 estão delimitadas; 20 identificadas e 23 interditas. Este é o quadro negro da situação jurídica dos índios da Amazônia, onde vivem mais de 60% da população indígena brasileira. Alerta também para o fato de que os projetos oficiais de colonização até hoje não superaram os principais impasses do brusco e contínuo contato dos índios com a população migrante, tornando estas comunidades vulneráveis a ações predatórias.

**Corte brutal** – O traçado da Transfronteira feito pela Sudam, de acordo com as delimitações presentes no projeto, vai passar por 210 quilô-

metros do Parque Indígena Tumucumaque (PA), hoje já assediado por garimpeiros de ouro e pedras preciosas, além de 150 quilômetros da área indígena Waiâpi, no Amapá. No Mato Grosso, 16 quilômetros de rodovia passariam pelas áreas Mamaindê e Negarotê.

Só no Amazonas, são 930 quilômetros de rodovia dentro das áreas indígenas do Alto Rio Negro e Vale do Javari (onde vivem vários grupos ticunas, corubos – ainda em fase de contato –, tucanos, desanos, makús, baniwas, entre outros), além de terras Ticuna Evaré II e Yanomami. Cerca de 170 quilômetros vão passar pelas áreas da Serra do Sol, São Marcos, Trombetas/Mapuera e Eai-Wai, em Roraima.

Em Rondônia, serão afetadas em 137 quilômetros as áreas dos rios Branco, Negro, Ocaia, Igarapé Lages, Caripunas e Uru-Eu-Wau-Wau (hoje em risco de extinção). No Acre, são 117 quilômetros cortando áreas Povana-wá, Jaminawá, Jaminawá/Arara, rio Humaitá e Purus.

**Rodovia de papel** – O projeto Transfronteira não é uma novidade. Pelo menos para os parlamentares que acompanham seu longo trâmite pelo Congresso Nacional, desde 1987. O pai

da idéia é o ex-deputado Samuel Saraiwa, um dos ideólogos da Organização dos Estados Latino-Americanos e caribenhos da atual deputada Raquel Cândido.

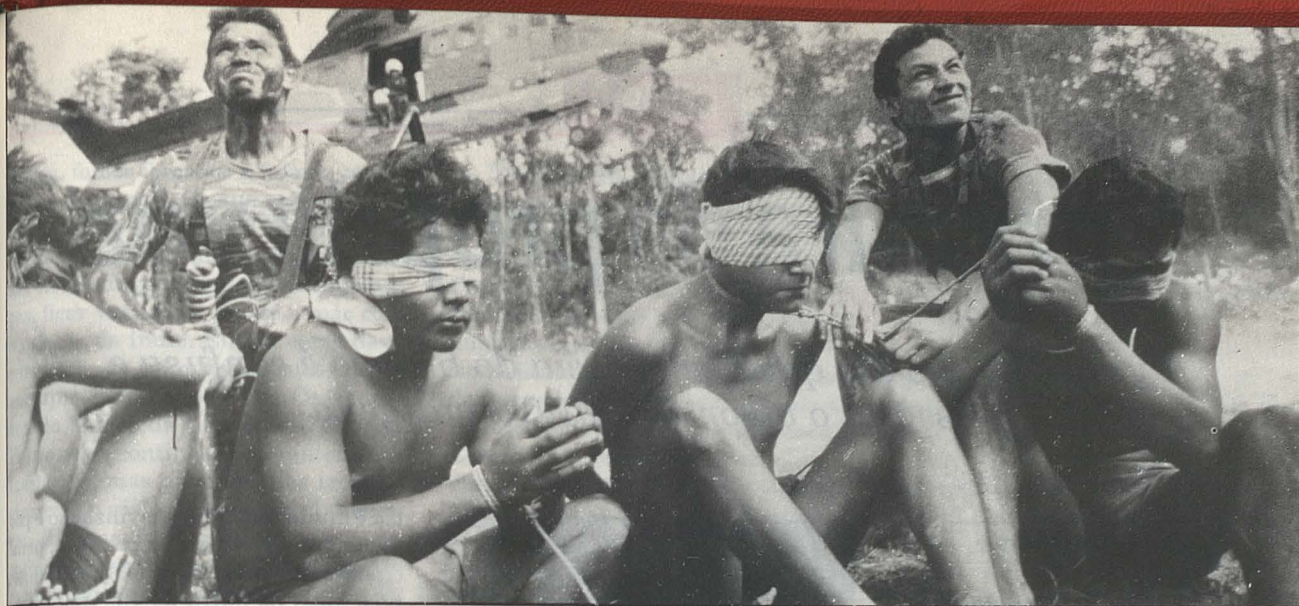
Complementando o Plano Nacional de Aviação, criado em 1973, sob o governo Médici, que já previa uma malha viária de ligação com outros países vizinhos, o projeto recebeu na época (87/88) o apoio de diversos setores. Entre eles, os ministérios da Aeronáutica, Relações Exteriores e o do Trabalho, o Conselho Nacional de Segurança, Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano e várias embaixadas. Apesar disso, a Transfronteira continuou no papel.

No ano passado, a deputada de Rondônia solicitou o desarquivamento. Até parar nas mãos da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, presidida pelo deputado Marcos Feldman (PSDB-SP), cujo parecer foi contrário.

Isso não vai impedir que a rodovia seja votada em plenário. "Se as comissões não segurarem este projeto, para uma análise mais detalhada, é no plenário que vamos brigar para que não seja implantado um plano grandioso de ocupação amazônica, sem solucionar os problemas de programas anteriores semelhantes", afirma Ganzer.



Se for construída, a Transfronteira levará milhares de garimpeiros a invadir as reservas indígenas amazônicas



Esta foto, que mostra militares brasileiros prendendo garimpeiros colombianos, ganhou vários prêmios internacionais

## Fronteiras: um barril de pólvora

Recentemente, foi divulgada pela revista *Imprensa* um documento reservado da Escola Superior de Guerra (ESG) – “1990/2000 – A Década Vital – Por um Brasil Moderno e Democrático” – sobre a estratégia militar para o fim do século.

Dentro dos chamados Objetivos Nacionais Permanentes (ONPs), algumas das linhas de estratégia são justamente a de “perseverar no projeto Calha Norte – criado oficialmente em 1986 – vivificando a linha de fronteiras (amazônicas), de Corumbá (MT) até o Oiapoque (AP)”, e também “limitar a criação de outros núcleos habitacionais apenas nos locais onde a segurança nacional assim o exija”.

Sob a alegação de que é necessário criar sistemas de acesso que fortaleçam os laços sócio-econômicos entre os países vizinhos, está subjacente o controle das fronteiras do país. O próprio Ministério da Aeronáutica, em 1988, acentuava que “a implantação do projeto carecerá de ações paralelas que visem eliminar alguns reflexos negativos, tais como o contrabando, o tráfico de drogas, os garimpos ilegais e possíveis movimentos guerrilheiros”.

O documento da ESG conclama a utilização em maior escala de “efetivos e frações das Forças Armadas e servidores civis da União” nestas áreas. Não há como negar o fato de a fronteira amazônica brasileira ser um verdadeiro barril de pólvora, ainda que os conflitos nessa área não ocorram com

frequência, devido às próprias barreiras naturais da selva.

No entanto, nos últimos dois anos, vários fatores deram indícios de que fronteira, mesmo em floresta cerrada, é uma questão delicada. Em 26 de fevereiro de 1991, três soldados de um destacamento da fronteira, no rio Traíra, a 560 quilômetros ao norte de Tabatinga, foram mortos por um grupo armado de colombianos. Guerra declarada, o saldo final foi de nove colombianos mortos, em represália, embora o Comando Militar da Amazônia tenha alegado que a morte dos estrangeiros deu-se em enfrentamento com tropas brasileiras.

O fotógrafo Ricardo Beliel, único jornalista a permanecer na área de conflito por dois dias, registrou imagens onde o Exército parecia mais disposto a uma represália do que a defender a fronteira nacional.

Esta área, disputada pelos índios tucanos, desanos e makús, na exploração do ouro aluvionar, já foi palco de conflitos, na década de 80, com mortes entre garimpeiros brasileiros e colombianos, uma mineradora do Grupo Paranapanema e os destacamentos de fronteira.

No início deste ano, surgiram novas disputas, agora na área de Roraima, que limita-se com a Venezuela. Tropas deste país mataram garimpeiros brasileiros, sobrevoando o espaço aéreo nacional, sob a desculpa de pa-

trulhamento da área. Estas são as duas faces de uma mesma moeda na questão da soberania dos países vizinhos. Ora os militares de países vizinhos agridem garimpeiros brasileiros, ora são os militares brasileiros acusados de agredir garimpeiros de outros países. Uma situação delicada em que vive o país, onde o temor real dos militares é a “formação de governos próprios em áreas indígenas”, ainda que as Forças Armadas tenham o direito constitucional assegurado, mesmo nestas reservas, de defender seus limites internacionais.

A estrada asseguraria maior penetração nesta e em outras áreas indígenas, cujas demarcações são questionadas pelas Forças Armadas. Sob a desculpa de dar assistência às agrovilas que seriam implantadas em todo o percurso da rodovia, as Forças Armadas teriam ampliadas suas áreas de atuação, revigorando o controverso projeto Calha Norte.

Em meio a estas questões geopolíticas, o deputado Valdir Ganzer garante que o mais preocupante na Transfronteira é a abertura de um canal “legal”, via projeto de lei, de agressão não só aos dispositivos constitucionais (que asseguram os domínios indígenas), como também ser “uma pretendida estratégia norteadora do desenvolvimento da Amazônia, incompatíveis com as diversidades ambientais, étnicas e culturais da região”.

# À procura da própria voz

*Álvaro Tucano diz que democracia do branco é confusa e resalta o vigor da cultura indígena*

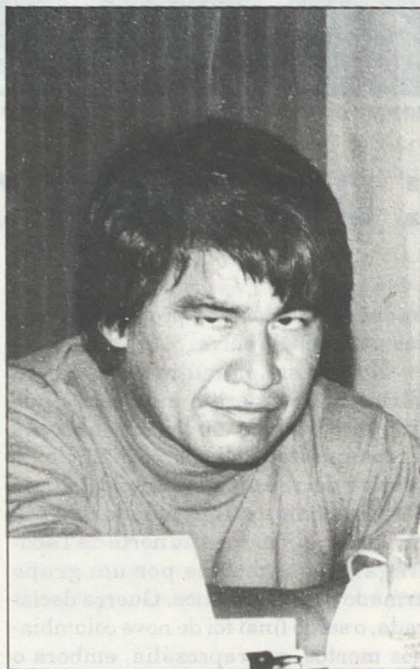
## Álvaro Queiroz

**U**m índio com curso de Filosofia incompleto ("não tinha vocação para padre") e vestibulando frustrado do curso de Medicina ("faltou-me base em Física e Química"), Álvaro Tucano prepara-se, com representantes de várias nações indígenas, para os trabalhos da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, em junho. Nem padre, nem médico, jamais deixou, porém, de envolver-se na luta de afirmação dos grupos indígenas brasileiros. É o coordenador das Nações Indígenas da Bacia Amazônica, define-se como um homem ponderado e afirma que o objetivo maior é recuperar "a voz própria, que perdemos há 500 anos". Aposta no movimento que integra os dois milhões de índios das diversas Amazônia e sonha com uma futura coordenação mundial que defenda os direitos dos 300 milhões de indígenas marginalizados em todo o planeta.

Álvaro já está no Rio de Janeiro, com o irmão Eugênio, presidente da Associação das Comunidades Indígenas do Balaio, no Parque Nacional do Pico da Neblina, no extremo Noroeste do estado do Amazonas. A entrevista, a seguir, é o resumo da sua participação no programa "Conversa das Dez", da Rádio Roquete Pinto, do Rio de Janeiro ("depois de tantos anos de luta indigenista, meu primeiro convite para falar numa emissora de rádio no Brasil"), onde dialogou ("É um barato!", admirava-se) com ouvintes, que, pelo telefone, lhe faziam perguntas.

**A que se deve sua presença no Rio de Janeiro, Álvaro Tucano?**

— Nós viemos ao Rio de Janeiro em busca de solidariedade. As organiza-



ções indígenas da Bacia Amazônica, do Brasil e do resto do mundo, nós perdemos a voz própria, nos últimos 500 anos. Nesse tempo, muitos intermediários apareceram, falando em nosso nome. Hoje, nós queremos fazer contato direto, discutir sobre o meio ambiente, descobrir uma nova forma política e econômica para servir às futuras gerações. Até hoje, as populações indígenas nunca tiveram uma educação própria. Somente somos chamados à integração de maneira forçada. Isto não podemos mais aceitar. Só é aceitável o que for feito à base de um diálogo equilibrado.

**Que efeitos produzem os valores da civilização branca entre as tribos que com eles têm contato mais estreito?**

— Os valores da sociedade branca nos tornam cada vez mais confusos. Neste país tão democrático, a democra-

cia é muito confusa e a civilização é por demais ofensiva para os pobres e, principalmente, para as populações indígenas. Mas, há outra parte, que é boa, que é o avanço tecnológico, que os índios precisam. Nós precisamos da civilização branca, do seu estudo, para que possamos ter uma tecnologia adequada, sustentável, para as futuras gerações. Poderemos manter a nossa cultura, manter nossa língua. Isto se chama autodeterminação cultural. Há pessoas, porém, que consideram atraso manter índios no país. Já vi empresários e mesmo parlamentares falarem sobre a questão. Mas queremos dizer que a existência de culturas indígenas é uma riqueza da cultura brasileira. Nós somos protagonistas desse ecossistema. Nas nossas aldeias, nas nossas comunidades indígenas, não vemos crianças deitadas nas ruas, não vemos cadeias, não existe todo esse cheiro da civilização. Por isso, temos de dizer que a civilização está mal, nesse sentido, e que o homem tem que se corrigir, tem que achar o seu local, cuidar de sua casa, para garantir uma vida digna para as futuras gerações. É isso que nós viemos mostrar aqui.

**Você não acha que a tecnologia da civilização branca pode prejudicar a cultura do índio? Como conciliar essa tecnologia com os valores culturais do índio?**

— Eu me lembro muito bem que, na época entre 1964 e 1976, nós éramos proibidos de falar em nossas línguas nas escolas salesianas. Quer dizer, tínhamos que eliminar nossa língua para sermos brasileiros. Era uma educação fechada, porque a civilização do branco não nos mostrava a realidade do Rio de Janeiro, São Paulo, onde o comportamento é totalmente diferente. Então, a civilização católica, protestante, esconde essas coisas até hoje.

Assim, fomos forçados a falar o português – bem mal. Os que estão me ouvindo, estão sentindo. Tínhamos que obedecer aquela linha dura, para deixar nossa língua, esquecer as pajelanças, ficar vestido de paletó – mas com a cabeça de índio. Então, como deve ser? Ora, os imigrantes russos, por exemplo, têm suas colônias. Os japoneses do bairro da Liberdade, em São Paulo, eles continuam a manter suas tradições, mas dividem suas tecnologias com o resto da sociedade brasileira. É possível aplicar isso às comunidades indígenas. Nós somos tucano, guarani, ianomâmi, cadivéu, e outros, e usamos a língua portuguesa como instrumento de comunicação. Isto é necessário. Mas, paralelamente, mantemos nossas culturas distintas. Isto é necessário para a existência das populações indígenas. Viver em território contínuo, manter a liberdade de educação, deixar que a criança tenha amor à liberdade – isto é necessário. Aqui, o trabalho afasta os pais dos filhos, a vida é barulhenta, o trânsito deixa a gente doente. Não é a vida que queremos para nós e nossos filhos.

Do governo, queremos apenas que reconheça nossos territórios como contínuos. É muito humilhante sermos tratados como estrangeiros dentro de nosso próprio país. A União das Nações Indígenas foi criada dentro de uma visão política para lutar por uma vida digna para todas as populações, em diálogo com todos os setores da população branca, para que defenda o mesmo caminho.

**As áreas indígenas guardam imensas riquezas naturais, cobizadas. Como vocês encaram essa situação, motivo das permanentes agressões a essas áreas e às comunidades de vocês?**

– Nós temos várias riquezas. A principal delas, e a que está sendo esquecida, é a riqueza humana. Esta riqueza humana está em má situação, porque as comunidades indígenas não têm assistência médica. Nós não temos tecnologia para examinar, por exemplo, uma lâmina de malária, de verminose. Por isso, não podemos deixar de defender o meio ambiente, nem permitir que as grandes empresas, como as multinacionais, invadam a nossa ter-

ra. Tivemos uma experiência muito grande, dois anos atrás, quando uma grande empresa, a Parapanema, ocupou as terras do Traíra e a Serra do Capão, na região do Alto Rio Negro. Em troca, queriam nos dar *royalties*, uma coisa que não figura em nosso dicionário indígena. Depois queriam nos dar percentagem dos resultados da exploração. Isto também desconhecemos. É essa percentagem que temos que eliminar desse país. Enquanto predominarem as grandes multinacionais, o nosso povo não participa dessa renda, porque aqui elas não observam o com-

*“As riquezas das terras indígenas devem servir, em primeiro lugar, para organizar melhor a estrutura social e econômica de nossas comunidades. E estender seus benefícios para a sociedade brasileira não-indígena.”*

portamento controlado que têm que observar em seus países de origem.

As riquezas das terras indígenas devem servir, em primeiro lugar, para organizar melhor a estrutura social e econômica de nossas comunidades. E estender os seus benefícios para a sociedade brasileira não-indígena. Isto seria o ideal. Sabemos que é difícil de alcançar. Mas não baixamos a cabeça nem a nossa voz. Insistimos na busca desse caminho.

**Como os índios vêem hoje o papel dos missionários?**

– Em algumas aldeias, a fé cristã, católica ou protestante, se torna radical. Em outras áreas, ela se abre. Hoje, a Igreja está dividida: existe a ala conservadora e a ala mais ou menos progressista. Eles nos dividem. Surgem, por outra parte, as entidades indigenistas, ecologistas, os antropólogos, que querem também formar suas lideranças. Essa imagem ficou muito clara

quando chegou ao Brasil o Papa João Paulo II. Muitos índios foram ao encontro do papa, apresentando suas queixas. Nós somos contrários a isso. Pertencemos a um grupo mais democrático, de diálogo.

Entendo que a problemática indígena está em nossas mãos e não nas mãos das autoridades religiosas. Muita gente entende que o índio deve gozar somente depois da morte. Mas, nós não sabemos qual a história da morte, que benefício ela pode nos trazer. O que queremos são as riquezas, os bens naturais, a escola, queremos saúde melhor. Precisamos atender às nossas necessidades materiais. Nisso está o conflito com os ditos espiritualistas. Mas nós somos materialistas no sentido de possuir roças que possam alimentar nossa gente, rios com peixes para alimentar nossas famílias, território garantido e respeitado de acordo com a Constituição brasileira. Isto é o que o governo tem de assegurar. O governo procura juntar-se aos missionários para manter o poder e não para democratizar o poder.

A nossa questão de materialismo não envolve crer ou não em Deus, no qual acredito. Hoje, no rio Negro, os missionários já não têm a força do passado para influir em nossos assuntos. Mesmo assim, os missionários são importantes como educadores. Eles são bons matemáticos e bons professores de outras matérias. A Igreja tem que entender que temos sangue próprio, coração próprio e cultura própria. Se somos assim, é que fomos criados pelo mesmo Deus. Nós queremos ter um caminho nosso, educadores próprios, queremos chegar perto de Deus, mas com dignidade.

**Há lideranças indígenas querendo criar Estados dentro do Estado brasileiro?**

– Quando se fala de autodeterminação para as comunidades indígenas, os militares não gostam. Eles acham que se trataria de criar nações dentro do país, Estados dentro do Estado brasileiro. Não é isto que queremos. Nós tínhamos autodeterminação 500 anos atrás, porque tínhamos territórios livres e grandes, e todos coletivos, numa ordem de estrutura social bem mais elevada do que hoje. ■

# O trem desafia o caminhão

*Vontade política e fretes menores ajudam a viabilizar ferrovia estratégica no centro do país*

**Antônio de Pádua Gurgel**

**A**poiado na força política de seis estados, finalmente está entrando nos trilhos o Corredor Ferroviário Centro-Leste, com a função de transportar, por preços baixos, a produção agrícola do Centro-Oeste brasileiro até o porto de Vitória, no Espírito Santo.

A importância dessa conexão pela via férrea está em que ela barateia, sensivelmente, a operação de transporte desses produtos, tornando os grãos produzidos no Brasil competitivos, em termos de mercado internacional, além de contribuir para reduzir o custo final dos cereais.

Para se ter idéia da economia que poderá ser feita com o chamado Corredor de Exportação, basta dizer que o frete rodoviário entre Brasília e Vitória não fica por menos de 60 dólares, enquanto o transporte por ferrovia não chega a 22 dólares.

**Maiores oportunidades** - Dessa forma, será possível também praticar menores preços para o abastecimento interno, sem contar os ganhos que serão feitos no mercado internacional. Quanto a este último, ficou constatado que o Brasil ganha dos Estados Unidos no que se refere ao custo de produção por tonelada de soja.

Enquanto os produtores norte-americanos gastam 222 dólares para produzir uma tonelada, os brasileiros fazem o mesmo por 190 dólares. O problema está exatamente no custo do transporte, que faz com que a soja brasileira chegue ao porto por 257 dólares, contra os 239 dólares da soja norte-americana.

Na opinião do secretário de Desenvolvimento Econômico e Social do go-



O Corredor Ferroviário Centro-Leste atravessa o território de seis estados brasileiros

verno capixaba, Paulo Augusto Vivácqua, o Corredor de Exportação vai trazer um impacto altamente positivo em toda a economia da Região Centro-Oeste, de Minas e do Espírito Santo. Coordenador do projeto, Vivácqua aponta expressivos ganhos na industrialização de produtos agrícolas, bem como na exportação e beneficiamento de minerais, sem contar a facilidade que vai produzir para o escoamento de produtos industriais vindos de Minas. Além de econômicos, os frutos da iniciativa são eminentemente sociais, com o barateamento de alimentos e a geração de empregos.

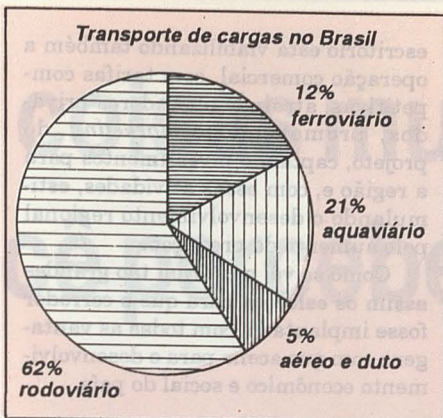
Com a experiência acumulada no processo de implantação, Vivácqua é mestre no que se refere às dificuldades para se tocar projetos ferroviários no Brasil. No caso do Corredor de Exportação, sua concretização vem sendo proposta há décadas, encontrando, porém, vários tipos de obstáculos para se

tornar realidade. Entre outras providências, foi necessário, para isso, que o governador capixaba, Albuíno Azeredo, articulasse uma mobilização dos governos, empresários e políticos dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais e Espírito Santo, para pressionar Brasília nesse sentido.

Na verdade, a concretização do Corredor Ferroviário Centro-Leste dependia de investimentos relativamente modestos, principalmente se levadas em consideração as vantagens que serão obtidas com o projeto. Afinal, preexistia a excelente configuração geoeconômica que articula o núcleo das comunicações da região central do Brasil, o Cerrado, e a economia mineira com o litoral capixaba.

**Aproveitar bases** - É de registrar ainda que a maior parte dos investi-

mentos já estava realizada, como é o caso de quatro portos modernos e des congestionados na costa do Espírito Santo, onde está a maior concentração portuária do litoral brasileiro. Já havia, também, 660 km de ferrovias de primeira classe, entre Vitória e Belo Horizonte, pertencentes à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), além de 1.200 km de ferrovias utilizáveis, entre Belo Horizonte e Goiânia e entre Goiânia e Brasília, estes trechos sob a jurisdição da Rede Ferroviária Federal (RFFSA).



O que faltava não justifica o descarriamento do Corredor de Exportação por mais de 20 anos. Uma dessas obras era a transposição das duas vias férreas na região de Belo Horizonte, através de um ramal de 47,8 km entre os municípios de Capitão Eduardo e Costa Lacerda, entregue no dia 13 de fevereiro último pelo ministro da Infra-Estrutura, João Santana.

Na ocasião, Santana garantiu recursos para executar as obras finais do projeto: a variante na serra do Tigre e

## Vontade e coordenação

Entre os cuidados para a concretização do Corredor Centro-Leste, impedida por mais de 20 anos pela ação de poderosos lobbies, destaca-se a criação de um conselho, formado pelos governadores de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo, além de secretários especialmente designados para esse fim.

Com reuniões periódicas de dois em dois meses, a principal função desse conselho é pressionar politicamente para viabilizar medidas que venham, de uma maneira ou de outra, facilitar a operação do Corredor. Escaldado por experiências anteriores, em que projetos de ferrovias foram bombardeados por todo tipo de obstáculos, Paulo Augusto Vivacqua

compara: "A diferença entre este projeto e muitos outros que falharam é a presença de uma vontade política determinada."

Vivacqua refere-se principalmente ao governador capixaba Albuíno Azeredo, principal articulador do Corredor de Exportação. O secretário lembra que seis governadores correspondem a seis bancadas no Congresso Nacional, uma força política que não pode ser ignorada. Além disso, salienta que o governo federal e o ministro da Infra-Estrutura, João Santana, vêm dando sinais crescentes de apoio ao impulso de desenvolvimento da região cortada pela estrada de ferro.

Uma prova desse apoio é a estadualização da Companhia Docas do

Espírito Santo (Codesa) por parte do governo federal, o que é considerado fundamental para o projeto. Com os portos capixabas sob controle estadual, serão muito simplificadas as articulações comerciais do escritório operacional, entre os terminais privados e aqueles administrados pela própria Codesa, de um lado, e a Estrada de Ferro Vitória-Minas e a Rede Ferroviária Federal, de outro.

O secretário capixaba lamenta o predomínio de caminhões no transporte de cargas e denuncia o que considera poderoso grupo de pressão contra a ferrovia, por parte de setores interessados no transporte rodoviário. Engenheiro da Companhia Vale do Rio Doce, ele coordenou projetos importantes, como a expansão do porto de Tubarão para navios com 350 mil toneladas e todo o planejamento e engenharia de Carajás, incluindo a estrada de ferro entre as minas, no Pará, e São Luís, no Maranhão, além do terminal portuário de Ponta da Madeira, também na capital maranhense.

Uma de suas grandes mágoas profissionais diz respeito ao malogrado e polêmico projeto da Ferrovia Norte-Sul, da qual foi o principal executivo no tempo em que presidia a Valec, criada especialmente para implantar aquela estratégica via. Mas ele diz estar compensando esta experiência negativa: "Destá vez, com a força política que acumulamos, não vão conseguir nos derrubar", aposta Vivacqua.



Os governadores Hélio Garcia (MG) e Albuíno Azeredo (ES) discutem o corredor

## TRANSPORTES

melhorias diversas no trecho Belo Horizonte-Brasília. Entre o ramal já construído e as obras a serem ainda executadas, o total de investimentos é de 300 milhões de dólares.

Estavam faltando também modestas expansões portuárias no Espírito Santo, já em realização através da adição de instalações de carga e descarga existentes. Finalmente, faltava uma unidade de operação técnica e operacional, que providenciasse contratos de transporte ponta-a-ponta e elaborasse uma política e uma ação comercial agressivas, além de promover a integração da Rede Ferroviária, Vale do Rio Doce, Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), a navega-

escritório está viabilizando também a operação comercial, com tarifas competitivas, atraindo operadores privados, promovendo o *marketing* do projeto, captando investimentos para a região e, com essas atividades, estimulando o desenvolvimento regional pelo aumento da produção.

Como se vê, não eram tão grandes assim os esforços para que o corredor fosse implantado, com todas as vantagens com que acena para o desenvolvimento econômico e social do país.

**Sabotagem** - Um dos obstáculos que se interpunham entre a necessidade e a viabilização do projeto é a tradição de descaso pelo transporte

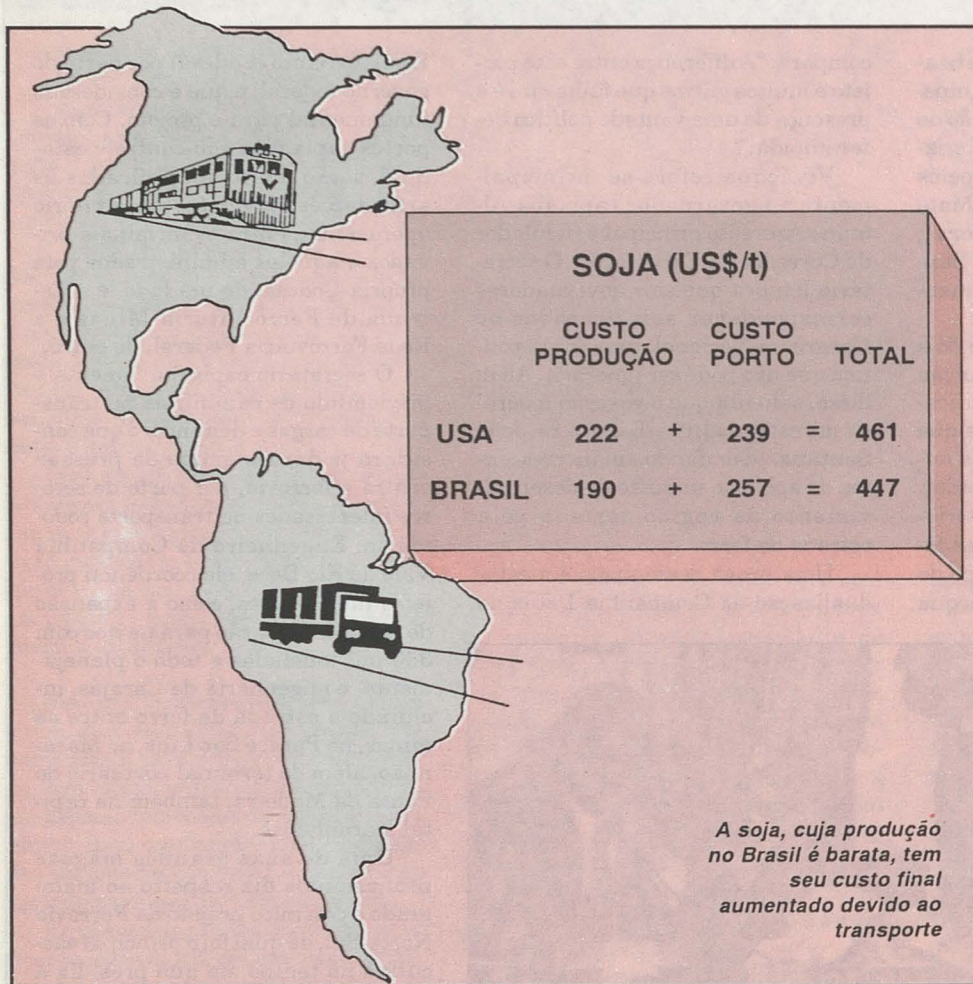
gastando um combustível que não produz, e desprezou o trem, que não polui o meio ambiente e consome energia hidrelétrica, abundante no país.

À certa altura dos acontecimentos, o secretário do Desenvolvimento Econômico e Social do Espírito Santo chegou a identificar ações de sabotagem contra o Corredor de Exportação. Em declarações feitas em julho passado, Vivácqua denunciou que o projeto sofria sabotagem para que não entrasse em operação, uma vez que ele está praticamente pronto e precisando somente de pequenos investimentos. Os principais sabotadores são a indústria automobilística, as empresas de cargas rodoviárias e os empreiteiros que constroem estradas.

De acordo com palavras de Vivácqua, tais interesses, somados aos da agricultura externa, não querem o corredor. Os grupos de pressão externos influenciam as decisões dentro do Brasil, indiretamente, mandando dinheiro e contratando gente aqui dentro para liderar suas causas, caluniando e fazendo propaganda contrária. Há também uma união entre a indústria do caminhão, que é estrangeira, e os empreiteiros e os transportadores de cargas rodoviárias.

Outro problema enfrentado pelo Corredor de Exportação foi o profundo desconhecimento, no Brasil, sobre Economia de Transportes, além da própria ineficiência do sistema ferroviário, induzida pela já mencionada opção preferencial pela rodovia. Para que o Brasil dê o necessário salto em busca do desenvolvimento, uma das condições, segundo Vivácqua, é uma mudança cultural e de atitudes.

"A sociedade brasileira precisa se conscientizar de que o transporte ferroviário é condição necessária para o desenvolvimento", afirma. Além disso, o governo e os ferroviários têm de entender que o objetivo do trem é o transporte de grandes massas a baixo custo, tornando viáveis os negócios dos clientes e o próprio transporte, além de conseguir e manter a confiança e a satisfação dos clientes.



ção, o transporte rodoviário e a armazenagem.

Tal lacuna foi suprida com a inauguração, em dezembro passado, do escritório operacional do Corredor Centro-Leste, com sede em Vitória. O

ferroviário no Brasil, principalmente após o surgimento da indústria automobilística, no final dos anos 50. Ao contrário da maioria dos países desenvolvidos, o Brasil optou, preferencialmente, pela rodovia e pelo caminhão,



# Muitas coisas mudaram. Você percebeu?

*Um ano depois de entrar em vigor o Código de Defesa do Consumidor, consórcios de cartões de crédito, planos de saúde, carros e apartamentos continuam sendo os vilões em termos de lesar as pessoas. Mas a crise econômica estimula avanços por parte da população*



O Código de Defesa do Consumidor alterou 80% da apresentação dos produtos

## Jacob Filho

**D**ecorrido um ano desde o início da vigência do Código de Defesa do Consumidor, o comprador mais atento que entrar em um supermercado, hoje, encontrará mudanças significativas na forma como os diversos produtos estão sendo comercializados. Perceberá, por exemplo, que as latinhas de cerveja, ao con-

trário das antigas, trazem o prazo de validade e a composição do produto. Deverá se surpreender, também, ao constatar que as embalagens de fermento, óleo vegetal e até os saquinhos de farinha de trigo vêm, agora, com prazo de validade, o que não acontecia antes.

As constatações são do procurador Hélio Gama, coordenador, no Rio de Janeiro, da Equipe de Defesa do Consumidor, da Procuradoria Geral de Justiça do Estado, que se mostra

satisfeito com as mudanças. "Se pensarmos que, seguramente, 80% dos produtos tiveram a sua apresentação alterada por causa do código, isto já é uma revolução", comemora.

No que se refere à propaganda, Hélio Gama notou mudanças importantes. Para ele, os anúncios, agora, estão mais claros e explicativos, distinguem um produto do outro, colocam os componentes e expressam o valor total à vista e a prazo, o que não faziam antes. No entanto, como pudemos constatar, esse novo tipo de conduta não se estende a todos os anunciantes. Só no ano passado, a Procuradoria, após acompanhamento da publicidade veiculada na imprensa local, enviou mais de 70 ofícios a fornecedores, advertindo-os de que, caso continuassem com anúncios enganosos, seriam processados.

Para o procurador Hélio Gama, o código trouxe outras mudanças facilmente perceptíveis. No setor de assistência técnica, por exemplo, hoje existem muitos telefones diretos para o atendimento ao consumidor. No tocante aos contratos, cita mudanças nas apólices de seguro, antes impressas com letras microscópicas e que estão sendo substituídas por letras maiores. Ele cita, ainda, certos contratos bancários, que eram escritos em linguagem propositalmente rebuscada, cheios de expressões em latim, e que passaram a ser escritos numa linguagem mais acessível.

Muitos dos novos direitos garantidos pelo Código estão difíceis de implantar, segundo Hélio Gama, porque eles não estão sendo exercidos pelo consumidor que, na maioria dos casos, os ignora. Um exemplo: o parágrafo primeiro do Artigo 52 da lei determina que não pode haver cláusula contratual que estabeleça multa de mora acima de 10%. Já o parágrafo único do Artigo 42 garante ao consumidor a devolução em dobro, com juros e correção monetária, daquilo que lhe tiver sido cobrado indevidamente. Um exemplo de cobrança de quantia indevida é a aplicação de juros de mora de 20%, quando a lei determina o máximo de 10%. Os 10% pagos em excesso, nesse caso, terão que ser devolvidos, segundo o código, em dobro, mais juros e correção monetária.

O procurador cita, ainda, mais dois casos em que os consumidores não estão exercendo seus direitos. Quando alguém faz pagamento antecipado de prestação, deve exigir o desconto proporcional dos juros e demais acréscimos.

O código garante, ainda, o direito de arrependimento da compra. Isso acontece quando a compra é feita fora do estabelecimento comercial, especialmente por correspondência ou telefone, incluindo as vendas que são feitas a domicílio.

**Nova consciência** - Para Antônio Herman Benjamin, Promotor de Justiça na cidade de São Paulo, representante da International Organization of Consumers Unions (Iocu) no Brasil e um dos redatores da lei, pode-se observar, nesse primeiro ano, uma série de providências por parte da indústria, no sentido de adaptar produtos e serviços às novas exigências. Ele reconhece que houve um investimento maciço na alteração de embalagens e até mesmo em processos internos de produção.

No mercado publicitário houve reflexos visíveis do código. Ele acha que o publicitário e o anunciante estão conscientes de suas responsabilidades, e isso repercutiu favoravelmente na qualidade da publicidade brasileira.

Toda essa avaliação, segundo Herman Benjamin, não tem o sentido de passar a idéia de que o mercado brasileiro seja hoje um paraíso, com os direitos do público totalmente respeitados. Para ele, o quadro ainda é negro, com os cidadãos sendo desrespeitados nos consórcios, nos cartões de crédito, nos planos de saúde, nas escolas e nos contratos imobiliários.

Na avaliação do promotor, boa parte das cláusulas contratuais entre empresas de cartões de crédito e consumidores são abusivas e, portanto, em desacordo com o código. Um exemplo é a

da Iocu, o código prevê uma série de novas obrigações pelos prestadores de serviços, que visam a criar um certo equilíbrio, nos contratos, entre direitos e obrigações de ambas as partes. No entanto, na escola privada o que prevalece são os contratos leoninos, que impõem múltiplas obrigações aos consumidores, concedendo-lhes poucos direitos. Quanto aos contratos de planos de saúde, ele os considera limitados e dúbios, pois não esclarecem o consumidor adequadamente sobre seus direitos.

#### Consórcios, o cúmulo -

Para Herman Benjamin, o caso mais vexatório de todos são os consórcios. "Se pudesse apontar, hoje, uma área em que o poder público tem que atuar com máximo rigor é nessa questão, principalmente nos consórcios de automóveis, pois eles não só deixam de entregar o bem contratado, como se recusam, inclusive, a cumprir as determinações do Banco Central", denuncia.

O promotor é taxativo ao afirmar que a prioridade dos órgãos de defesa do consumidor, para o segundo ano de vigência do código, deve ser a questão das cláusulas contratuais abusivas de cartões de crédito, planos de saúde, consórcios e contratos imobiliários. A segunda prioridade seria o controle da publicidade.

A avaliação de Herman Benjamin é que, no primeiro momento, as empresas se preocuparam muito em se adaptar à legislação. Mas, equivocadamente, interpretaram os prazos de carência - que os órgãos de defesa do consumidor lhes deram - como um ato de fraqueza e se acomodaram. Ele lembra que, durante o tempo informal concedido às empresas para que se adaptassem, os órgãos de defesa do consumidor não exercitaram todo o poder que a lei lhes facultou. "Mas, agora, passado um ano, quem não se adaptou vai arcar com as consequências", advertiu o promotor.

**Avanços** - Para Marilena Lazzarini, presidente do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), de São Paulo, uma das mais atuantes



Nas embalagens, já consta o prazo de validade do produto

cláusula que permite à empresa de cartão de crédito emitir notas promissórias em nome do consumidor. Isso acontece quando o consumidor paga uma conta em estabelecimento comercial com cartão e deixa de pagar à administradora. Felizmente, segundo Herman Benjamin, o Poder Judiciário está tendo uma atuação positiva em relação a isso e, em tais casos, os juízes recusam a cláusula, declarando nula a emissão de crédito decorrente da nota promissória.

Outro caso de desrespeito flagrante são as escolas. Segundo o representante

associações de consumidores do país, a lei facilitou muito o acesso à Justiça. Marilena lembra que, antes, era um risco iniciar um processo na Justiça, porque, caso perdessem, os reclamantes teriam que pagar custas judiciais e honorários advocatícios da parte contrária. Hoje, uma associação de consumidores que entre com uma ação coletiva, representando seus associados, não paga custas judiciais e, mesmo que perca o processo, não irá pagar tais honorários advocatícios. A associação só vai ser cobrada pelos custos e demais despesas se estiver agindo, comprovadamente, de má fé. "O que está certo", diz Marilena, "porque resguarda as empresas de associações picaretas".

Antes do código, quem quisesse entrar com uma ação contra uma empresa por um produto fabricado em São Paulo, teria, necessariamente, que entrar com a ação no fórum paulista. Com a nova legislação, isto acabou. Agora, o consumidor entra com a queixa no fórum de sua cidade.

**Ação extensiva** – Outra inovação, explica Marilena Lazzarini, foi a introdução de uma ação existente nos Estados Unidos – a *class action*, um tipo de ação coletiva. Por exemplo, no caso de uma linha de carros apresentar o mesmo defeito numa mesma peça, a reclamação apresentada por uma associação de consumidores passa a beneficiar todos os prejudicados por aquele defeito, pertençam ou não à associação reclamante.

O código criou, também, mecanismos preventivos como o *recall*, comum nos Estados Unidos. Trata-se de um aviso, veiculadô nos meios de comunicação, convocando os consumidores para que seja reparado um prejuízo por eles sofrido.

Assim, uma empresa, que constata defeito em algum produto que lançou no mercado, fica obrigada a chamar publicamente os lesados, para que troquem o produto defeituoso por um perfeito. No ano passado, vários



M<sup>re</sup> Lúcia diz que há dois tipos de empresários

aviso desse tipo foram publicados nos jornais do Rio e São Paulo por empresas como a General Motors, Fiat, Yamaha e outras.

A crise econômica atual é, na opinião da presidente do Idec, um fator importante de conscientização, porque ela força as pessoas a mudarem conceitos, padrões e procedimentos. A crise obriga as pessoas a racionalizarem gastos e a fazerem orçamentos. Um fenômeno parecido aconteceu com o movimento de consumidores nos Estados Unidos e na Europa. O momento em que vivemos também cria condições para o avanço.

Para ela, é confortante perceber o amadurecimento que já ocorre hoje, no dia a dia, com a população reconhecendo a importância de uma associação de consumidores. "As pessoas não acreditam mais em nada, mas quando vêm um trabalho que representa os seus interesses, dão um forte apoio", concluiu.

**Atitude empresarial** – Após nove anos no Procon de São Paulo, que ajudou a fundar, e mais seis anos dirigindo a Gerência de Valorização da Rhodia, atuando como consumidora interna crítica, Maria Lúcia Zulzke dirige, atualmente, um escritório de consultoria, que presta assessoria mercadológica a empresas. Autora do livro *Abrindo a empresa para o consumidor*, ela distingue, basicamente, dois tipos de atitude do empresariado, em face da nova realidade trazida pelo código.

O primeiro tipo, segundo Maria Lúcia, é o que entende a vinda da legislação como um elemento novo que surge, um desafio mercadológico que implica a revisão de uma série de posturas empresariais, como lucratividade, perenidade da empresa e competitividade. Esse tipo de empresário está atento à abertura do mercado nacional aos importados, percebe que o mundo está agitado em termos mercadológicos (o Mercado Comum Europeu, a briga entre norte-americanos e japoneses, os países do Leste voltando-se para o mercado, etc.).

Esse empresário percebe, também, que um consumidor, em função do seu baixo poder aquisitivo, tem que ser mais exigente e não

pode pagar pelo ônus da má qualidade. Esse tipo mais lúcido de empresário percebe, com clareza, que o Código de Defesa do Consumidor não é simples tabela de preços que vai perder validade, mas significa uma nova ética de mercado, uma verdadeira revisão do *marketing* das empresas. Para Maria Lúcia, não há meio termo: ou a nova legislação está dentro do metabolismo das empresas ou não está.



A crise econômica é um fator de conscientização do consumidor



Os órgãos de defesa do consumidor não podem fazer nada se o próprio não se mobilizar para fazer valer seus direitos

O segundo tipo de empresário é aquele que vê o código como mais uma lei. Este, provavelmente, fez alterações mínimas dentro de sua empresa e de sua linha de produtos, simplesmente para atender aos requisitos mínimos exigidos pelo código, se é que o fez. Provavelmente, estará colocando, através de uma etiqueta, o prazo de validade do produto. Está acomodado a um mercado em que o consumidor era pouco informado e onde não havia condições claras a respeito de ressarcimento e outros direitos.

Esse empresário vai esperar o próprio mercado pressionar e, provavelmente, aguardará até o consumidor entrar com processos. "Trata-se de um perfil muito mais perigoso, em termos de perenidade do negócio", analisa Maria Lúcia.

Para a advogada Beatriz Boiteux, coordenadora geral do Procon do Rio de Janeiro, o consumidor está mudando, mas ainda não está consciente de seus direitos. O que se percebe no Procon do Rio, segundo ela, são pessoas, algumas até com nível uni-

versitário, que deixam aparelhos domésticos para consertar com alguém que nunca viram antes e não pedem comprovantes; que não pedem orçamento, por escrito, do serviço a ser executado; que pagam com cheque ao portador; que não exigem recibo na hora do pagamento e não se preocupam com o termo de garantia. Sabem que existe um órgão de defesa do consumidor, o Procon, e acham que podem se despreocupar, quando na verdade deveriam ter uma atitude inversa. O Procon, explica Beatriz Boiteux, não pode tomar nenhuma iniciativa baseada no acordo verbal entre consumidor e fornecedor. "Não podemos importunar a população, os fornecedores, sem um mínimo de provas nas mãos", diz ela.

No momento, o Procon-RJ anda às voltas com um projeto inédito: a Casa do Consumidor. Organizado pela Secretaria de Justiça do Estado, visa a reunir todos os órgãos de defesa do consumidor no mesmo espaço físico. Assim, será possível encontrar na casa um representante

de cada órgão: Ministério Público, Juizado de Pequenas Causas, Instituto de Pesos e Medidas, etc. Tudo deverá funcionar no mesmo prédio, no mesmo horário e de forma integrada. O objetivo é evitar que se ande de um órgão para outro, gerando desencontros.

De acordo com a legislação, cada órgão de defesa do consumidor é obrigado a ter um cadastro de fornecedores, informando se as reclamações a eles dirigidas foram ou não atendidas. Determina ainda a publicação anual dessa lista no *Diário Oficial*. Segundo Beatriz Boiteux, uma das preocupações do órgão é manter esse cadastro atualizado durante o ano inteiro. Com a informatização, que está a caminho, o Procon-RJ, futuramente, terá condições de dizer se um determinado produto vem apresentando defeitos e se a fábrica tem corrigido os erros. Será a oferta de um serviço preventivo, segundo Beatriz Boiteux, "para impedir a aquisição de produtos contra os quais existirem muitas queixas".

# Nada será como antes

*As medidas tomadas pelo governo de Carlos Andrés Pérez após a tentativa de golpe militar não conseguem superar a crise política e a instabilidade social*

**Claudia Guimarães**

Passados dois meses da tentativa de golpe, a Venezuela continua vivendo um clima de incerteza. A tentativa teve o efeito de um furacão, abalando as mais sólidas instituições do país. O presidente Carlos Andrés Pérez conseguiu dominar a rebelião militar, mas seu governo não saiu incólume do julgamento da sociedade civil. Seu rígido programa de ajuste, baseado nas receitas do FMI, está hoje no banco dos réus.

Desde fevereiro, têm se sucedido as manifestações de protesto contra seu governo, algumas de caráter maciço (até o indulto dos golpistas foi exigido). Nem o pacote de reformas, anunciado em 6 de março passado, conseguiu mudar radicalmente a situação.

Pressionado a renunciar, Pérez tentou reconquistar a popularidade perdida, anulando as medidas que mais vinham afetando as camadas de baixa renda. Entre elas, suspendeu temporariamente os aumentos mensais dos preços da gasolina, em vigor há um ano, congelou tarifas de luz e telefone, e fixou um teto para o preço dos alimentos da cesta básica e remédios.

Para ganhar a simpatia da classe média, o presidente venezuelano anunciou programas para facilitar o seu acesso à casa própria. E não esqueceu os militares, que ganharam a promessa de ver criado um programa habitacional especialmente para suprir suas necessidades.

**Nova Carta** – Além de rever uma série de medidas econômicas adotadas sob pressão do FMI, Carlos Andrés Pérez prometeu convocar uma Assembleia Constituinte, que faria amplas



Caracas: a polícia prende um grupo de jovens que pedia a renúncia do presidente

reformas na Carta Magna do país, e reformaria o sistema judiciário.

A proposta da Constituinte gerou uma torrente de críticas entre parlamentares e governadores. Membros das bancadas legislativas dos dois principais partidos políticos, o governante Ação Democrática (AD) e o social-cristão Copei, já declararam que não renunciarão a seus cargos voluntariamente e questionaram a necessidade de uma nova Carta. Da mesma forma, um grupo de governadores, que desfruta de popularidade em seus estados, criticou a iniciativa, argumentando que a situação da Venezuela exige medidas de emergência.

Expressando a opinião de muitos políticos, o governador do estado de Bolívar, Andrés Velázquez, afirmou que “se pretende fazer a Constituição de bode expiatório” e assinalou que o problema atual está no alto custo de vida, na deterioração dos serviços e na impunidade para os casos de corrupção.

**Cruzada contra a corrupção** – Este é um dos pontos mais vulneráveis

do governo Pérez. O Poder Judiciário tem sido alvo de constantes denúncias de adiar o julgamento dos crimes de “colarinho branco”. O desprestígio da instituição, que se estendeu ao governo como um todo, explica a rapidez com que o presidente atuou: no mesmo dia em que anunciou as reformas no Judiciário, Pérez designou cinco novos juizes para a Corte Suprema.

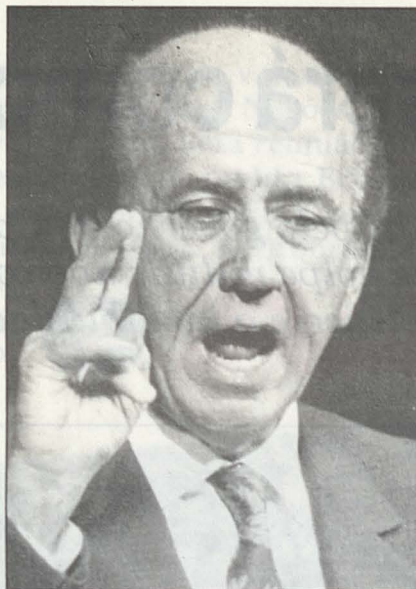
Ainda no dia 6 de março, o Tribunal Superior de Salvaguarda, que se ocupa dos delitos contra o patrimônio público, e o procurador-geral da República, Ramón Escovar, exigiram da Corte Suprema a extradição de várias figuras do governo anterior, entre elas Blanca Ibañez, ex-secretária particular e atual esposa do ex-presidente social-democrata Jaime Lusinchi e o ex-ministro do Interior, José Angel Ciliberto.

Menos de uma semana depois, de uma só tacada, o Conselho da Magistratura – órgão administrativo encarregado de designar os juizes da jurisdição civil – removeu 23 magistrados e aposentou outros 32.

Mas esse conjunto de medidas não conseguiu ainda resgatar a credibilidade do Judiciário. Os crimes de "colarinho branco" continuam aparecendo em todas as pesquisas de opinião como um dos principais responsáveis pelo desgaste do governo. Até a Fedecámara – a maior entidade empresarial do país – aderiu à campanha de moralização desencadeada pelo presidente, ao anunciar a expulsão de todos os empresários que tenham se beneficiado dos esquemas de corrupção no governo.

**Ampliar a base política** – Com o anúncio do pacote de medidas econômicas e o início de uma cruzada contra a corrupção Carlos Andrés Pérez está procurando ganhar o apoio da opinião pública. Mas sabe que a estabilização política, condição indispensável para chegar ao fim do seu mandato, passa, também, pela ampliação de sua base de apoio dentro do Congresso.

É nesse sentido que se insere a sua decisão de reestruturar o ministério, em 10 de março passado. A reforma atingiu pastas-chaves, como Justiça, Desenvolvimento e Interior, e abriu espaço para a participação no governo do Copei, o maior partido da oposição. Dos sete novos ministros, dois pertencem a esse partido: Humberto Calderón, ex-ministro de Energia, que assumiu a pasta de Relações Exteriores, e Ignacio Moreno León, também ex-ministro da Energia, designado para o Fundo de



Andrés Pérez: popularidade em baixa

Investimentos da Venezuela, responsável pela privatização das estatais.

Embora não tenha atendido a uma das principais reivindicações da classe política depois do golpe – a formação de um gabinete de unidade nacional – a inclusão de dois dirigentes do Copei no governo foi um reconhecimento explícito por parte do presidente de que o seu partido, a Aliança Democrática (AD), não tinha condições de superar a atual crise político-institucional sozinho.

Por outro lado, com essa decisão Pérez conseguiu pelo menos atenuar as pressões de dirigentes desse partido

no sentido de que renuncie ou de que seja reduzido o seu mandato e o dos congressistas.

**A população protesta** – Ao mesmo tempo em que eram empossados os novos ministros, a poucos quarteirões dali uma manifestação reunindo centenas de pessoas, entre estudantes e parentes de militares que participaram da sublevação, era dispersada com bombas de gás lacrimogêneo e jatos de água.

Apesar dos atos públicos estarem proibidos, outras 300 pessoas se reuniram próximo ao Congresso, gritando palavras-de-ordem em apoio ao tenente-coronel Hugo Chávez, líder do frustrado golpe militar de 4 de fevereiro.

As manifestações contra o governo realizadas naquele dia culminaram com um "panelaço", que contou com a adesão maciça da população nas principais cidades do país (ver quadro). O protesto generalizado serviu para deixar claro ao governo que o pacote econômico e a reformulação ministerial não tinham sido suficientes para trazer a calma ao país.

Dois dias depois, Carlos Andrés Pérez advertiu em um pronunciamento no Congresso que o povo não esquecesse que "foram as panelas chilenas que levaram Pinochet ao poder". Mas reconheceu que o protesto tinha sido um "profundo grito social". E acrescentou: "Seria irresponsabilidade da minha parte não admitir que ali havia um profundo apelo para a retificação e revisão da nossa conduta."

Nesse pronunciamento, o presidente admitiu parte da culpa pela crise que vive o país: "Nós, políticos, somos responsáveis por nossas falhas e omissões nestas três décadas, as quais levaram à crise de legitimidade que se abateu sobre nossa democracia". E advertiu que a situação exige uma "reavaliação da conduta do Estado e do governo".

O reconhecimento da responsabilidade do governo na atual crise é importante, assim como as medidas políticas e econômicas adotadas no último mês. Mas se Carlos Andrés Pérez não conseguir atacar as causas de fundo que provocaram uma insatisfação tão generalizada na população – inteligentemente capitalizada pelos militares golpistas – o futuro da democracia na Venezuela continuará ameaçado. ■

## Panelaço: arma contra o governo

No dia 10 de março um ruído ensurdecedor tomou conta das principais cidades da Venezuela. Panelas, buzinas e qualquer objeto que fizesse barulho foram usados pela população como forma de protesto contra o governo do presidente Carlos Andrés Pérez. Nem o anúncio, feito no mesmo dia, da formação de um gabinete de "unidade nacional" havia sido suficiente para esvaziar o ato de repúdio ao seu governo.

Calcula-se que milhões de venezuelanos participaram do panelaço contra o governo, em um dos maiores protestos já registrados na Venezuela. A manifestação ocorreu em todo o país, com maior intensidade nas grandes cidades. Em muitos bairros da capital, Caracas, foram erguidas barricadas. O Ministério da Justiça informou que um policial morreu, 32 pessoas ficaram feridas, algumas em estado grave, e 25 foram detidas.

# Areias movediças

As relações entre os intelectuais e o governo, analisadas por Abel Prieto, presidente da União de Escritores e Artistas e membro do Comitê Central

ANDRÉ LOUZEIRO



Prieto: mantendo o diálogo com os artistas

## Camilo Egaña

Para os que têm uma visão mais folclórica que real do que acontece em Cuba, as relações entre os intelectuais e a revolução são extremamente tensas. Porém, Abel Prieto, presidente da União de Escritores e Artistas e, há alguns meses, membro do Birô Político do Partido Comunista, encara esse fato como algo inevitável e, em alguma medida, positivo.

Ex-vice-ministro da Cultura, esse escritor de 41 anos é um funcionário atípico da máquina burocrática: usa cabelo comprido, evita com elegância os tópicos do discurso oficial, não usa a toda hora a guayabera<sup>1</sup> e é caracterizado como dono de um verbo corrosivo e quase sempre lúcido.

Quando lhe pergunto o que acha da afirmação do escritor mexicano Octavio Paz, de que não é bom que o intelectual esteja "próximo ao príncipe", ao poder político, Abel Prieto contesta: "Na América Latina poderíamos fazer uma longa lista de autores e artistas vinculados à política. Vargas Llosa quis ser o príncipe. Rómulo Gallegos<sup>2</sup> deu uma de príncipe com resultados desanimadores. Martí, nosso herói da independência – que era escritor e poeta –, morreu em combate."

Na sua opinião, "o escritor puro é raro por estas terras. Como também é

pouco comum a harmonia entre os intelectuais e o poder. Tanto um lado quanto o outro anda em um movimento perpétuo de suspeitas e reticências. E agora, em Cuba, de uma maneira mais evidente, se é que eu posso dizer assim".

Um exemplo disso aconteceu em junho do ano passado. Naquela ocasião, as relações entre os artistas e o poder ficaram tensas, depois que o filme *Alice na cidade das maravilhas*, de Daniel Díaz Torres, saiu repentinamente de cartaz. Um mês antes, havia circulado o chamado "Manifesto dos Dez", onde se pediam certas reformas políticas, que recebeu críticas muito ácidas no *Granma*, o jornal do partido.

**O peso da crise na criação** – O que alguns políticos cubanos chamam de "as novas realidades nacionais" se traduz em uma situação de desabastecimento quase desesperadora diante da drástica redução das importações da ex-União Soviética.

Prieto, no entanto, acha que a crise por que atravessa o país pode colaborar para que certos mecanismos sejam abandonados e abrir caminho para a implantação de outros, mais flexíveis.

Para ele, a criação artístico-literária e o debate estético apontam, hoje mais do que nunca, para o essencial. Cita o trabalho de jovens pintores e músicos que estão, segundo ele, propiciando uma reflexão profunda da sociedade.

E isso apesar da difícil situação econômica e dos entraves de uma burocracia que Abel Prieto considera responsável por muitos problemas: paternalismo editorial e a instauração de um ambiente de suspeitas que chegou a afetar alguns dos intelectuais mais prestigiados do país.

O escritor acredita que a crise nacional está funcionando como um catalizador e que, por paradoxal que isso pareça, graças a ela se pôde abrir caminho para iniciativas que há uma década ninguém se atreveria a propor. Entre elas, a flexibilização da política de permissão para viajar ao estrangeiro e agilização cada vez maior das edições de livros, revistas e discos com empresas estrangeiras.

Muitos pintores têm se radicado em outros países sem que isso automaticamente suponha, como antes, que desapareçam da memória cultural oficial e que jamais possam regressar ao país. Para muitos, isso parece um passe de mágica. Para Abel Prieto, não. "Não se deve fazer disso uma tragédia, tampouco uma comédia", diz. "O que estamos tentando fazer é que pelo menos uma vez ao ano o artista exponha aqui, em sua pátria."

Há outros sinais inequívocos de que algo está mudando, embora de um forma tímida e lenta. Há pouco tempo, a Casa de Las Américas patrocinou – pela primeira vez desde a sua criação, há 30 anos – uma jornada para divulgar a obra de Severo Sarduy, escritor cubano exilado em Paris desde 1965. Seus livros, porém, não estão ainda nas livrarias, nem seu nome figura nos dicionários de literatura.

Outro sinal importante da mudança dos tempos é o fato do Centro de Estudos Alternativos ter promovido ano passado um seminário graças ao qual e sem muito sobressalto "os cubanos de aqui e de lá" (da comunidade cubana nos Estados Unidos) puderam analisar a situação do país.

É evidente a evolução e a abordagem diferente para velhos problemas. Ainda assim – com exceção dos extremistas ou dos desesperados – poucos se animam a fazer prognósticos quanto ao futuro.

<sup>1</sup> *guayabera*: camisa social típica da América Central e Caribe  
<sup>2</sup> Rómulo Gallegos: popular romancista da Venezuela, eleito presidente em 1947 e derrubado por um golpe militar menos de um ano depois

# O devastador “neoliberalis cholerae”

*Mais letal que o vibrião do cólera, a “bactéria” do neoliberalismo continua condenando à miséria a maior parte da população latino-americana*

**Nils Castro**

**H**á pouco tempo, um bispo amigo meu me fez esta pergunta: “Sabe em que se parecem o cólera e o *Opus Dei*?” Diante da minha hesitação, em seguida respondeu: “Ambos são epidemias difíceis de controlar. E sabe – continuou – em que ambos se diferenciam? ... na opção preferencial pelos pobres!”

Estamos chegando ao final do nosso primeiro ano dos tempos do cólera, com perspectivas sombrias para este fim de milênio. O capitalismo real, estabelecido em nossa América há pouco menos de 500 anos, nos deixou, no final, esta opção pelos pobres como sua obra mais significativa.

Um relatório da Organização Mundial de Saúde (OMS) aponta que até o momento há mais de 359 mil pessoas contaminadas e quase quatro mil morreram da doença. Mas, nesse ínterim, um pequeno número de pessoas e organizações tem se enriquecido extraordinariamente devido à exportação de capitais que continuam saindo das veias latino-americanas.

Não se pode pôr a culpa dessa praga em uma bactéria que virtualmente tinha desaparecido, mas naqueles que fizeram com que ela voltasse. O cólera, na realidade, é o descendente mais representativo da crise desencadeada a partir do intercâmbio econômico desigual e da desenfreada sangria da dívida externa. E, mais especificamente, é fruto dos reajustes estruturais e espolia-



Peru: o cólera atingiu principalmente as camadas mais pobres da população

ções impostas a nossos países por organismos internacionais e pela hegemonia norte-americana, sob o lema da “nova ordem” e a inspiração ideológica do neoliberalismo e sua opção pelos ricos.

**O micróbio vem de Manhattan** – O micróbio que, de fato, originou esta nova geração de doenças deveria se chamar, apropriadamente, *neoliberalis cholera*. Não é uma bactéria vinda da Índia ou do Peru, mas da ilha de Manhattan.

Este flagelo – mais agressivo que o *Opus Dei* – é o encarregado de justificar o drástico corte nas verbas destinadas à

saúde, educação, habitação, reforma agrária, emprego e seguridade social. Tudo em nome de um “saneamento” dos indicadores macroeconômicos que deixa a riqueza nas mãos de uns poucos e o desamparo e a insalubridade no prato de muitos.

Os efeitos do *neoliberalis cholera* vão muito além das diarreias que também ocasiona. Por exemplo, aumenta a vaidade dos tecnocratas, desacredita as instituições políticas estabelecidas, desmascara a submissão dos governantes, acovarda os social-democratas, e, particularmente, corrompe muitos in-



telectuais que deixam de ver o que acontece debaixo de seus narizes.

*Neoliberalis cholera*, cujo discurso é intensamente ideológico, decreta o fim das demais ideologias, sobretudo as progressistas, esterelizando-as com argumentos importados de Moscou. Quer transformar as pradarias da cultura política latino-americana em um deserto, enquanto converte a democracia em uma frustração.

Um dos seus princípios é que devemos entregar tudo. Mas depois de tanto ceder patrimônios e autodeterminação, só fizemos aumentar nossa miséria, material e moral. Depois de tudo, argumentam, viria uma suposta prosperidade. E, no final, se já não vão ficando bens nem saúde para ceder, esperam que renunciemos também ao pudor.

**Democracias doentes** – Como saldo dessa “doença”, constatamos que as democracias que antes pareciam mais consolidadas em nossa América também adoecem e cambaleiam. Infectadas pelo *neoliberalis cholera*, as veteranas Costa Rica e Venezuela apresentam convulsões. Embora ainda exista a possibilidade de que seus governos concluam os respectivos mandatos, todos sabem que só atingirão essa meta com enorme esforço. Ambos os países correspondem a um modelo político que a crise sócio-econômica esgotou e ninguém pode prever se os governos seguintes serão melhores.

Por sua vez, os países que vêm de anteriores ditaduras acumularam maior experiência em lidar com a tal

bactéria. A reestruturação neoliberal lhes foi aplicada primeiro “na marrá” pela oligarquia através do terror militar. Agora, a dose é aplicada em dobro por governantes civis que impõem à população uma política econômica que não fazia parte das suas plataformas quando eram candidatos à presidência.

Nesses casos, estão em pior situação os países onde Washington interveio expressamente para impor a “nova ordem”. Nem o Panamá nem a Nicarágua receberam um centavo para indenizar as mortes, nem para recompor suas economias devastadas pelo bloqueio e a agressão. Recapturada a presa, já não pagam por ela.

**O papel da esquerda** – Os últimos anos têm sido cruéis e os próximos não oferecem melhores esperanças. Milhões de crianças continuam morrendo de causas controláveis e crescendo com sequelas próprias da desnutrição, enquanto outros milhões de adultos perdem sua terra ou o emprego, engrossando o chamado “setor informal” da economia.

Os níveis de desenvolvimento do continente latino-americano retrocederam décadas e nada leva a pensar que vão melhorar. Inclusive as expectativas de integração com o Norte ocorrem quando este também entra em um processo de declínio, atingido por males não muito diferentes dos que minaram a antiga União Soviética.

O sistema fracassou. Os mecanismos da democracia limitada que nos legaram se mostram incapazes de

permitir uma guinada na situação, pois foram instituídos para reproduzi-la, não para mudá-la. As decisões que nos ferem são tomadas fora do território nacional, onde apenas são executadas. As pessoas votam cada vez menos – um direito que se exerce por um minuto a cada quatro ou seis anos, sem que as coisas mudem para melhor. A população perdeu a confiança e, com o “cólera neoliberal”, é contagiada pela falta de solidariedade.

Nunca como agora fez tanta falta uma esquerda nacional para reconstruir a América Latina. Mas nunca como agora esteve de mais uma esquerda que sirva apenas para decorar o sistema, em vez de colaborar para reconstruí-lo. Porque seu primeiro dever é diferenciar-se dos partidos estabelecidos, para oferecer outras alternativas, em vez de ficar esperando que os poderes hegemônicos lhe dêem um atestado de bons antecedentes.

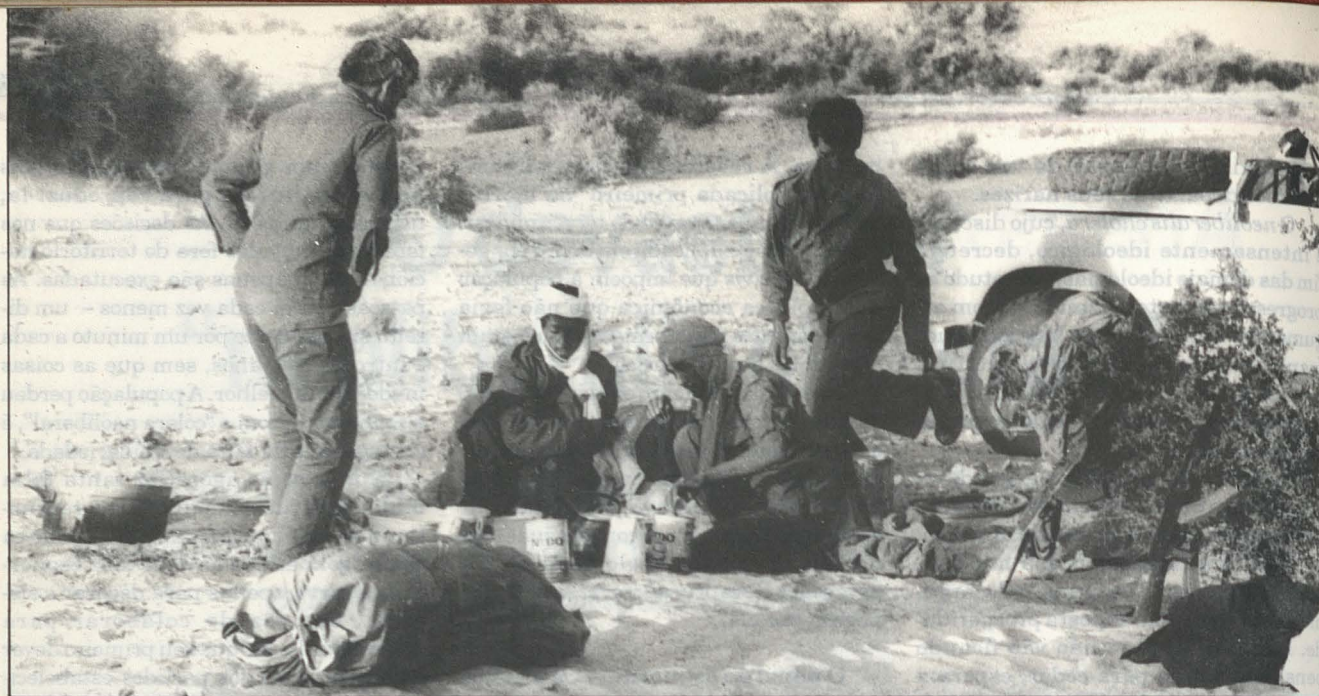
Uma esquerda que agora possa nascer das nossas entranhas, original e (por fim!) emancipada da paralisante tutela espiritual que no passado lhe ofereceram os europeus, do Leste e Oeste. Uma esquerda que venha para radicalizar o processo democrático e nos devolver, participativamente, a soberania popular.

Não há melhor modo de comemorar os 500 anos de sangria que esta emancipação, que permita reconquistar a autodeterminação do povo, do nosso povo. ■

<sup>1</sup> *Opus Dei*: ordem religiosa católica conservadora fundada em 1928 pelo sacerdote espanhol José María Escrivá, que teve seu auge durante a ditadura franquista. Conta com quase 20 mil religiosos e aproximadamente 75 mil membros leigos espalhados por mais de 88 países.



Nem o Panamá (à esq. El Chorrillo), nem a Nicarágua receberam indenização pelas agressões cometidas pelos Estados Unidos



## Nova ordem, novos desafios

*A estratégia do rei Hassan II de criar uma elite local no território saarauí – ocupado desde 1978 pelo Marrocos – pode impedir a vitória dos independentistas no referendo marcado pela ONU*

**Edouard Bailby**

**A**provado pelo Conselho de Segurança da ONU, em meados do ano passado, o referendo do Saara Ocidental devia ter sido realizado em janeiro passado. Mas profundas divergências entre o governo de Rabat e os dirigentes da Frente Polisário sobre o número de votantes chamados a decidir se a antiga colônia espanhola será independente ou definitivamente incorporada ao Marrocos provocaram o adiamento por alguns meses da consulta popular.

Enquanto que a Polisário quer limitar a 74 mil o número de eleitores – baseando-se no último recenseamento feito em 1974 quando o território ainda estava ocupado pela Espanha –, o Marrocos quer incluir todos os saaruís que foram obrigados a deixar o território a partir de 1904, dobrando desta maneira o número de votantes.

Com esta manobra Rabat espera obter a maioria absoluta no referendo a ser realizado, uma vez que os saaruís e seus

descendentes radicados no território marroquino não parecem favoráveis à independência. Além do mais, pressões e ameaças não os levarão a votar contra a vontade de Rabat.

**Elite de bilionários** – Não há mais dúvidas de que o Marrocos tudo fará para evitar que o Saara Ocidental se torne independente. Desde 1978 – quando as suas forças invadiram repentinamente a antiga colônia espanhola – mais de 15 bilhões de dólares foram investidos no território, favorecendo o aparecimento de uma elite de bilionários saaruís que não estão dispostos a perder os seus privilégios votando pela independência.

Mais uma vez, portanto, as camadas mais pobres da população verão as suas reivindicações sacrificadas em proveito dos lucros de uma minoria.

Ao deixarem o Saara Ocidental os espanhóis fizeram os saaruís acreditar que a independência asseguraria, graças às minas de fosfato, uma renda anual superior a mil dólares por habitante, isto é, duas vezes a renda de um marroquino, não havendo ra-

zão portanto para que fossem anexados pelo país vizinho. Naquele tempo, convém lembrar, as relações de Madri com Rabat não eram das melhores com as ameaças pairando sobre o futuro de Ceuta e Melilla, duas pequenas possessões espanholas no litoral mediterrâneo.

Infelizmente para os saaruís, o fosfato representa hoje uma parte relativamente pequena de sua economia. Situadas a 100 quilômetros do oceano Atlântico, as jazidas de Bucraa já não são rentáveis. Produzir uma tonelada de fosfato, com efeito, custa atualmente o dobro do seu preço de venda, que oscila entre 30 e 35 dólares. Além dos gastos excessivos de transporte, o minério tem de ser lavado com água doce para eliminar o cloro.

Para isso, a empresa Phos Bucraa, criada pelos espanhóis, instalou uma usina de dessalinização da água do mar, com uma produção diária de 10.000 m<sup>3</sup> de água. Resultado: o Saara Ocidental só produz 1,5 milhão de toneladas de fosfato por ano contra

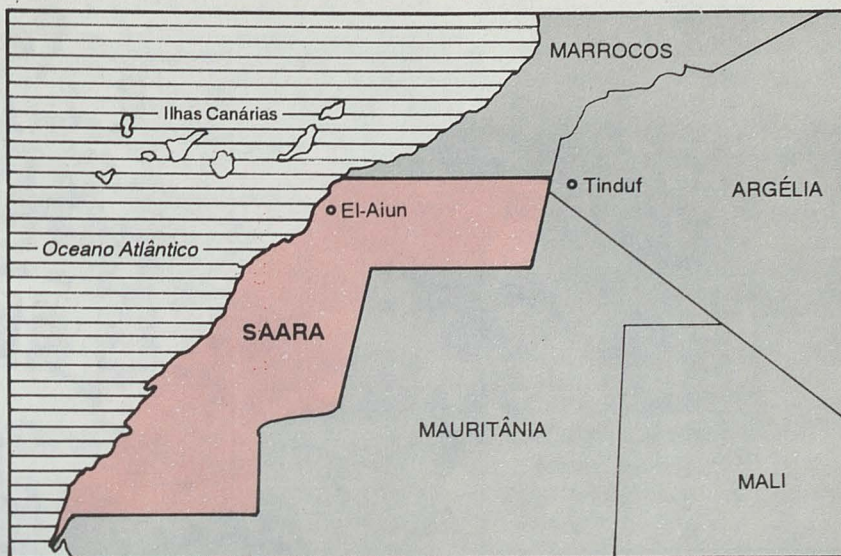
33 milhões no Marrocos. Mas a empresa, com 2.600 operários, garante a fonte de renda de cerca de 30.000 pessoas.

**Investimentos maciços** - Na verdade, outros setores econômicos estão crescendo rapidamente graças a importantes investimentos marroquinos e estrangeiros. A principal cidade do território, El-Aiun, que tinha 28 mil habitantes em 1974, conta hoje com uma população de 120 mil pessoas. Nos vinte quilômetros que separam a cidade do porto foram construídos por Hassan Dirham, conhecido jogador de futebol, depósitos de petróleo.

Na mesma região estão instaladas três empresas novas. A Alga produz em pleno deserto 25 toneladas de gelo por dia; a Copelit 240 toneladas diárias de farinha de pesca para a exportação; e a Promer, 50 toneladas diárias de peixe congelado.

Segundo a revista *Jeune Afrique*, de Paris, recentes estudos provaram que o Saara Ocidental poderá produzir em breve 600 mil toneladas de peixe por ano, tornando-se o principal item de suas exportações.

Com o desenvolvimento acelerado da economia, incluindo a modernização do porto de El-Aiun, a construção de um novo porto para exportação de minérios, a abertura de hotéis internacionais para o turismo, a exportação de importantes quantidades de areia para as ilhas Canárias, os chamados "bilionários do Saara", todos naturais de El-Aiun, Dakhla e Smara, formam uma classe poderosa que



mantém laços estreitos com o poder marroquino.

Ibrahim Hamed tem quase o monopólio do saneamento urbano; Ruiba el-Chardej construiu um estádio de 35 mil lugares; e Hama Beida, a imponente mesquita de El-Aiun. Todos eles ob-

tiveram empréstimos bancários e vantagens diversas para levar adiante os seus projetos.

Hoje, em decorrência desses investimentos, o Saara Ocidental possui 17 escolas primárias, sete colégios e dois liceus com um total de 15.500 alunos, contra apenas 927 em 1974.

Dentro da nova ordem internacional, o Marrocos é de uma importância estratégica fundamental para a Comunidade Européia. Além de estar situado na porta de entrada do mar Mediterrâneo, centenas de milhares de trabalhadores marroquinos vivem na França e em outras regiões da área.

É difícil imaginar, portanto, que o Primeiro Mundo queira se opor aos interesses do rei Hassan II de anexar definitivamente o território, principalmente quando o integrismo muçulmano tenta desenvolver-se na Argélia e em outros países árabes. Por tudo isso, é de se prever que novos obstáculos surjam no caminho da independência do Saara Ocidental.



*Os investimentos no Saara Ocidental estão criando uma poderosa classe empresarial que defende a anexação ao Marrocos (acima, exploração de fosfato; ao lado, empresa artesanal de sapatos)*



## Triste destino

*Depois de ser durante décadas uma importante peça no xadrez geopolítico das grandes potências, a Somália enfrenta uma guerra civil em meio ao total desinteresse da comunidade internacional*

**N**os tempos da Guerra Fria, a Somália teve um papel estratégico de primeira importância. Graças à sua posição geográfica, às portas do mar Vermelho, ela podia controlar o tráfego de navios e cargueiros entre o Mediterrâneo e o oceano Índico. Além do mais, estava situada entre dois países com governos marxistas: a Etiópia e o então Iêmen do Sul.

Dirigindo o país a partir de 1969, o general Siad Barre manteve nos primeiros sete anos de seu regime laços estreitos com a União Soviética, oferecendo-lhe a base aeronaval de Berbera – próxima à República de Djibuti, onde o Exército francês mantém até hoje cerca de cinco mil homens – e recebendo em contrapartida importante ajuda.

Posteriormente, mudou de orientação e se aproximou dos Estados Unidos, esperando dessa maneira obter dinheiro e armas para conquistar o Ogadén no leste da Etiópia, então apoiada por Moscou e Havana. O Ogadén é uma região desértica, mas poten-

cialmente rica, habitada por etnias que também vivem na Somália. Em troca de 50 milhões de dólares, o general Barre entregou a base de Berbera aos norte-americanos.

Em janeiro de 1991, varrido do poder pelas forças populares que não suportavam mais a catastrófica situação econômica do país, o ex-homem forte de Mogadíscio teve de fugir para o Quênia.

**Guerra civil** – Hoje, a Somália está vivendo um drama cujas principais vítimas são os civis: milhares de mortos e dezenas de milhares de feridos só na capital. Até pouco tempo atrás, Mogadíscio era uma cidade aprazível à beira do oceano Índico, com suas casas brancas queimadas pelo sol, velhas mesquitas, restaurantes que lembram a colonização italiana de antes da Segunda Guerra Mundial e ruas arborizadas, oferecendo um pouco de sombra à hora da sesta.

Tudo mudou em poucos meses. Logo após o desmoronamento do regi-

me do general Siad Barre, dois homens pertencendo à mesma etnia dos *hawiyés*, um dos seis grandes grupos étnicos do país, e ao mesmo partido político, o Congresso da Somália Unificada (CSU), entraram em conflito aberto para se apoderar do poder: Ali Mahdi Mohamed, oficialmente considerado como o presidente da República, e o general Mohamed Farah Aidid, presidente do CSU. Aliados na hora de pôr fim à ditadura do general Siad Barre, que governou o país durante mais de vinte anos, cada um reivindicou, depois, o direito de ser chefe de Estado.

Desde então, a guerra civil tem se alastrado por todo o território. Sentimentos secessionistas latentes ressurgiram diante do colapso das instituições nacionais e levaram a região setentrional, outrora colonizada pelos britânicos, a proclamar a sua “independência” em maio de 1991. Apesar das resoluções das Nações Unidas, todas as tentativas de cessar-fogo entre as partes beligerantes fracassaram.

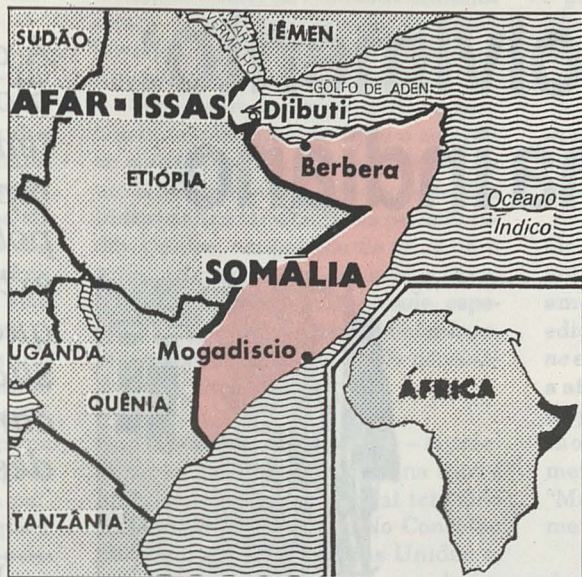
**Importância reduzida**

Dentro da "nova ordem internacional" que almejam construir, os Estados Unidos têm no momento outras prioridades mais urgentes do que a Somália. Além de não oferecer hoje em dia nenhuma importância estratégica, este país não tem riquezas agrícolas e minerais capazes de atrair investimentos estrangeiros. Com 667.600 km<sup>2</sup> e pouco mais de 9,3 milhões de habitantes, a indústria representa apenas 4,8% do PNB, estimado em menos de um bilhão de dólares.

O restante da receita vem da pecuária (15,7 milhões de cabras; 9,7 milhões de ovelhas; 5,7 milhões de camelos e 3,6 milhões de bovinos), da agricultura (principalmente banana), da pesca e de alguns minérios.

Território essencialmente desértico, que tem poucas cidades de relativa importância – com exceção de Mogadíscio (500 mil), Hargeisha (70 mil) e Berbera (65 mil) –, a Somália está ameaçada de figurar entre as nações subdesenvolvidas que de imediato não apresentam o menor interesse para o Norte.

Passando por Paris, após uma viagem a vários países africanos – Chade, Congo, Zaire e Gabão – o secretário adjunto para Assuntos Africanos, Herman Cohen, declarou em março passado: "Não se devem temer as reivindicações étnicas ou regionalistas na África. Às vezes, é melhor saber aceitar a separação para poder, depois, ter novamente uma vida comum". O alto funcionário norte-



americano se referia à Etiópia e Eritréia, mas o caso da Somália não é diferente.

Ao mesmo tempo, deixou claro que os EUA aceitam a perspectiva de modificações das fronteiras no continente africano. Em outras palavras, Washington se sente agora bastante poderoso, já que nenhuma superpotência se opõe a seus interesses, para assistir de camarote à desintegração de numerosos países, tanto no Leste europeu como no Terceiro Mundo.

**Conflito absurdo** – O que está acontecendo na Somália é particularmente exemplar. Com efeito, os dois principais protagonistas da guerra não têm nenhuma política definida para o futuro, nem mesmo um plano de de-

envolvimento econômico e social. Ambos querem o poder à semelhança dos antigos senhores feudais.

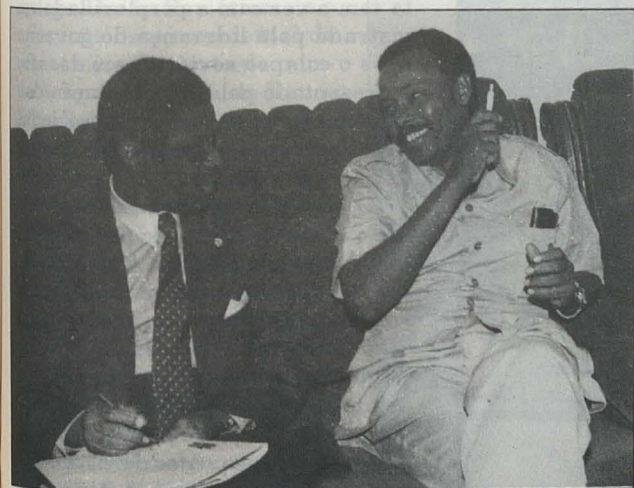
Levado à presidência da República pelos violentos acontecimentos de janeiro de 1991, Ali Mahdi Mohamed conseguiu reagrupar suas forças em alguns bairros de Mogadíscio, mas a maior parte dos membros do seu governo preferiu aguardar no exterior o desenlace do conflito, inclusive o primeiro-ministro Omar Arthen, instalado em Riad, Arábia Saudita.

Em outros bairros da capital, o general Mohamed Farah Aidid conseguiu controlar pontos estratégicos e ocupou os três principais hospitais de Mogadíscio. Fora do perímetro urbano, dezenas de assaltantes, os *shifitas*, estão à espreita nas estradas pelas quais já fugiram em dois anos mais de 150 mil pessoas.

Qualquer cessar-fogo será precário, enquanto não houver um poderoso movimento popular capaz de levar ao poder um homem desprovido de ambições pessoais.

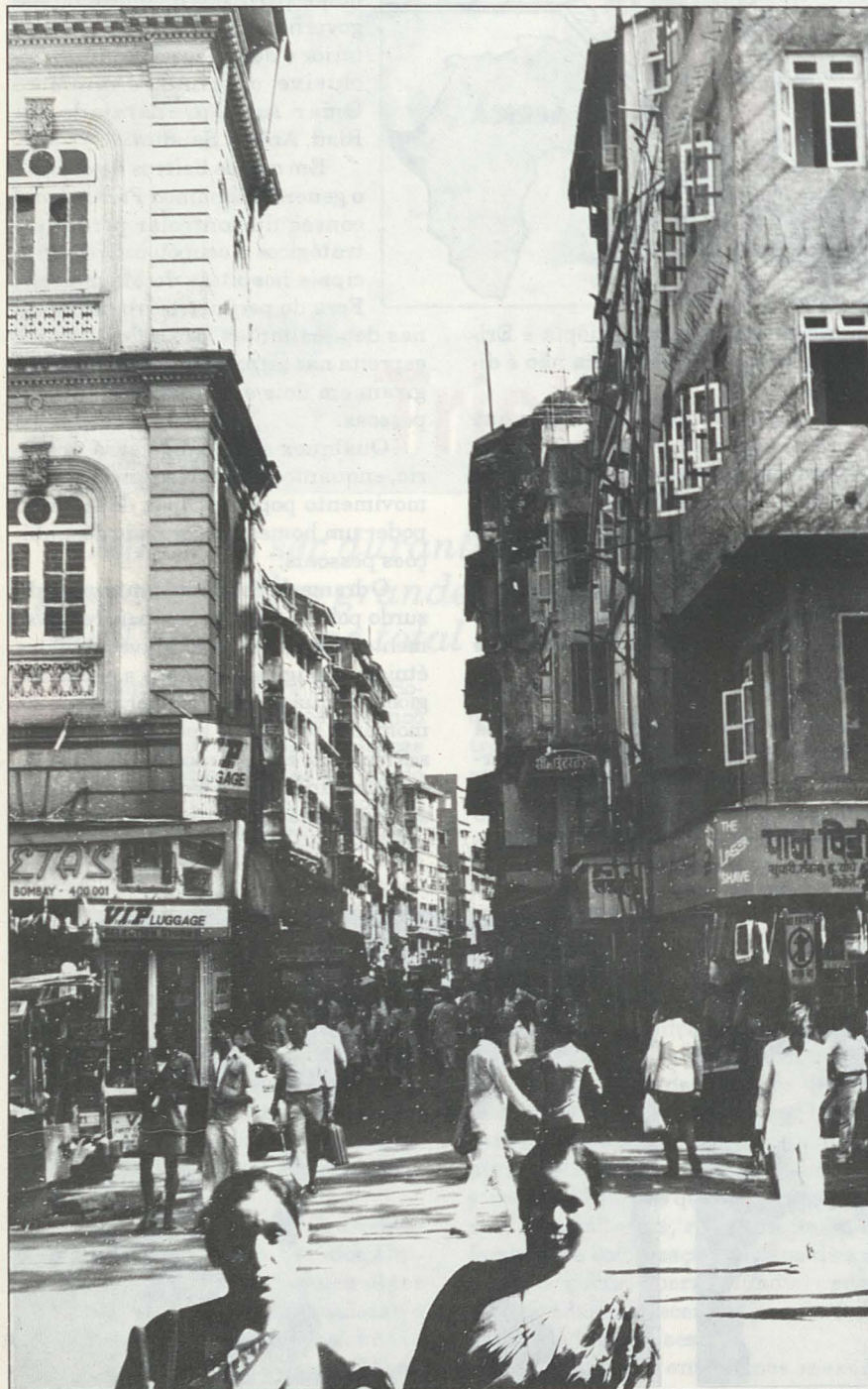
O drama da Somália é tanto mais absurdo pois se trata de um país relativamente homogêneo, sem graves conflitos étnicos e religiosos, comuns a outras regiões do mundo. Mas, por ser pobre e no momento sem valor geopolítico, os países ricos não estão dispostos a lhe dar assistência financeira e técnica. É a mesma sorte que está reservada a outras nações subdesenvolvidas.

**Edouard Bailby**



James Jonah (de terno escuro) tenta, em nome da ONU, estabelecer o diálogo entre Ali Mahdi (esq.) e Mohamed Aidid (dir.)

# Desenvolvimento: o dilema indiano



A Índia vive o dilema de abrir a economia, mantendo sua autonomia política

*A desintegração do bloco socialista tem profunda repercussão na política interna e externa da Índia, que vê ameaçada a sua opção por um caminho próprio de desenvolvimento*

**M. Venugopala Rao**

**A** esperança de que a Índia possa sobreviver como nação razoavelmente forte do Terceiro Mundo, superando o frenético exercício de "globalização" da economia e mantendo um perfil político autônomo no cenário internacional, sofreu sério abalo nas últimas semanas.

Recentemente, o Parlamento indiano aprovou um pacote de medidas econômicas, proposto pelo governo minoritário do primeiro-ministro Narasimha Rao. Para os observadores, tais medidas, que incluem uma maior abertura ao capital estrangeiro, seriam o primeiro sinal de mudanças maiores na política interna e externa indiana.

Aparentemente, a ânsia reformista tem a ver com a perplexidade registrada pela liderança do governo após o colapso soviético e o desafio representado pela "reorientação das ideologias que governam as sociedades", como disse Narasimha Rao no início de sua gestão.

O primeiro-ministro não ignora que o equilíbrio global do poder sofreu grave perturbação com o colapso da União Soviética. Avesso a idéias fantasiosas, Rao lembrou aos países em desenvolvimento a necessidade de se resguardarem contra as maquinações de uma nova "oligarquia internacional", de um grupo de países dispostos a "impor os seus pontos de vista e sua vontade às outras nações". Ainda que esses pontos de vista sejam corretos,

disse ele, a tentativa de impô-los a terceiros não se justifica.

**Ameaça norte-americana** – Levando em conta esse contexto, não é difícil entender a hesitação da Índia diante do novo papel desempenhado pelos Estados Unidos e a apreensão ante os rumores de que o país possa vir a ser punido caso não concorde ou não se satisfaça com um papel marginal na nova ordem mundial regida pelo eixo Washington-Bonn-Tóquio-Telavive.

O Parlamento indiano deu um exemplo desse nervosismo, quando veio à tona um documento do Departamento de Defesa, no qual se menciona a possibilidade de que Washington tome “medidas militares” contra países como Índia, Paquistão, Iraque e Coreia do Norte “a fim de impedir o desenvolvimento ou o uso de armas (nucleares) de destruição em massa”.

O relatório, revelado por meios extra-oficiais e publicado com destaque na imprensa indiana – no mesmo dia em que o governo de minoria enfrentou o seu primeiro e mais crítico teste de força no Parlamento – serviu para esclarecer a profundidade das “consultas” sobre esta e outras questões, que vêm sendo conduzidas pelo ministro de Relações Exteriores da Índia, J. M. Dixit, no Departamento de Estado, em Washington.

A relação entre a suposta tentativa de Washington de “desestimular as aspirações hegemônicas da Índia”, no contexto de uma estratégia maior norte-americana – que seria evitar o surgimento de uma superpotência rival na Europa, na Ásia ou na antiga União Soviética – e o aparente desejo ocidental de “recolonizar” o resto do mundo através do FMI, do Banco Mundial e do Gatt, tampouco passou despercebido ao Parlamento indiano.

Como advertiu um deputado socialista, se a soberania econômica do país for comprometida, sua independência política certamente correrá grave risco.

Não se trata de uma opinião “indevidamente alarmista e partidária”, como a qualificou o governo. Já há algum tempo, os círculos acadêmicos do país vêm criticando a reação das au-

toridades diante da realidade mundial criada após a desintegração da União Soviética, país com o qual a Índia mantinha estreitos laços econômicos.

Segundo uma dessas críticas, ventilada imediatamente após o colapso do sistema comunista, “a ausência de um fator de dissuasão coloca as nações industrializadas, chefiadas pelos Estados Unidos, em posição de criar uma nova ordem mundial, na qual a liberdade de exercerem sua vontade, especialmente em questões econômicas, possa ser garantida (quando necessário) pela força militar”.

**Imposição de modelos** – A preocupação da liderança indiana com o novo contexto internacional tem sido colocada publicamente. No Conselho de Segurança das Nações Unidas e, mais recentemente, no foro econômico internacional realizado na cidade suíça de Davos, Rao salientou que as decisões da ONU deveriam refletir a “vontade coletiva”, e não as “predileções” de uns poucos, e mencionou o “perigo de que uma nova ortodoxia ideológica venha a substituir a antiga ... prescrevendo modelos rígidos e predeterminados (de desenvolvimento) em situações muito diferentes”.

Em Davos, o primeiro-ministro acrescentou que a Índia admite a necessidade de “um papel muito mais amplo” para as forças de mercado; que o clima econômico deve ser favorável ao espírito empresarial; e que é preciso reduzir o número de controles sobre a economia. “Mas no caso de países onde

a pobreza é generalizada, o governo não pode abdicar da responsabilidade de tomar decisões econômicas”, acrescentou.

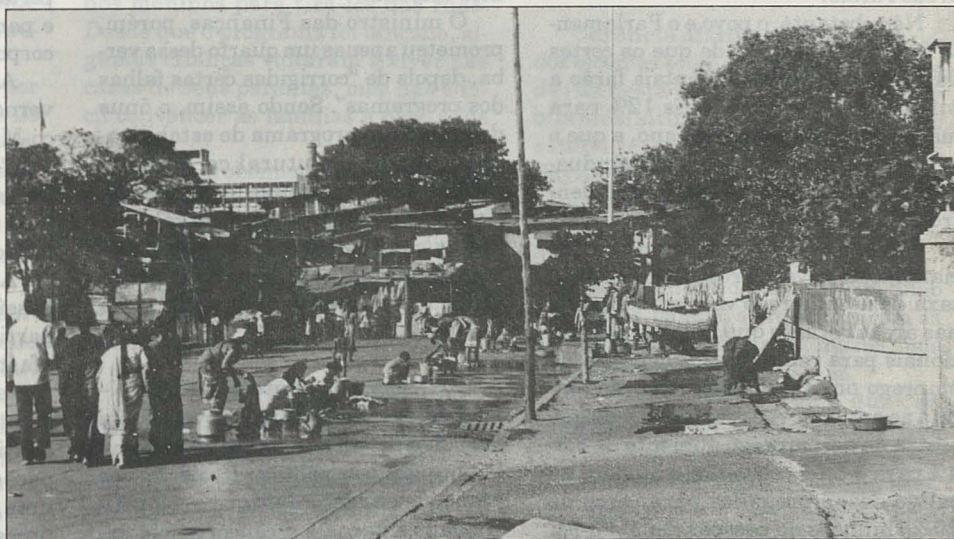
Felizmente, a economia indiana, disse ele, já atingiu o grau de “maturidade e sofisticação” que lhe permite aceitar o “desafio do mercado internacional”.

É justamente aí que surgem os problemas. Uma *charge* digna de nota, de autoria do famoso caricaturista norte-americano Pat Oliphant, publicada na edição internacional do *Herald Tribune* em novembro último, chamou muito a atenção na Índia. Um norte-americano pergunta a um russo: “Como é? Estão gostando do sistema de livre mercado?” Ao que o russo responde: “Muito. O lixo aumentou consideravelmente.”

Amartya Sen, economista indiano de renome internacional, autor de importantes estudos sobre a desigualdade social, é menos sarcástico: “As forças de mercado criam oportunidades para algumas pessoas. Mas não beneficiam os incapacitados ou os que são tão pobres que não podem participar do mercado”. Por isso, ele acredita que “é especialmente importante dar ênfase à seguridade social”, o que, por sua vez, requer “a intervenção política positiva do governo”.

**Crescimento com justiça social**

– O que está em jogo hoje na Índia é que tipo de desenvolvimento se adapta melhor às condições do país. Apesar da vitória do governo, o que o voto dos parlamentares demonstrou não foi



Dos 900 milhões de habitantes, mais da metade vive na miséria (acima, favela em Bombaim)

tanto a existência de consenso político em torno de um conjunto de "reformas" – até agora vagamente definidas e que, segundo consta, seriam formuladas pelo "time da casa", mas aprovadas pelos árbitros do FMI e do Banco Mundial.

Na verdade, o voto da maioria parlamentar mostrou uma temerosa, senão amedrontada reação ao abandono de objetivos de política econômica tradicionalmente aceitos na Índia, tais como autodeterminação e crescimento com equidade e justiça social.

Um dos pontos que mais têm sido criticados no pacote de medidas do governo são os poucos recursos destinados à seguridade social no orçamento para o ano fiscal de 1992-93, apresentado pelo ministro das Finanças, economista Manmohan Singh, em fins de fevereiro.

Considerado histórico por abrir ao capital estrangeiro novas áreas da economia, inclusive a infra-estrutura, o orçamento não faz qualquer esforço direto no sentido de reduzir a inflação ou combater a pobreza nas áreas rurais.

Não obstante, o povo e o Parlamento foram informados de que os cortes das despesas governamentais farão a inflação baixar dos atuais 12% para menos de 10% no final do ano, e que o projeto de uma empresa agroindustrial mudará a face da Índia rural dentro de dez anos.

Enquanto isso, até mesmo os especialistas do governo reconhecem que a taxa de desemprego vem aumentando nas áreas rurais e que, sem verbas adicionais para reforço dos programas de emprego no campo, essa situação tende a se agravar. A expectativa é de que a taxa de desemprego aumente de 3,5-4% para 5-6,5%, elevando o número total de desempregados para cerca de 20-25 milhões de pessoas em 1993-94.

Prevê-se um aumento muito subs-

tancial da incidência de pobreza entre os trabalhadores, mais nas áreas rurais do que nas urbanas. Calcula-se que uma maior proteção às classes pobres, inclusive a ampliação do sistema de distribuição subsidiada de alimentos e maior oferta de empregos, custaria aproximadamente 1,3 bilhão de dólares, menos de 2% do total dos gastos do governo. Supostamente, esse programa propiciaria cerca de 20 dólares por mês às famílias desempregadas, caso os cônjuges participem do programa – talvez suficiente apenas



O governo está tentando aumentar a competitividade dos produtos indianos

para quem more em uma pequena aldeia indiana.

O ministro das Finanças, porém, prometeu apenas um quarto dessa verba, depois de "corrigidas certas falhas dos programas". Sendo assim, o ônus do ambicioso programa de estabilização e ajuste estrutural certamente recairá sobre os grupos e classes sociais menos privilegiados, ou seja, sobre as classes pobres em geral, que representam quase a metade da população indiana de 900 milhões de pessoas.

**Críticas ao pacote econômico** – As medidas tomadas pelo governo têm sido alvo de críticas, tanto de especialistas quanto de políticos locais. Vários economistas concordam que a competitividade interna e a concorrência externa não devem constituir fins em si

mesmas, e sugerem a necessidade de encará-las como instrumentos da preservação dos interesses do trabalhador e do agricultor indiano a longo prazo.

"Não se pode transplantar mercados em uma estratégia de desenvolvimento simplesmente através da internacionalização da economia indiana", diz o economista Yoginder K. Alagh.

Acrescentando suas opiniões ao tumultuado debate indiano, M. M. Thomas, governador do estado de Nagaland e um renomado teólogo, ob-

servou: "Se para promover a justiça social devemos buscar uma alternativa para o capitalismo mundial, é preciso que surja uma nova forma de socialismo no Terceiro Mundo – e hoje se pode dizer que o Terceiro Mundo inclui as nações do antigo Leste europeu".

E isso, disse ele, deve transcender o clássico conceito capitalista-socialista do "homem econômico" e levar a sério o fato de que "as minorias não-privilegiadas, tribais, feministas, culturais e de outras comunidades vêm despertando para sua identidade especial e para os direitos a que fazem jus no corpo político".

Ao rebater acusações de que o governo teria se rendido ao FMI e ao Banco Mundial, Narasimha Rao admitiu que "o advento do capitalismo total não irá resolver os nossos problemas. Temos de elaborar uma estratégia que atenda às nossas necessidades".

A questão é como e quando isso será possível em uma situação na qual os partidos políticos estão, quase todos, afastados do povo que supostamente representam. E as estruturas governamentais resultantes de tais formações políticas provavelmente não serão capazes de produzir a mudança de que uma sociedade em desenvolvimento necessita para garantir a justiça social e evitar a desordem pública.





## Uma esperança para os meninos de rua

*Graças a um projeto impulsionado pela Igreja batista, crianças de rua de Sri Lanka dispõem de um abrigo e uma escola informal onde aprendem a ler e escrever*

**Rita Sebastian**

Um abrigo para meninos de rua em Colombo, capital de Sri Lanka, está permitindo aos menores sentir um pouco de calor humano e dando-lhes força para enfrentar a vida.

O projeto está sendo impulsionado pela Igreja batista em um bairro pobre de Colombo. Além de dispor de um abrigo, as crianças recebem alimentação, assistência médica e ainda têm aulas pela manhã.

O programa é supervisionado por Kingsley Perera, um padre que há 28 anos trabalha com programas de assistência às crianças. A igreja recebe ajuda da organização Fundos para a Proteção de Crianças. Com esses recursos, presta assistência a 100 famílias que vivem no bairro.

A Igreja batista tem até feito empréstimos a algumas famílias para que iniciem uma atividade que lhes permita se auto-sustentar. Mas, para a supervisora do projeto, essas são medidas paliativas. "Os poucos grupos de voluntários que trabalham com os mais carentes não vão melhorar substancialmente a situação. O governo deve assumir o problema", disse.

As crianças atendidas são também regularmente examinadas por médicos para o controle de doenças sexualmente transmissíveis e outras. Segundo Perera, "a homossexualidade e a prostituição são comuns no meio dessas crianças, porque ao dormirem na rua podem ser facilmente exploradas".

O padre assinalou que um dos objetivos do abrigo é encontrar os pais dos meninos para tirá-los das ruas. Desde que o programa foi lançado, algumas crianças voltaram a viver nas casas de seus parentes, mas não é fácil convencer as famílias a aceitá-los de volta.

"Outro problema que enfrentamos é que nenhuma das crianças quer voltar a viver com suas famílias em zonas rurais", explica a supervisora do projeto. Uma das soluções que se encontrou para abrigar os meninos de rua é o arrendamento de casas em áreas urbanas.

**Espaço para brincar e estudar**— Shanthi, que diz ser a sexta criança da família, senta-se no quintal e escreve com dificuldade a primeira letra do alfabeto na areia. A mão que a guia é de Sriyani Jayewardene, ao mesmo tempo sua amiga e professora. Os pais de

Shanthi, que pedem esmola para viver, nunca poderiam mandá-la para uma escola formal na capital de Sri Lanka.

Sriyani ensina a crianças de rua há cinco anos. O trabalho, que ela considera uma experiência gratificante, compensa a miséria que ganha: menos de dois dólares por dia. "Durante a manhã ensinamos a crianças menores de 12 anos. E à tarde são dadas aulas para os mais velhos", explicou.

**Carência afetiva**— Não existem dados recentes sobre o número de crianças de rua nesta ilha de 17 milhões de habitantes, situada ao sul da Índia. Um estudo realizado em 1986 pela Red Barna Sri Lanka, uma organização não-governamental (ONG), levou em consideração apenas três áreas específicas de Colombo, a capital.

O projeto de Red Barna, assim como o da Igreja batista, se relaciona com as necessidades educacionais, nutricionais e de saúde das crianças de rua.

A ONG acredita que o que "as crianças mais precisam é estabelecer relações com adultos que tenham a capacidade de responder-lhes com carinho, lhes inspirem confiança, em uma relação que se mantenha por um razoável período de tempo". ■

# As lições da Ásia

*Os esforços da ex-URSS e seus vizinhos do Leste europeu para implantar a economia de mercado podem acabar em fracasso se não se levam em conta as lições dos "tigres asiáticos"*

**Louis Emmerij\***

Muitos compreendem agora o que alguns de nós suspeitávamos desde a queda do Muro de Berlim: que os métodos de mercado livre não podem ser aplicados em uma economia sem mercado livre e que a economia de mercado não é uma panacéia para qualquer doença.

Embora a transição de uma economia de planejamento centralizado para uma economia de mercado pareça, à primeira vista, envolver basicamente problemas práticos de governo e administração do Estado, isso não é assim. Não temos soluções teóricas, nem um modelo econômico para as grandes mudanças que estão ocorrendo.

Antes de dar conselhos, portanto, deveríamos pensar duas vezes e observar os diferentes modelos de desenvolvimento econômico, em particular aqueles que vêm obtendo grande êxito nos últimos tempos. Em termos de desenvolvimento, os melhores resultados têm se verificado no leste da Ásia, índices muito superiores aos registrados pela Europa ocidental e Estados Unidos na década passada.

**Custo social demasiado alto** – As receitas que os especialistas ociden-



Camelôs em Moscou: uma das consequências mais visíveis da crise na Rússia

tais propõem à Europa do leste seguir, em linhas gerais, os conceitos clássicos de moda nos anos 80: liberdade de preços, eliminação de subsídios, abertura das economias ao comércio internacional e ao capital estrangeiro, livre câmbio de divisas, privatização das estatais, fechamento das empresas deficitárias e a demissão dos trabalhadores excedentes.

Obviamente, isso não pode ser feito sem se pagar um preço, que inclui o aumento do custo de vida, o desemprego, a queda do padrão de vida e o crescimento da dívida externa. Mas esses são problemas de curta duração – garantem os especialistas – e serão compensados de sobra pelos benefícios do livre mercado. Portanto, exigem que as reformas propostas por eles sejam implementadas de maneira rápida e completa.

Porém, agora se conhecem melhor as verdadeiras características e os pontos fracos das economias da Europa oriental. E começam a surgir dúvidas se as populações desses países continuarão apoiando um processo de reformas que implique penúrias de magnitude desconhecida e duração imprevisível.

Os líderes da Europa do leste começam a reconsiderar a conveniência de expor suas democracias ainda frágeis a uma queda livre da economia. Pouco a pouco, estão descobrindo que o caminho rumo à economia de mercado que lhes foi recomendado difere substancialmente do seguido pelos países que com maior êxito deixaram para trás estruturas arcaicas e se transformaram em economias capazes de competir a nível mundial. Nesse caso estão as economias industrializadas do leste e sudeste asiático: Coreia, Hong Kong, Singapura, Tailândia e Malásia.

**Caminhos diferentes** – Alguns exemplos das diferenças entre a receita indicada para o Leste europeu e as fórmulas aplicadas naqueles países asiáticos são bastante reveladores.

Para começar, nem as novas economias industrializadas da Ásia, nem o Japão confiaram ao mercado ou aos investidores estrangeiros a responsabilidade de decidir quais indústrias prosperariam e quais fracassariam. Pelo contrário, formularam estratégias baseadas em estudos do mercado e avaliações acerca de quais indústrias

nascentes poderiam chegar a competir internacionalmente.

O grupo selecionado não só foi protegido da concorrência estrangeira, como também recebeu incentivos para exportar, redução de impostos e outras vantagens econômicas que estimularam seu crescimento e aumentaram sua competitividade. Para garantir que as indústrias beneficiadas não dependeriam eternamente dessas concessões e chegariam a ser competitivas a nível internacional, reduziu-se paulatinamente o apoio estatal.

As empresas que não eram competitivas ou estavam em processo de crise foram ajudadas a diversificar sua produção. Nos casos em que terminaram sendo fechadas, seus trabalhadores foram treinados em novas funções.

A Europa oriental e a ex-União Soviética, que vêm de um período de 40 a 70 anos de deficiente planejamento econômico, querem evitar qualquer forma de planificação centralizada e desconfiam de qualquer intervenção estatal. Porém, o enfoque menos doutrinário aplicado na Ásia oriental poderia salvar algumas empresas do Leste europeu que, com um apoio razoável durante o período de transição, conseguiriam se adaptar às novas condições.

Os países asiáticos também usaram os tipos de câmbio monetário como um dos principais instrumentos de sua política econômica. A Coreia do Sul e Taiwan (Formosa) são um exemplo típico: fixaram taxas de câmbio que favoreciam as exportações e a poupança e desestimulavam as importações. Só quando suas exportações tinham penetrado no mercado internacional – e, de passagem, acumulado enormes reservas – aceitaram rever suas divisas.

Os países da Europa do leste são aconselhados a fazer justamente o contrário: a deixar que o mercado determine o volume de suas exportações e importações, assim como as relações de câmbio.

**A importância do know-how** – Outra grande diferença no processo de desenvolvimento asiático é que primeiro o Japão, e mais recentemente outros países



Moscou: carne cara e de origem duvidosa

da região, adquiriram boa parte de sua tecnologia mediante licenças, *franchises*, acordos para compartilhar mercado e adquirir tecnologia. Queriam *know-how* e tecnologias, não sócios estrangeiros. E os investimentos de capital externo não foram estimulados, nem antes nem hoje.

Durante seu primeiro período de modernização, por volta de 1860, o Japão recorreu a banqueiros europeus – não aos seus bancos – para que o ajudassem

a criar um sistema bancário nacional. E prescindiu de seus assessores estrangeiros quando adquiriu o conhecimento que necessitava. O modelo de desenvolvimento dos “tigres asiáticos” emprega técnicas bastante parecidas.

Finalmente, os preços nos países do leste da Ásia são fixados em princípio pelas forças do mercado. Mas alguns preços chaves são ajustados mediante a intervenção do Estado, que toma medidas tais como a redução dos impostos e tarifas alfandegárias e o estabelecimento de subsídios. Tudo para garantir que sejam orientados no sentido de satisfazer as prioridades nacionais: taxas altas de poupança e investimento, exportações competitivas e uma relativa auto-suficiência alimentar.

É contraditório que, enquanto se pede aos países do Leste europeu que deixem as forças do mercado determinarem os preços internos, não haja preços de mercado para o arroz importado no Japão (simplesmente porque *não* se importa arroz) e que os preços dos produtos agrícolas nos Estados Unidos e Europa ocidental sejam influenciados pela ação combinada da política orçamentária e das forças de mercado.

Os países do Leste asiático demonstraram que é possível conseguir uma reestruturação econômica impulsionada pelo mercado sem incorrer em



Tcheco-Eslováquia: um morador de Praga enfrenta longa fila para comprar galões de gasolina



A transição dos ex-países comunistas para uma economia de mercado está provocando ora escassez ora aumentos astronômicos nos preços (no alto, à esquerda, fila numa padaria de Tirana, Albânia; acima, protesto contra o aumento do preço da gasolina em Budapeste, Hungria; ao lado, fila em uma açougue em Varsóvia, Polônia)

custos sociais e econômicos inaceitavelmente altos. Os responsáveis em levar adiante as reformas econômicas na Europa do leste poderiam tirar importantes lições de uma análise mais profunda da experiência asiática.

**Obstáculos à economia de mercado** – A transição de uma economia de planejamento centralizado, em que o Estado concentra a propriedade dos meios de produção, para uma economia de mercado, em que esses meios estão em mãos privadas, gera uma série de dúvidas: como privatizar a economia? Para quem se venderão as empresas? Com que dinheiro os investidores privados comprarão as ações? De onde sairão os administradores das novas empresas privadas, se nestes países ninguém foi preparado para dirigi-las e, o que é pior, não existiu atividade empresarial independente nos últimos 45 ou 70 anos? E a concorrên-

cia? Como será feita a liberalização do comércio exterior? Com que tipo de instrumentos administrativos se conta para um governo orientado para uma economia de mercado?

Em resumo, a tendência que tem prevalecido, inclusive entre os líderes políticos e intelectuais da Europa oriental, é uma visão radicalizada do capitalismo que remonta ao século passado. Estão de acordo com essa perspectiva personalidades como o ministro Klaus, da Tcheco-Eslováquia, o ex-ministro polonês Balcerowitz, e Janos Korna, professor húngaro que divide seu tempo entre a Universidade de Harvard e a Academia de Ciências de seu país.

Eles não querem nem ouvir falar em intervenção do Estado e desejam confiar o processo econômico totalmente às forças de mercado. O ministro Klaus reconhece que esse ponto de vista possa parecer demasiado radical para muitos no Ocidente. Mas, justi-

fica, “na Europa oriental sofreremos tanto tempo pela imposição de uma ideologia baseada em aspirações utópicas e pseudo-rationais, que agora temos o direito de nos mostrar extremamente sensíveis em torno desse tema”.

Considero esta atitude irresponsável, particularmente quando adotada por pessoas que conhecem bem o capitalismo ocidental, com sua economia mista e sua intervenção estatal.

O caminho rumo à democracia política e à economia de mercado na Europa oriental e ex-União Soviética será muito agitado, longo e incerto. Deve-se estimular o esforço dessa parte do globo em integrar-se à economia mundial. Mas isso não significa que terão êxito.

\* Louis Emmerij é presidente do Centro de Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE, com sede em Paris) e foi reitor do Instituto de Estudos Sociais de Haia

# O papel do Estado nos "tigres asiáticos"

*Ao contrário do que se insiste em divulgar, é decisiva a presença estatal na economia dos países do leste da Ásia*

**Vivaldo Barbosa\***

Nos livros de economia há, sempre, referência ao "modo de produção asiático", ao feudalismo asiático, mais duradouro e diferente do feudalismo europeu. Efetivamente, hoje, se pode falar de um modo de produção asiático diante das semelhanças na trajetória desses países, quer de orientação de esquerda, como a China, quer de orientação mais à direita, como a Coreia do Sul.

Esses países apresentam altos índices de desenvolvimento. O Japão é conhecido pelos recordes de crescimento que bateu; a Coreia do Sul cresceu 12% ao ano, durante anos seguidos, mantendo nos últimos três uma média de nove por cento. Durante anos, a China cresceu dez por cento ao ano e, de 1989 para cá, seu crescimento foi de sete por cento.

O desenvolvimento desses países foi forjado dentro das seguintes prioridades:

## Investimentos maciços em educação

Na Coreia e no Japão, este é um problema inteiramente resolvido: todos têm alto nível de escolaridade e todas as crianças frequentam escola em tempo integral. Além disso, esses dois países adotaram uma política de enviar bolsistas para cursos de pós-graduação na Europa e Estados Unidos.

Na China, esta questão ainda não foi resolvida por completo, face à sua população de 1 bilhão e 200 milhões de pessoas (ainda existe uma taxa de 20% de analfabetos).

## Reforma agrária

Esses países realizaram reforma agrária, que poderia ser considerada extremamente radical para países de orientação mais ocidental, como o Japão e a Coreia do Sul.

## Proteção às indústrias nacionais

Todos se protegeram contra a presença exploradora e predatória do capital estrangeiro em suas economias. Explicável pela orientação de esquerda na China, mas notável para países como Japão e Coreia, sob forte influência econômica e, no segundo caso, militar dos Estados Unidos.

Não há empresas multinacionais operando nesses países, a não ser associados, com participação minoritária, às empresas locais. Não há artigos de

consumo estrangeiros. Na China, por estar mais atrasada tecnologicamente, nota-se a presença de automóveis japoneses; no Japão, há alguns carros estrangeiros, mais raros na Coreia.

No que se refere à participação do capital estrangeiro, a China – desde 1979 em processo de liberalização e internacionalização de sua economia – criou as Zonas Econômicas Especiais, onde admite a presença de multinacionais, geralmente associadas a empresas chinesas, para produzir apenas para exportação.

Somente são vendidos dentro do próprio país produtos que a China esteja importando, num processo de substituição de importações. A Coreia também adotou essa prática.

## Presença forte do Estado na economia

Muito próprio na China, pela orientação marxista-maoísta, mas significativo na Coreia e Japão. Não há dúvidas de que o Estado foi o propulsor do desenvolvimento e progresso desses países.

Na Coreia e no Japão, o Estado planejou o desenvolvimento econômico, estabeleceu prioridades e fixou metas.



Hong Kong: um dos segredos do desenvolvimento do "tigre" é o apoio do Estado à indústria local

Recebeu adesão dos empresários, que atenderam às prioridades e cumpriram as metas.

No Japão, comenta-se, os planos foram desenhados a quatro mãos: de um lado, o Estado e de outro, os empresários. Na Coreia do Sul, foram elaborados planos quinquenais, cumpridos à risca pelo setor público e pelo privado.

O Estado, especialmente no Japão e na Coreia, além de realizar investimentos nos setores mais pesados — como refinarias de petróleo e siderurgia — e criar bancos, fez-se presente, principalmente, através de incentivos financeiros e fiscais, criando barreiras alfandegárias e proibindo importações.



China: o Estado faz os planos macroeconômicos e procura formas sociais de propriedade

Também liberou créditos a juros subsidiados e empréstimos a fundo perdido, e isentou de impostos as empresas que se enquadravam nas prioridades estabelecidas nos planos e atendiam às metas fixadas.

Há, hoje, especialmente na China, uma revisão do papel do Estado, quer na economia, quer na vida dos cidadãos. Na medida em que o interesse nacional esteja protegido e se alcance razoável grau de distribuição de renda, a tendência verificada é a de diminuição do aparelho estatal.

Na Coreia do Sul já se privatizaram, de maneira democratizadora do capital, as refinarias de petróleo. Na China, há uma revisão de concepções socialistas e do papel da economia de mercado. Já se estabeleceu o prêmio por

mérito e produtividade, abandonando-se o anterior princípio da igualdade.

Lá também, se procuram formas de propriedade social das empresas. Mas a China jamais fará privatizações, segundo nos informou o primeiro-ministro Li Peng.

□ **Investimentos maciços em tecnologia e pesquisa**

O Japão partiu na frente, a Coreia iniciou esta prática a partir da década de 60 e a China, desde 1979. O Japão já demonstrou, nos últimos anos, ter tecnologia das mais avançadas em todas as áreas. Mas o avanço que a Coreia alcançou merece um registro particular. Ela já compete

investir em tecnologia e recebem incentivos fiscais e creditícios.

O novo plano quinquenal (sétimo) que se inicia este ano dá prioridade à alta tecnologia nas áreas de microeletrônica, automação e robótica, pesquisa de novos materiais, química fina, bioindústria, indústria ótico-eletrônica e aeronáutica.

A Coreia do Sul pretende participar acionariamente de diversas empresas norte-americanas e européias para assimilar tecnologia, como já vem fazendo no Vale do Silício, na Califórnia, na área eletroeletrônica. O país quer passar dos atuais 70 mil para 120 mil pesquisadores.

Seu investimento em ciência e tecnologia pulará dos atuais dois por cento para 3,5% do PIB, como ocorre nos países do Grupo dos Sete. Vai instalar mais quatro centros tecnológicos em áreas de engenharia em geral e de software.

□ **Relações trabalhistas**

Exigem mais rigor no trabalho e menores garantias ao trabalhador. Em compensação, os salários são elevados, com pagamento de horas extras, e o trabalhador desfruta de segurança no emprego. Ninguém é despedido, a não ser por justa causa.

No caso da China, o governo está seguindo caminhos que em muito se assemelham à nossa visão trabalhista do socialismo, com democracia e liberdade. O país está percorrendo um caminho longo, mas bem sustentado teoricamente. Mantém os princípios socialistas contra a exploração do homem pelo homem, contra a mais-valia, mas reconhece o mérito de diferenciar, em certa medida, os indivíduos.

O Estado faz os planos macroeconômicos e procura formas sociais de propriedade. Sobre o assunto, declarou Deng Xiao Ping: "As relações entre as pessoas e a economia são amplas, infinitas e nenhum plano poderá contê-las".

Em suma, a filosofia predominante é que as relações microeconômicas do mercado devem se desenvolver com liberdade até o ponto de não prejudicar o interesse coletivo. O Estado é o árbitro desse interesse coletivo e o protetor dos consumidores.

\*O deputado Vivaldo Barbosa está retornando de uma viagem a vários países asiáticos

# Para Yves Montand, a guerra acabou

*A morte do cantor e ator francês deixou um vazio difícil de preencher*

**Artur Poerner**

**U**m italiano – criado no que ele mesmo qualificou como uma “quase favela” de um subúrbio de Marselha – conseguiu, durante muitos anos, encarnar o marido ideal da maioria das francesas e o homem que a maior parte dos franceses gostaria de ser: o cantor, ator e ativista político Ivo Livi, que o mundo inteiro conhecia como Yves Montand.

“Se algo me acontecer, vivi o bastante para não lamentar nada”, foi o que ele disse na ambulância que o transportava para o hospital, momentos após o infarto que o mataria, aos 70 anos, em 9 de novembro passado. Apesar de notório perfeccionista e superexigente consigo mesmo, Montand não tinha, de fato, do que se queixar.

**A ajuda de Piaf** – Como quase toda carreira bem-sucedida, a do mais famoso e popular cantor e ator francês também foi favorecida por alguns acasos providenciais, a começar pelo que o fixou em Marselha, aos dois anos de idade, porque os pais, fugitivos do fascismo italiano, não conseguiram seguir viagem para os Estados Unidos. Começou a trabalhar aos 11, numa fábrica de massas, e apenas mais duas experiências profissionais não-artísticas constam ainda de seu currículo: no salão de cabeleireiro da irmã e numa fábrica metalúrgica.

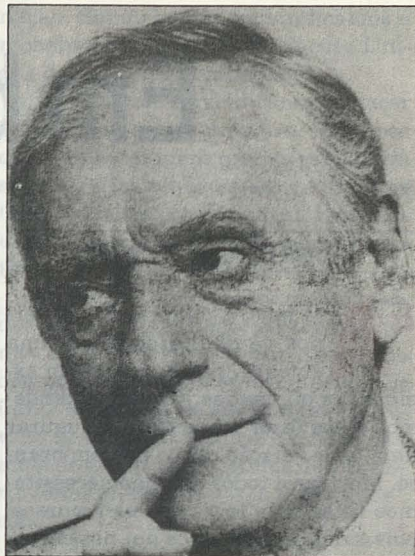
Montand começou a cantar aos 14 anos, nos cafés e bares de Marselha, mas foi um segundo acaso que imprimiu impulso decisivo à sua carreira: Edith Piaf, a mais brilhante estrela da canção francesa, apaixonou-se por ele e resolveu lançá-lo como cantor. Piaf também tinha iniciado a sua car-

reira na rua, afinidade que deve ter contribuído para que vivessem juntos durante dois anos e meio, durante os quais se apresentaram num *show* no Moulin Rouge e ela articulou, igualmente, o lançamento dele no cinema, no filme “Estrelas sem luz”, já nos anos 40. Infelizmente, lamentaria o artista muito tempo depois, “ela tinha a necessidade de se apaixonar a cada dois anos”.

**Mulheres e filmes** – Algumas mulheres e muitos outros filmes se seguiriam. Em 1949, Montand conheceu a atriz Simone Signoret, com quem permaneceu casado por mais de três décadas. Após 10 anos de amor em que, segundo suas próprias palavras, nem via as outras mulheres, teve, pela primeira vez, vontade de ter uma aventura amorosa quando deparou com uma moça de 18 anos, Jane, filha de seu colega e amigo Henry Fonda.

Pelo menos mais quatro atrizes famosas têm seus nomes associados à vida sentimental de Montand: Marilyn Monroe, Romy Schneider, Candice Bergen e Gina Lollobrigida. A última mulher foi Carole Amiel, com quem teve um filho aos 67 anos.

O rol dos filmes é bem maior: “As portas da noite” (1946), “O salário do medo” (1959), “Adorável pecadora” (1960), “A guerra acabou” (1966), “Viver por viver” (1967), “O círculo vermelho” (1971), “Cesar e Rosalie” (1972), “O amor e a violência” (1974), “Um homem, uma mulher, uma noite” (1979), entre muitos outros. O ator se orgulhava, especialmente, de haver protagonizado três filmes políticos do diretor Costa-Gravas, obras de protesto contra as ditaduras dos coronéis



*Montand sempre esteve ligado à política*

gregos (“Z”), dos burocratas tcheco-eslovacos (“A confissão”), e dos militares latino-americanos (“Estado de sítio”).

**O ativista político** – Ao lado do talento e do charme, as qualidades mais admiradas no ídolo da canção francesa eram a consciência e a coragem políticas. Filho de um anarquista, Montand assinava, já em 1950, com o pintor Pablo Picasso e outras personalidades, manifestos contra o armamento atômico, tema que o levou a firmar também, em 1968, o Apelo de Estocolmo.

Até a invasão soviética da Tcheco-Eslováquia, nesse mesmo ano, esteve sempre muito próximo do Partido Comunista Francês. O que não o impediu de formular suas críticas à invasão da Hungria, numa recepção que lhe foi oferecida no Kremlin, em 1956, por Nikita Krushev e outros dirigentes soviéticos.

Montand, no entanto, nunca deixou de se considerar um homem de esquerda, inclusive por ter vivenciado a ocupação da França pelos nazistas. E acreditou, até o fim dos seus dias, na compatibilidade do socialismo com a liberdade. Sem democracia, para ele, não havia solução possível para país algum. Foi por posições como estas e pela coerência de toda uma vida que Montand se tornou, no final da década de 80, o candidato preferido por 29% dos franceses para a Presidência da República. Mas ele nunca quis ser político. Preferiu morrer como ator, durante as últimas tomadas de um filme ainda sem título, do diretor Jean-Jacques Beineix. ■

# Em busca da união

Rosângela Trolles

**A**té hoje, a maioria dos governos vê os índios como uma ameaça, pessoas a serem exploradas ou usadas. O que pretendemos é nos fazer respeitar e inaugurar uma nova relação com o homem branco. Mostrar a todos que não necessitamos lutar pela terra e seus recursos, pois sempre estivemos em nossas regiões e jamais assinamos qualquer contrato repassando-as aos brancos.”

As declarações são de Thomaz Banyacya, um índio *hopi* norte-americano, cuja tribo vive no estado do Arizona. Os *hopi* são um dos grupos étnicos que mais conservaram sua cultura nos Estados Unidos, guardando uma sabedoria ancestral. Os mais velhos da tribo conhecem inclusive o segredo de fazer chover, experiência comprovada recentemente, com a visita de uma índia a uma região africana onde, depois de jejuar por quase 30 dias e cantar músicas ancestrais, conseguiu fazer chover no deserto. Estes ritos seculares, independente de seus resultados objetivos, têm a função de manter o espírito coletivo do grupo.

Thomaz Banyacya pertence à International Indigenous Commission (Comissão Indígena Internacional), organização não-governamental que está preparando a participação dos índios na Earth Summit (“Cúpula da Terra”), como está sendo chamada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92.

No final do ano passado, ele esteve no Rio fazendo os primeiros contatos para este evento que será uma conferência internacional entre povos indígenas, tratando de questões relacionadas ao meio ambiente e desenvolvimento.

O encontro se realizará no Rio no final de maio. Como um dos res-

*Líder hopi  
norte-americano  
diz que é  
preciso pôr fim  
ao isolamento  
das nações  
indígenas para  
que se possa  
salvar o planeta*

ponsáveis pela participação dos indígenas nos encontros oficiais e das ONGs, Thomaz está trabalhando com vários grupos para providenciar a estadia e circulação de 80 a 100 diferentes nações, organizações e tribos de várias partes do mundo.



Thomaz Banyacya: “É preciso inaugurar uma nova relação com o homem branco”

**Resgatar a independência** – Para o líder *hopi*, este é o momento de resgatar a independência em relação ao homem branco. “Antes de Colombo, nossos povos tinham seus territórios, muitas estradas, faziam negócios entre si e as economias se apoiavam umas nas outras. Com a chegada da civilização ocidental, os brancos tomaram nossas terras, impondo fronteiras e leis que cercearam o movimento entre os índios.”

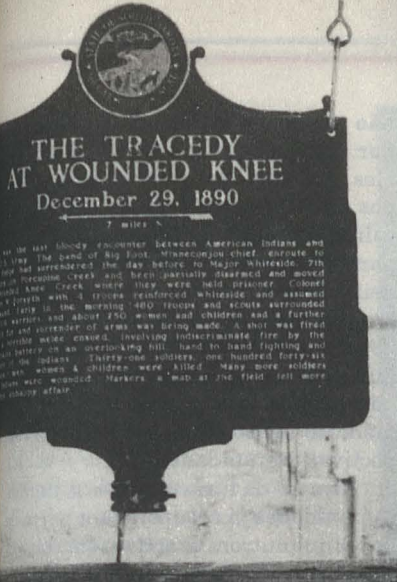
Na sua opinião, nesses 500 anos de ocupação, não tem havido troca real entre os grupos indígenas. “Na conferência de maio, pela primeira vez em cinco séculos haverá um encontro entre os índios das Américas do Norte e Sul para discutir os seus problemas”, afirma.

A principal questão a ser estudada é justamente como proteger o que resta da cultura indígena, procurando ainda propor sugestões para a melhoria da vida no mundo como um todo. Durante os encontros oficiais da Rio-92 será montada uma grande exposição no parque do Flamengo – onde acontecerá a conferência das ONGs, paralela à Rio-92 – mostrando arte e cultura indígenas. Assim, todos poderão ter uma visão do que os índios ainda têm para oferecer após meio milênio de colonização. Além disso, será aberto um fórum para estabelecer um diálogo entre os expositores e o público que participar do evento.

Em nenhum momento, segundo Thomaz, os índios vão adotar uma atitude sectária, que possa ser interpretada como uma ameaça. O que eles pretendem é sentar-se ao lado dos brancos para trabalhar em comum acordo, porém sem que sejam subestimados em sua capacidade de entendimento e opinião.

Os indígenas procurarão apontar a ação predatória do colonizador e apresentar uma longa conta referente a tudo que os governos dos vários países do continente le-





varam durante o período colonial e jamais pagaram.

**As pressões da Igreja** – Não é só em relação a seus territórios e riquezas que os indígenas procuram encontrar um ponto de negociação com seu colonizador. Outra forma de dominação que sofrem vem da Igreja, cuja ação eles contestam. É Thomaz quem conta:

“Só no território *hopi* existem 23 igrejas diferentes, todas querendo ‘salvar’ nossas almas. Nossa nação, porém, ainda tem a sua própria religião e suas próprias cerimônias. Além disso, nós temos uma língua e um território, o que completa as necessidades básicas para sermos considerados uma

nação. Sendo assim, reivindicamos o reconhecimento junto às Nações Unidas de nossa legitimidade.”

Os *hopi* não reivindicam pertencer à ONU como país-membro. Mas, por outro lado, exigem que se respeitem seus direitos e que sejam revistos os tratados feitos com Portugal, Espanha e Inglaterra em relação à ocupação das terras indígenas do continente.

Segundo Thomaz, existem três modos pelos quais as nações se tornam donas de um território: por direito de descoberta, compra ou conquista. “Os índios são donos de suas terras por direito de descoberta e já estão nelas por mais de dez mil anos. Antes de o Império Romano existir, nós já existíamos”, conclui.

**Wounded Knee: palco de um dos mais sangrentos massacres de índios nos EUA**

## Uma nação ancestral

**A**tualmente, existem cerca de 15 mil *hopi* em seus territórios no norte dos Estados Unidos. Antigamente, assim como os navajos, eles viviam em cavernas, cavadas em paredões altos, cujo único acesso era uma escadaria estreita, construída na própria pedra. O Grande Canyon é uma de suas fronteiras, e em suas terras estão, segundo Thomaz, uma das maiores reservas de carvão do mundo.

Eles ainda têm gás, petróleo, urânio, entre vários outros recursos, mas não é possível ao índio explorá-los em seu próprio benefício pois o governo dos Estados Unidos se diz dono dessas riquezas. Para o povo indígena, é inconcebível que o governo norte-americano pretenda ter a posse desta riqueza, pois estas lhes pertencem.

Thomaz conta que sua nação é mais antiga que o Império Romano. Desde essa época já tinha um governo organizado, que até hoje funciona sem a necessidade de nenhuma lei ou código civil ou penal.

Os mitos do povo *hopi* são muito curiosos. Segundo Thomaz, “nosso povo já passou por três mundos antes deste em que estamos vivendo. Nossa concepção é parecida com a da Bíblia: no início existia apenas uma massa escura. Tudo era gelado. Depois, o mundo foi destruído pelo fogo. Então, veio um outro mundo que foi destruído pela água. O terceiro mundo é este no qual vivemos hoje. É preciso en-

tão cuidar dele e recuperá-lo, pois após este não haverá nenhum outro”.

Segundo Thomaz, muitas civilizações provocaram sua autodestruição e a nossa está a um passo disso: “Hoje já se sabe que o petróleo vai acabar, a água está poluída, o próprio ar está matando as pessoas e o sol está se tornando letal graças ao buraco na camada de ozônio.”

Neste momento, a nação *hopi* está crescendo novamente e a mensagem que eles mandam aos seus irmãos é que “não

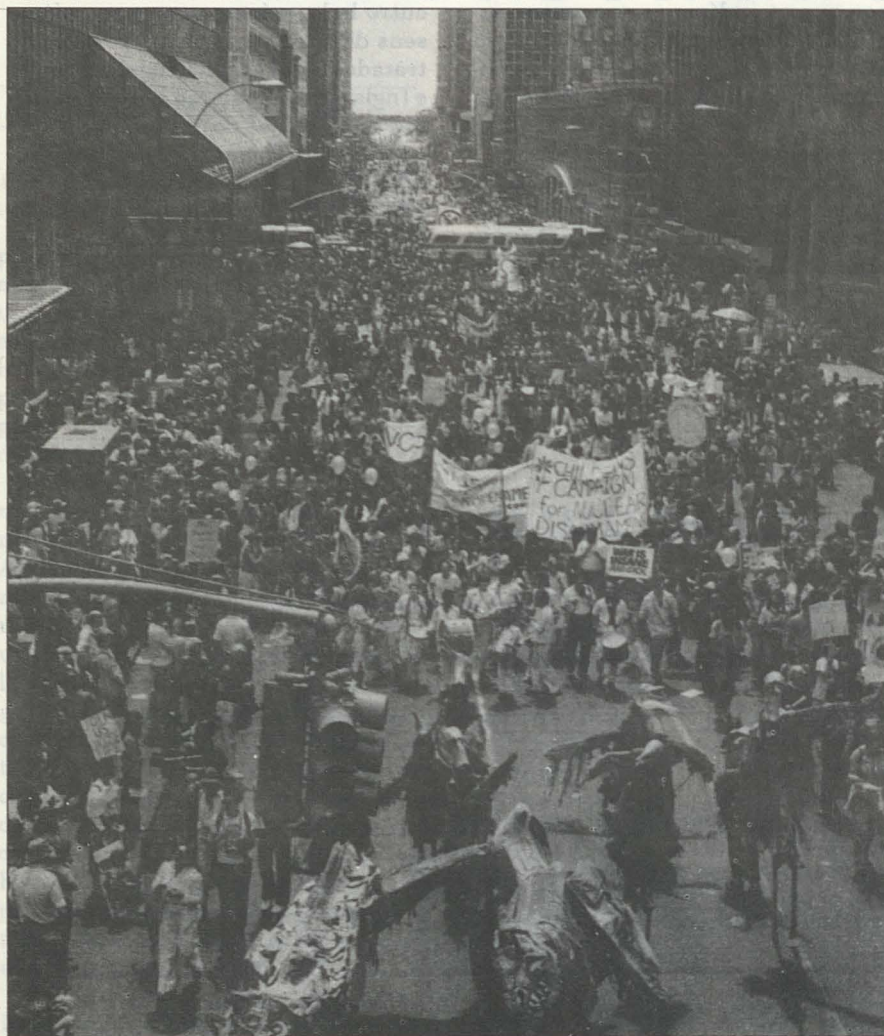
fiquem zangados nem tristes demais, pois isso os tem levado ao suicídio”.

Diante das festividades que estão sendo preparadas para comemorar os 500 anos do Descobrimento da América, Thomaz diz que se preocupa apenas com dois pontos: o primeiro seria construir um memorial para todos os índios que foram mortos nestes cinco séculos. Para ele, os 500 anos não significam um motivo de comemoração, “além de não representarem muita coisa para quem já estava nestas terras há muito mais tempo que isto”, afirma.

A ONU declarou 1993 o Ano das Nações Indígenas. Assim, Thomaz espera que o Rio-92 seja um preparativo para todos os trabalhos que terão de ser feitos a partir do ano que vem. Sua mensagem é no sentido de que se supere a tristeza pelas perdas que os índios tiveram, para se poder encarar o futuro e construir um novo mundo.



## Reação ao descaso oficial



Protesto contra a energia atômica: a população questiona nas ruas a política do governo

*Acusados de reacionarismo, os grupos Nimby constituem hoje a tendência política mais importante surgida nos Estados Unidos desde a década de 60*

Charles Piller\*

**E**nquanto aumenta o desinteresse dos eleitores norte-americanos pela política eleitoral, uma nova forma de ativismo popular começa a ganhar corpo nos Estados Unidos. Trata-se dos chamados grupos *Nimby* (sigla da expressão em inglês *not in my backyard*, ou "não no meu quintal"), cujos membros denunciam qualquer ameaça ecológica contra a comunidade onde residem e vêem com suspeita e desprezo todo tipo de instituição governamental.

Para os políticos, tecnocratas e meios de comunicação, os *nimbyístas*

não passam de extremistas obcecados por seus problemas locais. Segundo eles, o objetivo da maioria desses grupos é apenas evitar a poluição nas localidades onde vivem, empurrando-a para outras áreas. Contudo, a verdadeira motivação desses grupos é a frustração resultante da indiferença e descaso do governo. A indignação com que eles reagem tem a ver com o fato de não serem consultados durante a tomada de decisões que afetam suas respectivas comunidades.

Através da fúria *nimbyísta*, muitas comunidades já recuperaram parte do poder que outrora exerciam em relação às autoridades locais — o poder de dizer "não". Para citar apenas alguns exemplos, foram os *nimbyístas* que conseguiram praticamente deter, nos Estados Unidos, o desenvolvimento da biotecnologia agrícola, a construção de novos aeroportos e a instalação de depósitos de lixo tóxico.

Foi o caso de Trinidad, cidade pequena e pobre do Colorado: quando uma firma ofereceu empregos, um novo sistema telefônico, melhoramento da rede hospitalar e outras vantagens caso a cidade consentisse em abrigar um depósito de lixo radiativo, os cidadãos reagiram com um simples "Caíam fora!".

Paula Elofsen-Gardine, que reside nas imediações do complexo de armas nucleares de Rocky Flats, próximo a Denver, aderiu ao movimento *nimbyísta* após comparecer a uma audiência pública entre autoridades do governo e administradores do complexo. "Fiquei assombrada com a mesquinha política daqueles homens e com a arrogância com que tratam os cidadãos locais. Naquele dia, compreendi que era preciso detê-los".

Até mesmo certos projetos relativamente positivos, como laboratórios de pesquisa biomédica, têm sido bloqueados por grupos *nimbyístas* que se resentem do fato de não terem sido consultados quanto à decisão de instalá-los em suas comunidades. Há mais de seis anos, um grupo de moradores vem impedindo que a Universidade da Califórnia, em São Francisco, leve a cabo os seus planos de construir um laboratório biomédico em um prédio do bairro onde residem.

"Aqui, não" — O *nimbyísmo* tem suas origens nos movimentos sociais e

ecológicos dos anos 60 e 70, que semearam a desconfiança em relação às grandes instituições e produziram milhares de ativistas bem informados. Passada a onda dos distúrbios políticos, muitos dos antigos ativistas adotaram a atitude mais prática do "aqui, não" que caracterizou o fim da década de 70 e toda a década de 80. Contudo, mantiveram o ceticismo quanto aos dados e argumentos apresentados pelas autoridades e a convicção de que, unidos, poderão impedir injustiças.

Em 1978, a rebelião dos cidadãos de Love Canal, no estado de Nova Iorque, cidadezinha construída sobre um antigo depósito de lixo tóxico, levou muitas comunidades norte-americanas a investigarem suas próprias condições locais. E o que descobriram foi chocante: havia centenas de depósitos de resíduos industriais perigosos, sujeitos a vazamentos, espalhados por todo o país.

Em seguida, vieram os espetaculares desastres ecológicos e os grandes fracassos da tecnologia – desde Three Mile Island e Chernobil até a explosão do ônibus espacial Challenger e o aquecimento do planeta. Fatos como esses fizeram com que os norte-americanos perdessem de uma vez a crença na benéfica magia da ciência. Hoje, mostram-se intolerantes diante de qualquer dano ao meio ambiente que possa afetar a região onde moram.

Em grande parte, o *nimbyismo* resulta do fato de que os mecanismos convencionais da democracia se mos-



traram incapazes de resolver, e mais ainda de impedir, os riscos ecológicos produzidos pela tecnologia. Os grupos que surgiram – todos eles com objetivos limitados, obstinadamente independentes e obstrucionistas – baseiam sua luta na única arena onde podem vencer as grandes instituições: a comunidade local. As pequenas cidades e os bairros das metrópoles adotam o *nimbyismo* como solução prática do problema da impotência política. Suas observações e experiência própria lhes dizem que só o extremismo é capaz de atrair a atenção das autoridades.

**Críticas aos ecologistas** – Mas os políticos que pretenderem explorar essa insatisfação não irão muito longe. Os esforços feitos por ecologistas no sentido de arregimentar os grupos

*nimbyistas* e inseri-los em suas agendas nacionais não têm tido muito sucesso, porque a força do *nimbyismo* está na reação a temores imediatos e tangíveis. Do ponto de vista popular, as grandes organizações ecológicas de Washington, relativamente ricas, não são muito diferentes das grandes multinacionais ou das agências do governo: são burocracias complexas que perderam contato com a urgência dos que têm de conviver com a poluição.

“Os ecologistas oficiais pretendem salvar o mundo – diz Eloffsen-Gardine – mas, para isso, vão levar 50 ou 100 anos. Nós queremos resultados *agora*. Nenhuma dessas organizações está instalada em locais sujeitos

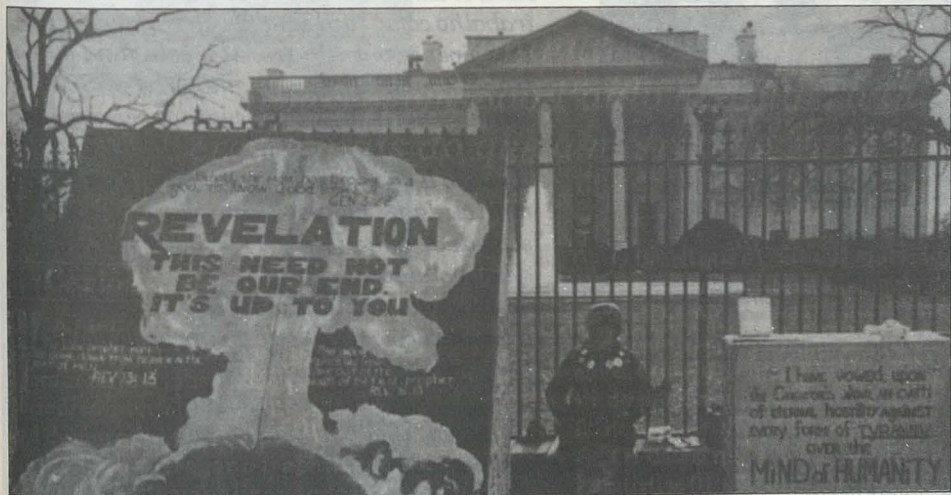
à chuva radiativa. Não viram o que a radiação fez com os nossos parentes e amigos. Não sentem a urgência que sentimos em solucionar estes problemas”.

Para Joan Seeman, outra ativista que se opõe ao complexo de Rocky Flats, qualquer movimento pela paz ou pela ecologia que argumente que Rocky Flats é parte de uma estratégia mais ampla, está “vendido ao sistema”. “Eles estão de um lado, nós estamos de outro”, diz ela.

O *nimbyismo* é uma versão amarga da autodeterminação – a encarnação política da preferência por “nenhuma das opções acima” no voto dos eleitores norte-americanos. À medida que se aproximam as eleições deste ano, qualquer candidato pode conquistar apoio público se aprender a mensagem central do *nimbyismo*: as comunidades desejam participar da solução dos problemas, em vez de serem tratadas como obstáculos no caminho das soluções dos tecnocratas.

Neste sentido, o *nimbyismo* parece promissor. É sinal de que, apesar do baixo comprometimento do eleitorado às urnas e apesar da crescente alienação das principais instituições sociais, o público continua desejoso de participar ativamente – mas de um novo tipo de processo político. ■

\* Pacific News Service. Charles Piller é autor de “The Fall-Safe Society”, livro em que documenta a atual descrença dos norte-americanos na tecnologia



Os atos em defesa do meio ambiente, antes restritos às grandes cidades, já chegaram ao interior

**A** menos de um ano e meio de concluir o seu mandato, o presidente Jaime Paz Zamora acaba de realizar uma profunda reforma no seu ministério. A reformulação do gabinete começou com a renúncia coletiva dos 17 ministros e a posse, doze horas depois, de oito novos titulares.

Segundo políticos da oposição e observadores locais, a reforma se deu, basicamente, por três razões: o desgaste junto à opinião pública de alguns ministros, a necessidade de liberar outros para a preparação da campanha presidencial do atual vice de Paz Zamora, general Hugo Banzer, e a decisão de formar uma equipe menos política e mais técnica que leve adiante o programa de modernização do Estado.

No primeiro caso, estava o ministro da Informação, Mario Rueda, cuja atuação foi qualificada de "desinformadora", "propagandística" e "antiética" por jornalistas, organizações sindicais, universitárias e até pela igreja católica.

Outro que saiu desgastado do governo foi o ministro da Mineração e Metalurgia, Gonzalo Valda. Recentemente, se denunciou que organismos internacionais tinham decidido suspender créditos para a exploração de ouro, por sua suposta "irresponsabilidade" e "descuidos" na condução dos assuntos da pasta.

## BOLÍVIA Novo gabinete



Paz Zamora: mudanças no 1º escalão

A reforma também teria sido motivada pela necessidade de liberar para a campanha à presidência do general Banzer colaboradores próximos que fa-

ziam parte do governo, entre eles o ex-ministro da Agricultura, Mauro Bertero, e de Transportes e Comunicações, Willy Vargas.

No acordo político que possibilitou a eleição de Paz Zamora como presidente, o partido de Banzer, a Ação Democrática Nacionalista (ADN), condicionou seu apoio ao partido do atual mandatário, o Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR), a uma reciprocidade nas eleições de 1993.

Por último, segundo afirmou o próprio Hugo Banzer, a reestruturação do gabinete obedece à necessidade do governo de imprimir maior dinamismo na execução de temas ainda pendentes. Nesse sentido também se posicionou o novo chanceler e ex-prefeito de La Paz nos últimos cinco anos, Ronald MacLean, considerado um dos representantes da nova geração de políticos identificados com o processo de modernização do Estado. Para ele, o presidente "escolheu um ministério técnico-administrativo com uma clara visão de conjunto e uma total identificação com os princípios de uma economia livre e aberta ao mundo exterior".

## ARGENTINA

O governo da Argentina admitiu que o atentado à embaixada de Israel em Buenos Aires, em 17 de março passado, é consequência da nova inserção do país no mundo.

Em uma tentativa de explicar a escolha de Buenos Aires como alvo do brutal ataque, o ministro das Relações Exteriores, Guido Di Tella, declarou que o "mundo se globalizou e a Argentina enfrentará a partir de agora os mesmos problemas de outras partes do mundo. Não resta outro remédio senão assumir essa nova realidade, com as vantagens que também traz pertencer a esse mundo".

As declarações do chanceler coincidem com a de vários deputados e analistas políticos, que responsabilizam o governo do presidente Carlos Menem pelo atentado ao ter "importado" o conflito árabe-israelense com a decisão de enviar barcos de guerra ao Golfo Pérsico durante os ataques contra o Iraque.



Atentado à embaixada israelense

## URUGUAI

Cerca de 40% dos jovens uruguaios entre 15 e 29 anos desejam imigrar, revelou um estudo realizado entre 1989 e 1990 pela Direção Geral de Estatística e Censo.

Divulgada recentemente, a pesquisa preocupou políticos e especialistas e levou o presidente Luis Alberto Lacalle a qualificar os resultados do trabalho como "um sinal de alerta" para o país. Dos jovens consultados, 44% estudam, 30% trabalham e 17% fazem ambas as coisas. O estudo determinou que os jovens representam 25% da população econômica ativa o que, somado à queda das taxas de fertilidade e mortalidade, expressa uma estrutura de sociedade semelhante à dos países desenvolvidos.

Outro dado preocupante é que 80% dos consultados acham que o país precisa passar por grandes mudanças. Trinta e oito por cento não se consideram representados por ninguém; 20% por uma associação; 19% por um partido ou grupo político; 15% por um grupo musical e cinco por cento por um sindicato.

COLÔMBIA

## Impasse nas negociações de paz

As conversações entre o governo e a guerrilha da Colômbia foram suspensas por tempo indefinido até que ambas as partes cheguem a um acordo mínimo.

A última rodada de negociações entre a Coordenadora Guerrilheira Simón Bolívar (CGSB) e a delegação governamental havia começado no dia 10 de março no balneário de Trinidad, situado a 120 quilômetros da capital mexicana. Mas as negociações foram marcadas pela troca de acusações e ultimatos.

No debate sobre a questão econômica – primeiro ponto de uma extensa agenda decidida em 13 de março – a guerrilha acusou o governo do presidente Cesar Gaviria de obedecer “aos interesses do capital estrangeiro” e impor uma política baseada na “fome, desemprego, miséria e entrega das riquezas nacionais aos grandes capitais estrangeiros”.

Para a Coordenadora Simón Bolívar, um projeto como o que está sendo negociado requer “uma política econômica para a paz, que nós entendemos como mais emprego, mais salário, mais possibilidades e oportunidades para os trabalhadores, setores populares, classe média e membros das Forças Armadas”.

A descoberta do cadáver do ex-ministro Duran Quintero, morto de um ataque cardíaco após ter sido sequestrado em 26 de fevereiro pela Fração Dissidente do Exército Popular de Libertação (FD- EPL), foi apresentada pela delegação governamental como uma razão para endurecer sua posição.

Em resposta às pressões oficiais para que aceite dialogar sobre um cessar-fogo, o movimento guerrilheiro insistiu que antes devem ser abordados os quatro pontos do temário aprovado por ambas as partes em Trinidad.



Alfonso Cano (esq.) e Antonio García das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia-Exército do Povo (Farc-EP) durante as conversações de paz no México

PERU

## Perigoso precedente

O golpe de estado dado pelo próprio presidente Alberto Fujimori no Peru lançou o país num período de incerteza. Para os analistas locais, a instalação de uma ditadura apenas contribuirá para radicalizar o clima de violência, sem solucionar os principais problemas do país: a crise econômica, a guerrilha do Sendero Luminoso, o narcotráfico e a corrupção no governo.



Fujimori: isolamento político

A decisão do presidente de fechar o Congresso, intervir no Poder Judiciário, impor a censura à imprensa, prender e perseguir líderes políticos não encontrou nenhum apoio da comunidade internacional.

No continente latino-americano, o golpe foi visto com particular preocupação, porque ocorreu exatamente dois meses após a tentativa de depor o presidente Carlos Andrés Pérez na Venezuela e seis meses depois da derrubada do governo constitucional do Haiti.

A maioria dos observadores alertou para o perigo de que o golpe crie um perigoso precedente. Apesar de nenhum país latino-americano possuir uma combinação tão explosiva de problemas como o Peru, outras nações do continente têm condições sociais e econômicas similares, em grande medida geradas pelos planos de ajuste impostos pelo Fundo Monetário Internacional e pela política neoliberal.

## GUATEMALA

A Guatemala é a principal ponte do narcotráfico da Colômbia para os Estados Unidos, segundo denúncia feita pelo primeiro vice-presidente do Congresso guatemalteco, Leonel Brolo.

Para o deputado, do partido de oposição União Centro Nacional, “o governo tem que solicitar maior colaboração para a luta contra o narcotráfico e a lavagem de dinheiro”.

Em operações antidrogas realizadas recentemente, as autoridades guatemaltecas apreenderam 15 toneladas de cocaína, cujo destino previsto era os Estados Unidos. O presidente do Congresso, Edmond Mulet, declarou que a Comissão Parlamentar de Governo estuda atualmente cinco anteprojetos de lei referentes ao combate ao narcotráfico.

ÁFRICA  
**Avalanche de refugiados**

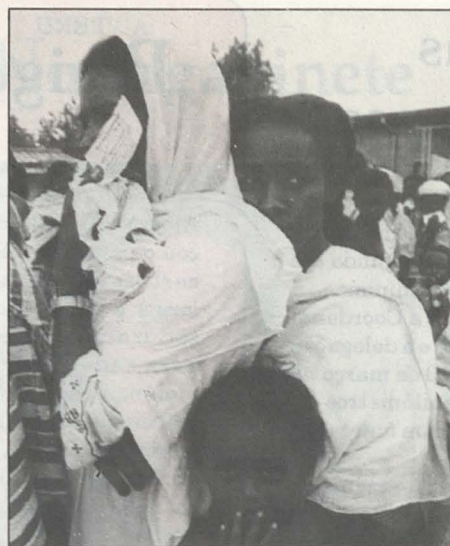
Os conflitos étnicos e políticos estão provocando uma verdadeira enxurrada de refugiados em todo o continente africano. Segundo o diretor do Birô Regional Africano do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur), Nicolas Bwakira, dos 17 milhões de refugiados do mundo, 30% são africanos.

Na África ocidental, a continuação da guerra civil na Libéria produziu instabilidade na Serra Leoa e Burkina Faso (ex-Alto Volta). Já os países do chamado chifre da África – Djibuti, Etiópia e Somália – que eram geradores e receptores de refugiados, começaram a “expulsar” os pretendentes a asilo para os países do leste da África, principalmente o Quênia.

A situação desse último é um bom exemplo de como o problema está fora de controle. Enquanto em 1990 o Quênia abrigava 15 mil refugiados, hoje já possui mais de 120 mil. As perspectivas são sombrias: segundo o Acnur, as lutas internas na Etiópia, Somália e Sudão podem duplicar esse número em poucas semanas (só do Sudão, espera-se a chegada de pelo menos 50 mil refugiados, entre os quais 10 mil órfãos).

A onda de refugiados sudaneses está sendo provocada pela ofensiva do governo de Cartum contra o Exército Popular de Libertação do Sudão (EPLS) e tem tido repercussões também em Uganda.

Burkina Faso é outro país que está sofrendo uma verdadeira invasão de refu-



Refugiadas etíopes à espera de comida

giados, provenientes do Burundi, Ruanda, Zaire e Libéria. Além dos que fugiram por conflitos étnicos, o país recebeu cerca de seis mil nômades tuaregues do Mali, que abandonaram sua terra natal por causa da fome.

Por outro lado, a violência étnica em Ruanda deslocou mais de 80 mil pessoas nas últimas semanas. O conflito explodiu em outubro de 1990, depois do povo *tutsi*, que estava exilado, ter invadido o país a partir da vizinha Uganda.

Tampouco melhorou a situação de Moçambique. Recentemente, Nicolas Bwakira afirmou que as conversações de paz entre o governo e a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) não deram resultados concretos até agora. Há cerca de um milhão de refugiados moçambicanos no Malawi, quase 15% da população desse pequeno país.



Nairóbi: protesto contra o governo é dissolvido pela polícia

ANGOLA

O governo angolano anunciou a data das próximas eleições gerais: 29 e 30 de setembro. O pleito será o primeiro, desde a independência de Portugal, a contar com a participação de vários partidos políticos. O comunicado foi feito pelo próprio presidente José Eduardo dos Santos, do MPLA, partido que está no poder desde a sua vitória contra o colonialismo português, em 1975. As eleições vão culminar um processo de negociações de paz iniciado pelo governo do MPLA com vistas a pôr fim a mais de 15 anos de guerra com a Unita, movimento rebelde financiado pela África do Sul.



José Eduardo dos Santos

QUÊNIA

O governo do Quênia, nação da costa oriental africana, decidiu proibir todas as manifestações políticas, alegando ser essa a única forma de acabar com a onda de violência que atinge o país.

A decisão provocou uma forte reação nos meios políticos, principalmente dos recém-formados partidos de oposição. “É uma ação covarde do governo”, afirmou o secretário-geral do Partido Democrata, John Keen, um ex-alto funcionário do governo. Já para o dirigente do Partido Social-Democrata (PSD), Johnstone Makau, “o governo de Daniel Arap Moi não tem condições de acabar com os distúrbios e tampouco pode organizar eleições livres e justas, porque sairia derrotado”.

A onda de violência, iniciada em fins do ano passado e atribuída pela oposição ao governo de Arap Moi, já matou nas últimas semanas mais de 60 pessoas e provocou a prisão de outras 700.



ÁFRICA DO SUL

## A volta da pena de morte

Depois de uma moratória de 28 meses, o governo sul-africano recomeçará as execuções de presos condenados à morte. A decisão, anunciada pelo Ministério da Justiça, causou uma chuva de protestos de grupos de direitos humanos e juristas liberais.

Em julho de 1990, ficou abolida a imposição obrigatória da pena de morte nos casos de assassinato sem circunstâncias atenuantes e se introduziu o direito automático à apelação, cujos procedimentos foram fortalecidos e ampliados.

A última execução ocorreu em Pretória, em novembro de 1989, embora tenha havido posteriormente mais três execuções no bantustão de Bophuthatswana, considerado pelo governo sul-africano um território "independente". Atualmente, há 310 réus condenados à morte na prisão central de Pretória.

O professor Jan Van Rooyen, da Sociedade pela Abolição da Pena de Morte, disse que o reinício das execuções terá "consequências irreversíveis", afetando inclusive as negociações da Convenção por uma África do Sul Democrática (Cosade).

Etienne Mureinik, decano da Escola de Direito da Universidade de Witwatersrand, disse que o governo "está traindo a fé" de muitos que votaram no referendo pela paz e o retorno do país à comunidade internacional.

O referendo, realizado

em 17 de março, foi convocado pelo presidente Frederick de Klerk para que a população minoritária branca se posicionasse sobre o processo de reformas de seu governo.

A idéia de realizar o referendo partiu do Partido Nacional (PN), no poder, depois de sua esmagadora derrota na cidade de Potchefstroom – considerada uma cidade "termômetro" das preferências eleitorais dominantes no país – durante o pleito de 20 de fevereiro. Naquela ocasião, o grande vitorioso foi o Partido Conservador, criado em 1982 após um racha dentro do PN.

A vitória no plebiscito do governo de De Klerk – 68,7% dos eleitores aprovaram o diálogo com a maioria negra visando à construção de uma África do Sul multirracial – levava a crer que, entre outras medidas, a pena de morte continuaria na prática suspensa.

## MOÇAMBIQUE

As negociações de paz de Moçambique, que vêm sendo realizadas há mais de um ano e meio em Roma, continuam em um impasse. Recentemente, a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) – grupo armado que combate o governo do presidente Joaquim Chissano, recorrendo frequentemente ao massacre de populações civis do interior – rejeitou uma nova proposta dos mediadores para sair do impasse.

A proposta se referia à composição da comissão nacional que vai supervisionar as eleições multipartidárias, previstas para um ano depois do estabelecimento do cessar-fogo.

Segundo a iniciativa dos mediadores, aceita pela delegação governamental moçambicana, se estudaria a possibilidade da Renamo ter algum papel direto e ativo nesse órgão.

## ZIMBÁBUE

O governo do Zimbábue está preparando um projeto de lei que lhe concede amplas faculdades para destinar terras à maioria negra e reassentar nelas essa população.

Até agora, o governo comprou de agricultores brancos 3,3 milhões de hectares e assentou 50 mil famílias em parte desses terrenos. Segundo o projeto em estudo, cabe ao governo avaliar as terras e estabelecer como será feito o pagamento ao dono.

A União de Agricultores Comer-

ciais (UAC), com 4.500 membros, em sua maioria brancos, se opõe energeticamente a alguns aspectos do projeto e inclusive ameaçou pedir que os credores internacionais condicionem qualquer futura ajuda ao país a mudanças em alguns dos seus pontos fundamentais.

Segundo a proposta da UAC, a lei deveria apoiar os agricultores nacionais e estrangeiros que queiram investir na agricultura e garantir compensações justas e oportunas.



## CAMBOJA

*A chegada de 22 mil integrantes das forças de paz da ONU no Camboja, em meados de março, deu início ao cumprimento do acordo de paz assinado em outubro de 1989.*

*O acordo previa a criação de um Conselho Nacional Supremo, onde estão representados igualmente representantes do governo e as três facções que há 12 anos disputam o poder, entre elas o Khmer Vermelho. O Conselho deverá governar o país sob a supervisão das Nações*

*Unidas até a realização de eleições em março de 1993. Também caberá à ONU supervisionar o desarmamento de 70% das tropas do governo e dos três grupos rebeldes, em uma operação que está sendo considerada a mais ambiciosa já elaborada pelo organismo internacional. Diplomatas e analistas políticos temem que a participação do Khmer nas eleições permita a volta ao poder dessa organização, que matou pelo menos um milhão de cambojanos entre 1975 e 1979, período em que governou o país.*

## SRI LANKA

A situação dos direitos humanos no Sri Lanka, uma ilha situada ao sul da Índia, continua sendo alvo de graves denúncias. Recentemente, a Anistia Internacional e o Parlamento Europeu divulgaram relatórios denunciando a utilização por parte do governo de "táticas de terror" contra os rebeldes da minoria tamil e a morte de mais de 60 mil pessoas desde 1987. O enorme número de desaparecidos levou seus parentes, sobretudo mães, esposas e irmãs, a criar em 1990 uma organização, nos moldes das "Mães da Praça de Maio", da Argentina. Segundo a "Frente de Mães", mais de 40 mil pessoas teriam desaparecido no Sri Lanka entre 1987 e 1990. Atualmente, a guerra se concentra no norte da ilha, região controlada pelo grupo guerrilheiro separatista Tigres de Libertação do Tamil Eelam, que luta por um Estado independente para a minoria étnica.

O interesse das "sete irmãs", as maiores empresas petrolíferas privadas do mundo, pode estar por trás do vergonhoso silêncio que a maioria dos países do Ocidente mantém em relação ao genocídio do regime do general Suharto contra o povo de Timor Leste.

Segundo denúncias feitas em Portugal pelo ex-chanceler do governo no exílio de Timor, José Ramos Horta - atual porta-voz da resistência -, "a empresa holandesa Shell é a mais importante entre as 11 companhias de petróleo privadas que assinaram um acordo com o governo da Indonésia para explorar o petróleo de Timor, cujas reservas foram avaliadas em cinco bilhões de barris".

O regime ditatorial do general Suharto é acusado por organismos internacionais de direitos humanos de ter assassinado 250 mil pessoas, de um total de 650 mil habitantes de Timor Leste, desde que as tropas da Indonésia invadiram a ilha, em dezembro de 1975. Até então, Timor era uma colônia de Portugal.

## TIMOR LESTE

# Petróleo explica silêncio



Foto tirada pouco antes do massacre de novembro passado em Dili

O último massacre ocorreu na capital, Dili, em novembro passado, quando quase 200 pessoas foram assassinadas durante uma manifestação pacífica em favor da independência.

Mês passado, para chamar a atenção mundial sobre a situação na ilha, o navio português "Lusitania Expresso" tentou chegar ao porto de Dili, levando a bordo um grupo de estudantes, jornalistas, políticos e personalidades de diferentes países da Europa e Austrália.

A delegação se propunha a render homenagem aos mortos em novembro e depositar uma oferenda de flores no cemitério de Dili.

Antes de chegar a seu destino, o "Lusitania Expresso" foi interceptado por fragatas, aviões de guerra e helicópteros, que o obrigaram a regressar ao porto australiano de Darwin.

Tanto o governo quanto os partidos políticos de Portugal coincidiram em denunciar que estão sendo utilizados dois pesos e duas medidas para avaliar as violações dos direitos huma-

nos no mundo. Quando o Iraque invadiu o Kuwait, em agosto de 1990, a reação dos governos europeus e dos Estados Unidos foi completamente diferente da sua atitude diante da ocupação e genocídio em Timor Leste.

Os políticos portugueses consideraram que "simplesmente se ignora o genocídio de mais de 200 mil timorenses, em 17 anos de ocupação, devido aos lucrativos negócios que esses países têm com a Indonésia, principalmente na área de petróleo".





A última Prepcom, em Nova Iorque (foto), terminou sem que se chegasse a um consenso sobre diversos temas chaves

NORTE/SUL

## Rio-92 gera expectativas

Terminada em 4 de abril na sede da ONU em Nova Iorque a quarta e última reunião do Comitê Preparatório (Prepcom) da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, as expectativas da comunidade mundial se voltam agora para o Rio de Janeiro, onde esse importante evento será realizado de 3 a 14 de junho.

As cinco semanas de reunião em Nova Iorque não foram suficientes para superar as divergências entre os países industrializados e os países em desenvolvimento. Enquanto o Norte pretendia fazer da conferência um âmbito de debate dos problemas estritamente ambientais, minimizando a importância de questões como pobreza e subdesenvolvimento, o Sul se empenhava em fazer com que ficasse explícita a relação entre degradação do meio ambiente e modelo de desenvolvimento, responsabilizando os países ricos pela

queda na qualidade de vida do planeta.

Daí que, salvo a declaração de princípios – a chamada Carta da Terra, que acabou sendo rebatizada de “Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento” e esvaziada de muitos dos seus conceitos iniciais –, nenhum outro documento tenha sido aprovado. As 800 páginas dos rascunhos da Agenda 21 – o plano de ação que deverá implementar uma política em prol do desenvolvimento sustentável para o próximo século – ficaram cheios de expressões entre colchetes, indicando a falta de consenso.

Em virtude dessa dificuldade, não-prevista inicialmente, a negociação vai ter que continuar no Brasil, contrariando o desejo do secretário-executivo da Rio-92, o canadense Maurice Strong. Ele pretendia chegar a junho com toda a negociação concluída, para evitar que os impasses comprometessem os resultados da conferência e

levassem os chefes de estado a não ter interesse em comparecer ao evento. Porta-vozes de George Bush, por exemplo, admitiram que ele viajará ao Rio “se a conferência for bem-sucedida”, isto é, se até junho forem superadas as divergências atuais.

As divergências entre o Terceiro Mundo e os países ricos fizeram com que alguns observadores definissem a IV Prepcom como “um grande ajuste de contas entre o Norte e o Sul”. Entre os temas sem consenso está a transferência de tecnologia ambientalmente sadia em bases não-comerciais, a questão das patentes sobre produtos obtidos a partir da riqueza biológica do Terceiro Mundo e, sobretudo, o financiamento dos projetos contidos na Agenda 21. Maurice Strong pretendia, com o apoio do Grupo dos 77 (os 128 países em desenvolvimento), que o Norte destinasse para esse fim 0,7% do seu PIB anualmente, até o ano 2000.

À exceção dos países nórdicos, que a apoiaram, a iniciativa foi duramente criticada pela delegação norte-americana e outras nações do Norte, inclusive o Japão, que alegam ser inviável num período de recessão.

Não tendo havido nenhum avanço na questão dos recursos financeiros, as outras negociações ficaram parcialmente comprometidas. Espera-se, agora, o resultado das reuniões finais sobre Biodiversidade e Mudanças Climáticas (que, enquanto convenções a serem assinadas no Rio, estão sendo negociadas fora das Prepcom) e de iniciativas não-oficiais que possam permitir antes de junho uma mudança nas perspectivas da Rio-92.

Mas uma coisa é certa: com ou sem avanço no curto prazo que ainda falta até a realização da “Cúpula da Terra”, o debate sobre a questão ambiental e os rumos do desenvolvimento já permeou toda a estrutura das Nações Unidas e vai ser determinante na próxima década.

# A história embarcou num foguete

Marcos Dantas\*

**R**adovan Richta, um autor já “antigo” mas, infelizmente, até hoje muito pouco conhecido no Brasil, descrevendo as características da revolução científico-técnica, demonstrou não só a inexorável tendência do capital a substituir o trabalho *direto* pela produção baseada na ciência e na tecnologia, como lembrou com muita precisão:

“O trabalho tradicional simples, que se convertera num poder sobre o homem e fez surgir a instituição do sistema industrial, precisa agora ser sustentado, em ‘benefício do povo’, por uma moderna ‘política ativa’ do Estado, de forma a compensar, através de processos *artificiais* de industrialização extensiva, os efeitos das transformações técnicas. A alienação do trabalho alcança, assim, as raias do absurdo: os homens mantêm o nível do antigo trabalho abstrato que suas próprias forças criadoras tornam, cada vez mais, *inútil*, para que, outrossim, não se convertam eles mesmos em ‘inúteis’. O sistema industrial tradicional os reduziu a tal ponto à condição de simples força de trabalho, que se identificam com ela. Deste modo, o trabalho, *que lhes rouba a vida*, aparece como única garantia de uma existência livre, inclusive da própria vida.”<sup>1</sup>

Richta não é nenhum “anarquista” ou “utópico”. Sua obra é, até, sob muitos pontos de vista, ortodoxamente marxista. Ele, podemos dizer, retoma os *Grundrisse* e *O Capital*, nos pontos onde Marx parou. E que poucos entenderam: não se trata de libertar o “trabalho” do jugo do “capital”, mas de libertar o homem do jugo do trabalho. O capital vai de roldão...

Essas considerações iniciais vêm a propósito da imensa dificuldade que grande parte da esquerda demonstra para entender a natureza das transformações em curso hoje no mundo. Daí, seu nítido recuo, diante da direita, na proposição dos temas para discussão e no encaminhamento das soluções adequadas.

A esquerda, não querendo apresentar propostas de transformações de acordo com o nível de desenvolvimento das forças produtivas, segue balançando-se no idílico bonde da história, enquanto os conservadores, ditos “liberais”,

saltam de foguete lá na frente e modelam a seu bel-prazer o mundo do próximo século.

A questão do emprego é típica. Defender a manutenção dos empregos que “roubam a vida” e propugnar pela contenção do desenvolvimento tecnológico é uma posição *reacionária*. O Japão está aí demonstrando a todos que um povo altamente instruído não fica desempregado devido às modernas tecnologias de produção. Por trás dessas tecnologias é sempre necessário um operário qualificado e consciente para operá-las. Sem falar do exército de mão-de-obra muito bem preparado, mobilizado para desenvolvê-las e produzi-las. Ou elas vêm de Deus?...

**A melhoria do padrão de vida de uma população está diretamente relacionada à elevação do padrão de produção dessa população. O que precisamos, urgentemente, no Brasil, é investir pesado na formação de recursos humanos**

**M**ais importante ainda: muitas vezes mesmo – dos métodos modernos de “produtividade” e “qualidade” não dependem de máquinas, nem computadores. Dependem de trabalhadores participativos nos processos de produção, algo que o maior dos empresários brasileiros, bem como dos burocratas “colloridos” não entendem. A lição também vem do Japão.

A melhoria do padrão de vida de uma população está *diretamente* relacionada à elevação do *padrão de produção* dessa população. O que precisamos, urgentemente, no Brasil, é investir pesado na formação de recursos humanos, em todos os níveis, visando exatamente a não necessitar mais sustentar a nossa

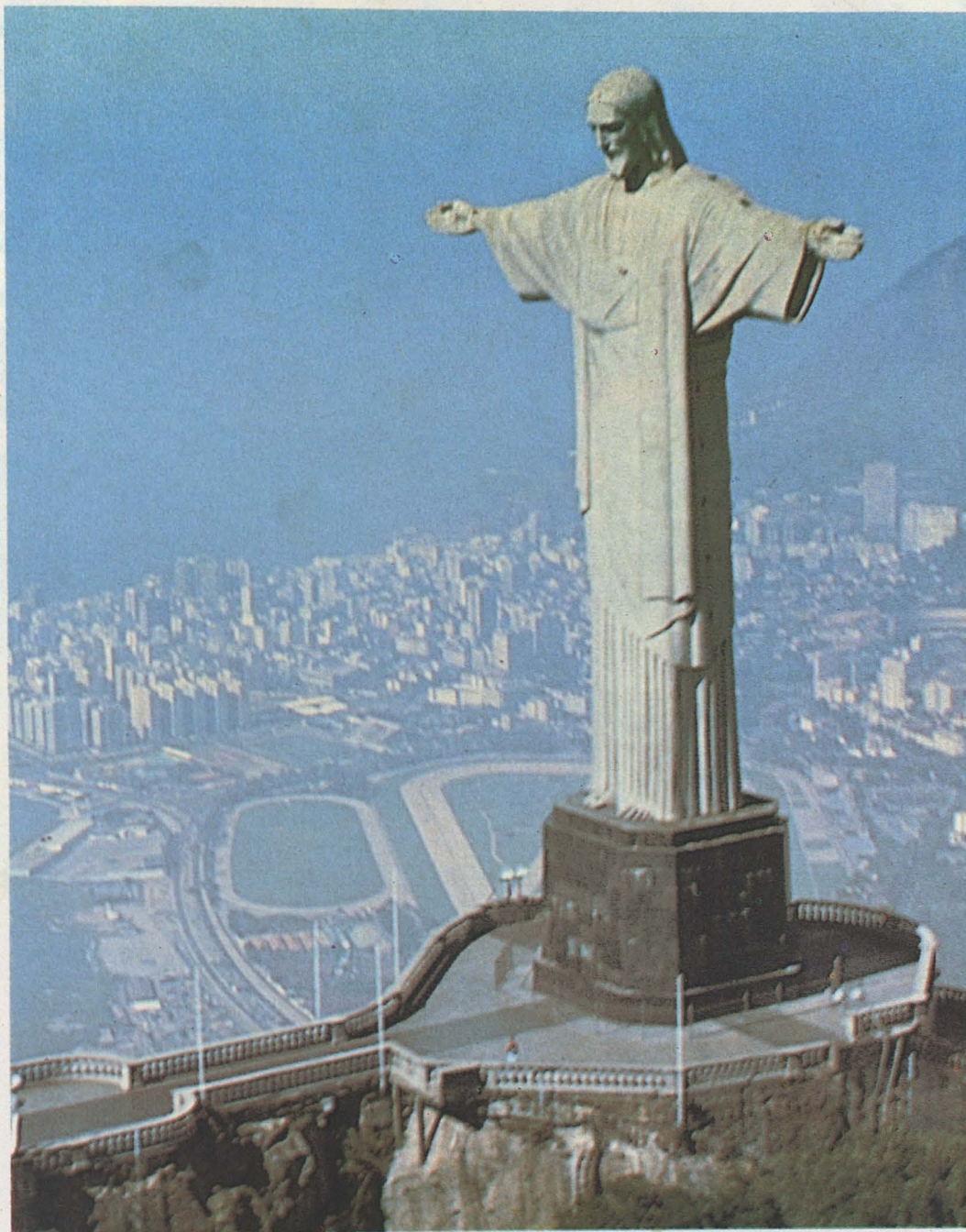
população com indústrias, a esta altura da história, “artificiais”.

Até porque essas indústrias, gostemos ou não, estão superadas. E, porque estão superadas, a maioria do povo brasileiro e, em geral, do Terceiro Mundo, vai mergulhar na mais negra miséria, já que não lhe está sendo oferecida oportunidade de trabalho criativo para consumo sofisticado.

Em poucas palavras, para concluir: o cerne da crise atual está na (falta de) educação e não na redução da oferta de trabalho para mão-de-obra de baixa qualificação.

\* Diretor da revista *Automação e Indústria*, mestrando em Ciência da Informação na UFPA.  
 1 Radovan RICHTA, *La civilización en la encrucijada*, Siglo XXI Editores, México, 1971, trad., pag. 112.

Agora todo o mundo é verde.



O Banerj sempre foi verde porque nasceu aqui.



NATURALMENTE LIGADO AO RIO

# GRITA BRASIL!



Em 92 o Rio de Janeiro vai mostrar a todo mundo porque foi escolhido  
como Capital Mundial da Ecologia.

É o momento de nos unirmos ao resto da humanidade para atingir a paz,  
a segurança e a proteção dos direitos humanos e do meio ambiente.

Esta é a hora de abriremos a boca pela natureza.

Pode gritar Brasil!

Da união de todos é que vai nascer o eco.

## QUE NO RIO VAI TER ECO 92

**RIOTUR**



Capital Mundial da Ecologia

**RIO** Prefeitura  
da Cidade